



REVISTA DA AHIMTB

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL





A Obra “ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS”

Óleo sobre tela do Pintor André Meurer é uma “pintura clássica” retratando o conjunto arquitetônico harmônico da AMAN e sua integração com a natureza.

Este quadro pertence ao acervo da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN.

Descrição do quadro e interpretação do seu significado: é uma pintura que retrata na parte central o conjunto atual das edificações da AMAN, englobando as edificações da década de 40 e inclusive as ampliações ocorridas na década de 80 do século XX. Contempla ao fundo as elevações do maciço das Agulhas das Agulhas Negras (Pedra da Galinha Choca), com fecho de luz fulgurante incidindo sobre a instituição. No primeiro plano do quadro as imagens de cinco edificações do passado, com suas identificações, proporcionando uma visão de conjunto e união com as antigas sedes das Escolas de Formação dos Oficiais do Exército, ao longo das décadas. No meio do quadro, unindo o passado e o presente, o Portão Monumental, a Avenida do Exército (retão), o Campo de Marte, com ênfase na cor verde dos gramados e da rica flora e fauna preservada em todos os ambientes.

O Autor

André Luiz Meurer Dutra da Silva, nascido no Rio de Janeiro, pinta seus quadros e mora em Paraty desde 1982. Começou seus estudos e artes visuais aos 8 anos de idade; em 1974 ganhou seu primeiro prêmio, menção honrosa em medalha de ouro no Salão de Artes da Universidade Gama Filho, RJ.

Formação em artes visuais: pela Escola Brasileira de Belas Artes, Escola de Artes do Parque Laje, Academia Brasileira de Desenho, Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro e Galeria Europa. Estudo Especial: na Galeria Europa de Restaurador de Obras de Arte.

Principais prêmios em medalhas de ouro: Academia Brasileira de Letras, Academia Brasileira de Desenho, Academia Brasileira de Imprensa, Ministério do Exército e Aeronáutica, Ministério da Educação e Cultura. Condecoração: Diploma de Grande Mestre e Comenda em artes visuais na Mostra Internacional da Academia Brasileira de Desenho.

Trabalhos em Artes Visuais: Restauração de obras do Ministério do Exército, Bibliex, AMAN, Museu do Exército e colecionadores particulares.

Informações Técnicas

Autor: André Meurer, 1957, gênero: pintura clássica. Técnica: tinta a óleo sob tela, em moldura de madeira.

Visite

A obra de arte está exposta no Salão de Honra, anexo ao Gabinete do Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende/RJ. Está posicionada em local de destaque, e de forma emblemática transmite as autoridades nacionais e estrangeiras que visitam a AMAN, um conjunto de significados e valores históricos da instituição Exército Brasileiro.



REVISTA DA AHIMTB
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL

vol. 1, n. 8, 2024

Resende, RJ
2024

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Editor

Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Marechal Mário Travassos AHIMTB .

Localização: Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN

Conjunto Principal II – Biblioteca Cel. Panizzutti

Endereço: Rodovia Presidente Dutra Km 306

Resende – RJ

Carlos Roberto Peres – Cel. Eng. Ref. – Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da AHIMTB.

Anvalgleber Souza Linhares – Cel. Inf. Ref. – Vice-Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

Graduação em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM)

Especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG)

Especialização em Direito Civil Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG)

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).. Professor de Direito da AMAN e UBM.

Antonio Carlos Simon Esteves – Cel. Inf. Ref. – Secretário da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras

Graduação em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS

Especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco

Especialização em Educação pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército

MBA pela Fundação Getúlio Vargas

MBA pela ISCTE – Lisboa/PT

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Mestrado em Comunicação Social e Educação pela UFRJ.

Alexandre Neves Lemos Esteves. Cel. Inf. – Relações Públicas da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Graduado em História pela UNIRIO e pós-graduado em Política e Estratégia.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2018.

Durland Puppim de Faria. Cel. Int. 1º Tesoureiro da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Graduado em Direito e História, pós-graduado em Ciências Políticas e História Militar e mestrando em História Cultural.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2009.

João da Costa Paiva Filho – Cel. Inf. Ref. – Coordenador da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRJ.

Julio Cesar Fidelis Soares. Professor Universitário. Conselheiro Fiscal da AHIMTB.

Mestre em História Social.

Pesquisador membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia Resendense de História. Integrante do Instituto de Estudos Valeparaibanos e do Grupo de Preservação da História da FEB – Capitão Cobra – Resende - RJ (Instituto de Pesquisas e História Militar Duque de Caxias - RESENDE RJ - Reencenação Histórica Militar).

Marcos Cotrim de Barcellos. Professor Universitário. Membro da AHIMTB.

Graduação em Filosofia pelo Centro Unisal de São Paulo.

Mestrado em Filosofia pela UFRJ.

Doutorado em História Social pela UFRJ.

Professor de Filosofia e História da Educação, Filosofia e História do Direito, na Associação Educacional Dom Bosco.

Professor de História da Filosofia, Filosofia da Ciência e Filosofia da Natureza no Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

Projeto Gráfico e diagramação da Revista

Maria Aparecida Ladeira da Cunha

Desenvolvedor

Kélcio José Gomes

8ª Edição

vol. 1, n. 8, 2024

Periodicidade

Semestral

Site: www.revistamilitarterrestre.com.br

Contato: contato@revistamilitarterrestre.com.br



EDITORIAL

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL | ANO 05 | NÚMERO 08

Antonio Carlos Simon Esteves¹

Prezados leitores,

Em seu oitavo número da Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, esta edição de julho do ano de 2024, em seu quinto ano de existência, tem a satisfação de comemorar os 80 anos da participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na 2ª Guerra Mundial, período em que durante a campanha na Itália, os pracinhas deixaram seus nomes marcados na história daquele país, do Brasil e do mundo democrático.

Temos ainda o orgulho de participar das comemorações dos 80 anos do início de funcionamento da Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, na cidade de Resende, a Princesinha do Vale do Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro.

A capa desta edição nos presenteia com a imagem de um quadro do consagrado Pintor André Meurer que em sua constante presença na região das Agulhas Negras registrou a beleza do conjunto arquitetônico da AMAN, na vigência do século XXI e sua permanente integração com a natureza. Constando na pintura em segundo plano as imagens das diversas escolas de formação de oficiais do Exército Brasileiro ao longo dos séculos de sua existência.

Como noticiado na edição anterior; a AHIMTB – Mario Travassos, sediada na AMAN, no dia 03 de julho deste ano, participando das comemorações dos 80 anos;

¹ Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras – Infantaria/ AMAN, em 1977 - Turma Tiradentes. Em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS, pós-graduação e especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco e pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército. MBA pela Fundação Getulio Vargas e ISCTE – Lisboa/ PT; mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Mestrando em Comunicação Social e Educação pela UFRJ. Professor concursado do Magistério do Exército nas disciplinas de Introdução à Economia e Introdução à Administração na AMAN. Professor Emérito da Academia Militar das Agulhas Negras. Chanceler do Centro Universitário Dom Bosco do Rio de Janeiro, Presidente da Associação Educacional Dom Bosco – Resende/RJ.

autorizada pelo Comando da AMAN e do Exército, com a presença das autoridades, procedeu ao resgate histórico e físico do lançamento da “Pedra Fundamental da Escola Militar de Resende”, ocorrido em 1938, há 86 anos, fato que marcou o início da construção da AMAN - Força de um Ideal, sonho e obra do Marechal José Pessoa.

Através de um QRCode instalado na placa afixada ao maciço rochoso, o visitante à AMAN, através da câmara de seu celular tem a oportunidade de conhecer um pouco mais da história da pedra fundamental da Academia Militar e do Brasil.



Iniciamos com uma homenagem ao saudoso Coronel Veterano Hiram de Freitas Câmara que com suas obras literárias, de forma precisa e concisa, contribuíram ao longo dessas últimas décadas para alicerçar o conhecimento e a difusão dos valores, tão almejados pelo Marechal José Pessoa, dos Cadetes de Caxias. Ao mesmo tempo, por dever de justiça, a AHIMTB neste 80 anos da AMAN em Resende, homenageia o Jornalista Coronel José Alfredo Sodré, que através de seu livro “Resende os cem anos, 1848 – 1948”, retrata o dia a dia da cidade. Editor do centenário Jornal “A Lyra”, foi um fiel observador e cronista dos acontecimentos da sociedade, permitindo o transporte atento para os dias atuais dos diversos fatos militares ocorridos na região. Em particular, os relacionados com a Escola Militar – Cel José Pessoa: 1931 – Pico das Agulhas Negras; 1933 – Manobra Escolar da EMR, tentativa de lançamento da pedra fundamental; 1938 – Pedra Fundamental; 1944 – início de funcionamento; dentre inúmeras outras reportagens realizadas. São contribuições importantes para a história, pois retrata a visão local e cotidiana, diferente dos principais jornais da época, que pela distância de Resende aos grandes centros só cobriam as ocasiões solenes.

O Coronel Veterano Raphaël no artigo apresentado “A História da Ciência Militar e da Filosofia: uma parceria ao longo dos tempos, uma reflexão”, contextualiza o pensamento de renomados filósofos e pensadores; para melhor compreensão dos porquês da Ciência Militar e das razões do comportamento humano ou da Ética na preparação de líderes militares. Principalmente face aos complexos problemas do Terceiro Milênio, que qualquer observador atento aos noticiários, com certeza acompanha com preocupação.

O texto nos faz refletir sobre o uso de drones, das mídias, da inteligência artificial, das novas tecnologias; são questionamentos apresentados na integração da Filosofia/ética com a Ciência Militar. Albert Einstein disse certa vez não saber como

seria a Terceira Guerra Mundial, mas que a quarta seria disputada com paus e pedras, como nos primórdios. Ele se referia ao avanço da tecnologia, cujo alcance é ainda um ponto cego, e sua capacidade de destruição imensa.

“A História do Capitão Ricardo João Kirk: Patrono da Aviação do Exército” é apresentado pelo Historiador Fábio César Santos de Assunção. O dia 23 de março de 2024 marcou o sesquicentenário de nascimento do Capitão Ricardo João Kirk, Patrono da Aviação do Exército. O objetivo do artigo é, através de um estudo bibliográfico, abordar a vida do Capitão Kirk, enfatizando sua formação militar, envolvimento com a atividade aérea e legado em prol da aviação no Exército.

A pesquisa efetuada nos permite aquilatar o desafio enfrentado pelo então 1º Tenente Ricardo Kirk, o primeiro piloto aviador do Exército Brasileiro, que conquistou o brevê internacional nº 1089, emitido pela École d’Aviation d’Etampes, na França; face aos desafios da época, sua tenacidade e dedicação fica evidenciada na evolução e na contribuição desses pioneiros e dos meios dessa máquina de guerra, para a consecução da eficiência e operacionalidade atualmente das Asas da Força Terrestre.

De Sarajevo a Leningrado: O Emprego de Cerco Militar nas Guerras Modernas. César Alexandre da Silva Aprile cita em sua introdução que os cercos militares, embora possam parecer antiquados, representam uma estratégia que perdura ao longo do tempo, como evidenciado pelo Cerco de Leningrado e pelo Cerco de Sarajevo, em plena Europa do século XX.

Quando na história das guerras é citado os cercos militares a lembrança que logo vem ao imaginário das pessoas são os castelos fortificados, seus fossos e outras estratégias utilizadas para defesa de uma cidadela e sua população. Isto em um passado recente, principalmente na Europa, na idade média. Se formos na Ásia milenar, as Muralhas da China ainda hoje nos surpreendem, principalmente por defenderem um território por milhares de quilômetros de extensão, e construídas na crista militar. Outro exemplo famoso, foi o cerco de Troia, há mais de 1.200 a.C. que durou dez anos, transmitido pela mitologia grega, esta guerra entre os aqueus das cidade-estado da Grécia e Troia, só teve fim com o famoso Cavalo de Troia.

O autor citando os dois conflitos presentes em pleno século XX, através de sua pesquisa, convida a reflexão para: “não apenas examinar os aspectos táticos e logísticos dos cercos, mas também entender seu impacto humanitário, político e social nas populações afetadas e nas dinâmicas de conflito. E que essas experiências mostram que a eficácia dos cercos militares não foi tão facilmente obsoleta”.

O Aspirante a Oficial de Infantaria Caio de Moraes Venâncio, da Turma de 2023, em seu artigo: “Além do Treinamento o papel das Tradições na Formação da AMAN” traz ao leitor uma contribuição atual, que pode ser comparada, com os valores preconizados pelo Marechal José Pessoa, desde o seu comando na Escola Militar de Realengo e neste percurso dos 80 anos da AMAN em Resende, comemorados em 2024.

Destaca em sua introdução “a importância da abordagem dos ritos e tradições militares na formação do oficial combatente do Exército Brasileiro. Explora como o culto a esses elementos ensina valores como disciplina, hierarquia e respeito à lei e ordem. E conclui que, embora a formação técnico-profissional seja central; a construção do caráter e moral ocorre no cotidiano, destacando a perenidade dos valores

do Exército, mesmo diante das mudanças táticas ao longo do tempo”.

O artigo, fruto da pesquisa do Coronel Veterano Durland Puppim de Faria, insere-se de forma muito apropriada nas comemorações dos 80 anos de participação da FEB na II Guerra Mundial. Tem como título: “A criação e a preparação da Força Expedicionária Brasileira”. Com um texto muito claro e cronológico, relata as dificuldades e cita: “fato este que, para muitos, seria impossível de ser realizado ou como se dizia na época, seria mais fácil uma cobra fumar que o Brasil enviar uma força militar para a guerra”.

O artigo é dividido em subtítulos: O crescente envolvimento do Brasil na guerra, A entrada do Brasil na Guerra, A mobilização da FEB, A Organização da Força Expedicionária Brasileira, O treinamento, O deslocamento para a Itália; e permite a construção da dificuldade enfrentada e os desafios a serem vencidos. Em suas considerações finais destaca que: “quando a Força Expedicionária Brasileira se deslocou para a Europa para participar desse conflito mundial, onde os melhores e mais bem armados exércitos do mundo se enfrentavam, os integrantes da FEB sabiam que enfrentariam enormes dificuldades envolvendo não só as incertezas do combate, mas, também, as dificuldade do clima, do idioma, da alimentação e da falta de um treinamento completo”.

O Historiador Matheus Benedito de Oliveira, nesta edição da Revista da AHIMTB, de julho de 2024, nos apresenta em seu artigo, a efeméride dos “100 anos da Revolução de 1924 no Estado de São Paulo”. De forma apropriada através das palavras-chave: Revolução de 1924, Movimento Tenentista, Tropas Legais, blindados, aviação; aborda o Movimento Tenentista em busca de melhores condições de vida para os brasileiros e moralização das Instituições.

Utiliza documentos publicados pelos participantes do conflito e destaca o emprego das novas tecnologias como blindados e da aviação no palco das operações. Conclui de forma parcial com “o desejo dos Tenentes que continuava vivo no “Tenentismo” que só seria encerrado em 1930 com a Revolução de 30.

O Tenente de Comunicações Alan Eduardo Cunha Araújo, da Turma de 2023 e o Tenente Coronel Walfredo Bento Ferreira Neto, do Quadro Complementar de Oficiais apresentam aos leitores da Revista da AHIMTB um artigo que versa sobre assunto moderno, de alta tecnologia e decisivo nos teatros operacionais de todo os exércitos. “Satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas - SGDC: contribuições para as operações militares e soberania nacional”.

Descreve suas principais aplicações militares e civis, os Sistemas de Comunicações por Satélite e os óbices. Conclui que para garantir a soberania tecnológica do Brasil e aprimorar as comunicações civis e militares em todo o território nacional, é fundamental que haja o desenvolvimento de sistemas de comunicação por satélite. É preciso investir em tecnologia de ponta e em recursos humanos qualificados para garantir o sucesso contínuo e a soberania nacional.

Uma boa leitura.



SUMÁRIO

Homenagem ao Cel Inf QEMA Hiram de Freitas Câmara “A Força de um Ideal”	12
<i>Conselho Editorial da Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil</i>	
A História da Ciência Militar e da Filosofia: uma parceria ao longo dos tempos, uma reflexão...	15
<i>Júlio Raphaël de Freitas Coutinho</i>	
A História do Capitão Ricardo João Kirk: Patrono da Aviação do Exército	21
<i>Fábio César Santos de Assunção I</i>	
De Sarajevo a Leningrado: O Emprego de Cerco Militar nas Guerras Modernas	35
<i>César Alexandre da Silva Aprile</i>	
Além do Treinamento: O Papel das Tradições na Formação da AMAN	46
<i>Caio de Moraes Venâncio</i>	
A Criação e a Preparação da Força Expedicionária Brasileira	58
<i>Durland Puppim de Faria</i>	
100 anos da Revolução de 1924 no Estado de São Paulo	70
<i>Matheus Benedito de Oliveira</i>	
Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas: Contribuições para as Operações Militares e Soberania Nacional	76
<i>Alan Eduardo Cunha Araújo Walfredo Bento Ferreira Neto</i>	

Homenagem ao Cel Inf QEMA Hiram de Freitas Câmara - “A Força de um Ideal”

Conselho Editorial da Revista da Academia
de História Militar Terrestre do Brasil¹



Nesta oportunidade a Academia de História Militar Terrestre do Brasil presta uma singela homenagem ao coronel de Infantaria e Estado-Maior, Hiram de Freitas Câmara, um de seus antigos integrantes, ocupante da Cadeira Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras, falecido em 18 de janeiro de 2024, no Rio de Janeiro.

O Cel Hiram realizou o curso de Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, tendo sido formado em infantaria na turma de 1962.

Atuou como integrante da Força Interamericana de Paz, a serviço da OEA, em São Domingos, no Caribe, quando foi subordinado do então coronel Meira Mattos,

¹ Cel Carlos Roberto Peres; Cel Anvalgleber de Souza Linhares; Coronel João da Costa Paiva Filho; Coronel Antonio Carlos Simon Esteves; Coronel Durland Pupim de Faria; Coronel Alexandre Neves Lemos Esteves; Coronel Nery Oliveira Dornelles; Empresário Luís Renato Braganholo; e Professor Júlio Cesar Fidélis Soares.

que viria a ser seu comandante na AMAN. Integrou o Grupo de Instrução Especializada do Contingente Latino-Americano da Força de Paz e esteve destacado junto ao Batalhão de Engenharia da 82ª Divisão Paraquedista do Exército dos Estados Unidos.

Foi instrutor do Curso de Infantaria da AMAN e Ajudante de Ordens do comandante da Academia Militar, o General Meira Mattos.

Concluiu o Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais no ano de 1972.

Serviu na Infantaria Divisionária da 7ª Região Militar e na Diretoria de Transportes.

Realizou o Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Após o curso serviu no Comando da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada.

Retornou à ECEME como instrutor e participou da reorganização do Curso de Preparação a distância dos futuros candidatos ao concurso para a Escola.

Realizou o Curso de Chefia e Estado-Maior das Forças Armadas na Escola Superior de Guerra.

Foi comandante do Colégio Militar de Fortaleza. Após o comando retornou à ECEME dando continuidade ao trabalho junto ao Curso Preparatório, intensificando os trabalhos de modernização do ensino a distância.

Ao passar para a reserva foi designado representante do Ministério do Exército junto ao Programa Educação pela Qualidade do Instituto Euvaldo Lodi, da CNI.

Dentre outros cursos, é pós-graduado em Estudos dos Problemas Brasileiros pela UERJ.

Exerceu o cargo de Vice-presidente de Projetos Especiais da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional.

É autor da obra literária “Marechal José Pessôa - A Força de um Ideal”, na qual destaca o ilustre comandante da Escola Militar do Realengo, no início da década de 1930, do século passado e idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras. O livro apresenta o resultado de uma pesquisa de cerca de 10 anos realizada em inúmeras fontes, com prefácio do Brigadeiro Pessôa, filho do Marechal e apresentação do Gen Meira Mattos.

É um dos autores da obra literária “Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – A Escola do Método”, elaborado para as comemorações do centenário daquele estabelecimento de ensino, ocorrido em 2005.

Atuou como consultor na elaboração do livro “Academia Militar Dois séculos formando oficiais para o Exército 1811 – 2011”, organizado para as comemorações dos duzentos anos de criação da Academia Real Militar.

Foi Presidente, e um dos criadores, do Centro THEMAS, entidade dedicada a Estudos Políticos, Estratégicos e de Relações Internacionais, com sede no Edifício do Clube Militar, na Av. Rio Branco – Rio de Janeiro.

Associado honorário emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, onde teve destacada participação realizando palestras em diversos Estabelecimentos de Ensino

do Exército com foco na figura do Marechal José Pessôa e sua decisão de construir uma Academia Militar para formar os futuros oficiais do Exército, fora de um grande centro, afastando-os do burburinho político.

Em suas palestras, sempre destacava a visão do Marechal sobre o Exército:

“Ao Corpo de Oficiais cabe o dever de aceitar o Exército como a Nação pode tê-lo, mas o dever ainda maior de redobrar esforços para colocá-lo à altura de sua elevada missão“.

Marechal José Pessôa Cavalcanti de Albuquerque. 1949

A AHIMTB lamenta profundamente a perda de tão prestimoso confrade, que tanto contribuiu para a nossa história militar.



A História da Ciência Militar e da Filosofia: uma parceria ao longo dos tempos, uma reflexão...

Júlio Raphaël de Freitas Coutinho¹

A Ciência Militar é decisiva quando se estabelece a Guerra ou a Paz, e a Filosofia, com a sua subdisciplina Ética, é fundamental para o entendimento do Homem, da Sociedade, da Guerra e da Paz.

Contextualizou-se, neste artigo, o pensamento de renomados filósofos e pensadores para melhor compreensão dos porquês da Ciência Militar e das razões do comportamento humano ou da Ética na preparação de líderes militares. Este é um artigo de Ética, com um enfoque especial direcionado à Ciência Militar. A narrativa seguiu a cronologia linear e investigativa, do passado ao presente, tendo como foco a ação interativa entre Filosofia e a Ciência militar, através de sua desejável liderança, para resolver com eficácia os complexos desafios de segurança deste milênio.

Tanto a história da Filosofia quanto a da Ciência Militar buscaram estabelecer esquemas para interpretar a realidade da sociedade. Logo há algo em comum desde o início dos tempos. Ambas constituem tentativas de compreender o mundo e nossa forma de sobrevivência. A Filosofia nasceu da admiração que busca “compreender” ou verificar, continuamente, a finalidade desse entendimento do ser no mundo. Uma tentativa de demarcação refere-se à compreensão da Filosofia como atividade cuja vontade exaustiva de percepção nos levaria a prolongar, indefinidamente, as interrogações. A Ciência Militar constitui o desejo intrínseco de conhecer o ser humano, de buscar a sua sobrevivência, de se superar, de transcender metas e também de obter conquistas.

¹ Coronel Reformado. Foi Comandante dos 10ºBI (Juiz de Fora – MG) e Batalhão de Força de Paz brasileiro na UNAVEM III (2*Contingente). O autor é pós-graduado em Administração, Ciências Militares, Educação, Estratégia, Filosofia, Logística, Negociação, Política, e tecnologia de Informação. Foi, também, comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro e professor de Filosofia e de Ciência Gerencial da Academia Militar das Agulhas Negras. Acadêmico de História Militar Terrestre do Brasil na cadeira nº12 do patrono: Mal João Baptista Mascarenhas de Moraes e é colaborador da revista da AHIMTB.

A Filosofia tem desempenhado papel determinante para compreensão de problemas que surgem no decurso da prática científica através dos tempos. A História revela que a Ciência Militar recorreu a ela para encontrar, pela via da reflexão e do debate, resposta para os seus questionamentos.

Na Antiguidade o pensador Aristóteles foi o preceptor de Alexandre Magno e contribuiu, com os seus saberes filosóficos, para os projetos político-militares daquele grande estadista e militar do passado. Na Idade Moderna, o filósofo Descartes desenvolveu o “Discurso do Método”. A partir desse saber filosófico, a Ciência Militar desenvolveu o método cartesiano denominado: “estudo de situação” que é empregado pelas forças militares até a nossa contemporaneidade.

Devendo interagir com a Ciência Militar, a Filosofia deve apresentar a sua subdisciplina: Ética no que diz respeito ao comportamento humano, os valores e virtudes necessárias à liderança militar independente do fator tempo, intrínsecas à própria condição humana.

Como então realizar as tarefas que a Ciência Militar necessita com a interação da Filosofia no cenário desafiador do Terceiro Milênio?

Para melhor imersão no novo cenário os futuros(as) líderes militares das Forças Armadas deverão enfrentar enormes desafios num futuro próximo, no quase agora... São tempos novos. São tempos de transformação.

Deve-se levar em conta que vivemos numa época tão rica em tecnologia e tão pobre em ética. Estamos criando “super estudantes” e “super profissionais”, nascidos na era digital, precoces no seu desenvolvimento, ávidos de novidades, ligados a muitos estímulos ao mesmo tempo e também capazes de muitas ações simultaneamente.

As diferenças e mudanças na forma de viver na sociedade tornam-se cada vez mais marcantes. Contudo, devemos levar em conta que no meio militar os princípios, valores e regras de conduta sempre foram e continuarão a ser imprescindíveis à adequação das suas especificidades. Além disso, é premente colocar o futuro líder, o estudante militar, numa forma mais ativa para resolver problemas futuros que nenhum docente poderia antever.

No novo cenário, submeto à apreciação e à reflexão do leitor uma possível meta a ser proposta: Uma Força Armada moderna e condizente ao Terceiro Milênio, com os mesmos valores.

Sobre valores, Guerra e Paz, para a nossa reflexão, apresento a seguir parte de uma conferência feita pelo Gen Douglas MAC ARTHUR:

Dever, Honra, Pátria! Estas três santas palavras ditam com reverência, o que deveis ser, o que podereis ser e o que sereis. Elas constituem o vosso ponto de partida para encontrardes a coragem quando esta parecer faltar, recuperardes a fé quando parecer haver pouco que esperar dela, renovardes a esperança quando ela parecer estar desfalecendo. [...] o soldado acima de qualquer outro cidadão, ora pela paz, pois é ele quem sofre e recebe as maiores feridas e cicatrizes da luta. Mas sempre soam a nossos

ouvidos aquelas vetustas palavras de Platão, o mais sábio de todos os filósofos: ‘Somente os mortos viram o fim da guerra’.²

Para alcançar tal meta, propõe-se o questionamento:

“Como então interagir com a nova geração de forma a atingir o seu desenvolvimento, consonante com as especificidades militares, preparando-a para os complexos desafios da liderança militar no Terceiro Milênio?”

Para dar solução ao questionamento acima apresentado e com a finalidade de orientar o discente de uma escola superior militar e os estudiosos de Filosofia e da Ciência Militar este artigo teve a pretensão de apresentar uma proposta de integrar, de forma plena e eficaz, estas áreas de conhecimento de forma a facilitar a resolução dos complexos desafios desta contemporaneidade.

O estabelecimento de um processo pedagógico nesses tempos é determinante para colocar o discente no centro do processo educativo, não basta ser uma intenção. Imprescindível haver praticidade. Não devemos “dourar a pílula” ou “fazer o me engana que eu gosto”, isso deve ser feito na “radicalidade”. Não fazendo dessa forma, estaremos dificultando o discente para enfrentar os complexos desafios que ocorrerão não num futuro remoto, mas no quase aqui e agora.

A respeito da Ciência Militar torna-se relevante preparar o discente para agir como um oficial, não para o futuro, mas no momento presente. Desde já ele assumirá a responsabilidade de aprender para ensinar e dar soluções, devendo se relacionar com o seu docente, que agora atuará como um indutor do processo educacional, como parceiro na busca incessante do aprender. Assim, o discente, futuro líder militar, estará preparado para solucionar os complexos problemas da contemporaneidade.

A Ciência Militar não pode responder todas as interrogações que são colocadas, como a compreensão do sentido de ser, da Justiça, da ética, da lógica, de felicidade e do sentimento. Essas atitudes indicam, muitas vezes, escolhas que não são relativas ao conhecimento científico. Para a Filosofia, no entanto, não há investigação que possa ser equacionada de maneira unicamente empírica, uma vez que o tratamento de suas questões não se esgota empiricamente. A vitalidade da Filosofia é essa percepção da continuidade do interrogar.

Para discorrer analiticamente sobre o comportamento humano, em especial para aqueles que irão exercer a liderança através da Filosofia, os autores basearam-se nos registros das palavras dos pensadores desde o início dos tempos até aos nossos dias. Sócrates, Platão e Aristóteles nos ensinaram a viver em sociedade (a Política, a Guerra, a Ética, as Virtudes e a Justiça); Aristóteles apresentou a arte de pensar através de uma precisa metodologia (a Lógica); Epiteto, Zenon, Marco Aurélio e Sêneca trouxeram lições do como manter a calma e lidar com as nossas emoções no meio do caos (o Estoicismo); Immanuel Kant e Émile Durkheim trouxeram a Ética, respecti-

2 MAC ARTHUR, Gen Douglas. Trechos da conferência proferida na Academia Militar de West Point, no dia 12 de Maio de 1962, após o autor receber o Prêmio Sylvanus Thayer pelos relevantes serviços prestados à Nação norte-americana. O discurso completo existe na Biblioteca da AMAN.

vamente, a autônoma do indivíduo e a heteronômica da Sociedade; René Descartes apresentou a Sistematização (O Discurso do Método); Jeremy Bentham demonstrou a Ética do interesse (o Utilitarismo); Jean-Marie Guyau e Henri Bergson ampliaram o entendimento da Ética do Sentimento e da Emoção ; John Rawls apresentou a Governança da vida Coletiva (A Equidade); e Klaus Schwab nos trouxe a Ética face a inovação e a Tecnologia (A Quarta Revolução Industrial).

Os exemplos aqui expostos dos grandes filósofos e pensadores, anteriores à nossa época, não significam que devemos retornar ao passado. Além desses pensadores e correntes filosóficas devemos refletir sobre a conveniência de introduzir o estudo da Filosofia Oriental onde Sun Tzu foi o primeiro tratadista conhecido que estabeleceu uma ligação entre a Filosofia e a Ciência Militar, e, poucas décadas depois, Sócrates, Platão e Aristóteles na Grécia, estabeleceriam e ensinariam. Outro grande filósofo que tratou a relação entre Ciência Militar e Filosofia que poderia ser estudado seria Maquiavel. O acervo deixado pelos Grandes Filósofos e pensadores é sempre muito importante. Seria insensato querer reconstruir, por exemplo, a “platonopolis” ou o “mundo aristotélico”. Ao contrário, esse recuo histórico é para tomar impulso, buscando luzes que nos ajudem a entender o mundo “paradoxal e complexo”. Entendendo o passado, seus acertos e erros, aprenderemos a construir no presente um projeto sólido que se desdobre por muitas décadas e, se possível, por séculos adiante.

Também é importante lembrar a questão proposta pelo autor no início deste artigo:

“Como então interagir com a nova geração de forma a atingir o seu desenvolvimento, consonante com as especificidades da liderança militar, preparando-a para os complexos desafios do Terceiro Milênio? ”

Esse questionamento nos remeteu para um dilema. Ou importar preceitos de forma precipitada, sem a necessária adaptação, que nem sempre retratam a nossa realidade e as características, valores e servidões das Forças Armadas Brasileiras; ou apresentar mudança para criar, superar, inovar e transformar a situação pretérita. Essas alternativas levaram o coordenador-autor, após apuradas pesquisas, a considerar como válida a máxima de Aristóteles: “A virtude está no meio).

Dessa forma, a solução futura proposta neste artigo é de um lado não perder de vista os preceitos importados que devem ser adaptados à realidade das Forças Armadas. De outro lado processar alternativas de mudança para atender o novo cenário do Terceiro Milênio que está, apenas, em seu estágio inicial. Tal cenário é um desafio à Ciência Militar, seja para integrar-se às novas tecnologias como também para procurar desenvolver formas mais ágeis de governança e valores positivos que, fundamentalmente, mudarão o modo como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos.

As tecnologias emergentes poderão proporcionar enormes benefícios às lideranças militares e à sociedade, mas a experiência das revoluções industriais anteriores nos lembram de que para alcançá-los plenamente, a Ciência Militar deverá enfrentar três grandes desafios, a saber:

1. Comprovação de que os benefícios da Quarta Revolução Industrial serão distribuídos de forma justa;
2. Gerenciamento das atividades externas da Quarta Revolução Industrial no que diz respeito aos possíveis riscos e danos; e
3. Garantia de que a Quarta Revolução Industrial será liderada por humanos e estará centrada na HUMANIDADE.

Os mais recentes problemas que acometeram a tecnologia tiveram suas raízes no conflito com a ética: vazamento, venda, manipulação de dados (“fake News”) e a ação da inteligência artificial face à natureza humana. Não é sem razão que a área da tecnologia avançada, e dentre elas a militar, tem recorrido à experiência da Filosofia, para que esta contribua na relação, no comportamento e na interioridade humana. Assim serão criadas condições para que a tecnologia desenvolva seus produtos e serviços, sem infringir os princípios essenciais e básicos da ética.

A integração Filosofia/Ciência Militar irá desenvolver questionamentos como: Que padrões a inteligência artificial deve seguir para interagir com humanos? Quais devem ser os objetivos das atividades militares no cenário desafiador do século XXI? Como humanizar as novas tecnologias?

Esses questionamentos, indiscutivelmente, irão indicar a própria finalidade da Ciência Militar no novo cenário. A consequência que daí advém mostrará que a Filosofia irá contribuir, de maneira parceira, com a Ciência Militar de forma a desenvolver respostas mais contundentes e eficazes aos complexos problemas do Terceiro Milênio. Entretanto jamais devemos esquecer que a Ética através dos valores da sociedade humana, referentes ao estudo da Ciência Militar, transcendem aos tempos e são certamente a base onde se assentam os seus conhecimentos, ao longo da história passada e certamente da futura. No curso da História tivemos a primeira, segunda, terceira e agora a quarta Revolução Industrial e certamente se sucederão outras Revoluções. Podemos perceber que ao longo da História da humanidade as ciências podem até evoluir de forma rápida e exponencial, mas, na área da Ciência militar o seu baldrame ou a sua base sempre se apresentou sob a forma de valores e da Ética. Uma reflexão...

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. 9ª edição Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: FORENSE Universitária 1999.

CARDOSO, Alberto Mendes. Os Treze Momentos – análise da obra de Sun Tzu. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

COHEN, Willian A. Lições de liderança na Guerra. Trad. Brasil Ramos Fernandes. São Paulo: Makron Books, 2002.

- CLAUSEWITZ, Carl Von – Da Guerra. Trad. Maria Teresa Ramos .São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COUTINHO, Júlio Raphael, Platão e Aristóteles: os mestres do saber político. 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora SESI, 2009.
- COUTINHO, Júlio Raphael, Filosofia e a Ciência Militar no Terceiro Milênio. 1ª edição, Gráfica do Patronato – Resende RJ, 2020.
- DE CICCIO, Cláudio, Dinâmica da História, São Paulo, Palas Athena do Brasil, 1981.
- DE FREITAS COUTINHO, M. A. Geopolítica e ciências afins: considerações teóricas. Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares. V. 15, N. 52, P. 61-90, 18 DEZ. 2020.
- HUDE, Henri. A Ética do Decisor. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2015.
- LIDER, Julian. Da Natureza da Guerra. Trad Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro. BIBLIX, 1987.
- MACHIAVELLI, Niccoló. Maquiavel Essencial. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.
- MOTTA, Jehovah. Formação do Oficial do Exército, Currículos e Regime na Academia Militar. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2001.
- PEGORARO, Olinto Antônio. Ética dos Maiores Mestres Através da História. 5ª edição- Petrópolis: Vozes, 2013.
- SCHWAB Klaus e DAVIS Nicholas. Aplicando a Quarta Revolução Industrial. 1ª edição. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2018.
- SGARBOSSA, Luís F. IENSUE, Geziela. Teoria do Estado Moderno e Contemporâneo. [S.l.]: Instituto Brasileiro de Pesquisa Jurídica, 2018.
- SKINNER, Quentin. “A era dos príncipes. ” In: As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SMITH, Paul. Filosofia Moral e Política. São Paulo: Madras, 2009.
- TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos. Curitiba: InterSaberes, 2017.



A História do Capitão Ricardo João Kirk: Patrono da Aviação do Exército

Fábio César Santos de Assunção¹

RESUMO

O dia 23 de março de 2024 marcou o sesquicentenário de nascimento do Capitão Ricardo João Kirk, Patrono da Aviação do Exército. Sua memória está fortemente vinculada à Campanha do Contestado, onde protagonizou em 1915, o primeiro emprego de aviões em operações militares na América do Sul, vindo a tombar em combate durante o cumprimento dessa missão. Embora seu escopo de atuação em prol da aviação no Brasil extrapole as atividades militares e o recorte temporal onde se deu o acidente, a comoção causada pela tragédia que lhe tirou a vida faz com que outros aspectos de sua carreira militar passem despercebidos. Dessa forma, o objetivo desse artigo é, através de um estudo bibliográfico, abordar a vida do Capitão Ricardo João Kirk, enfatizando sua formação militar, envolvimento com a atividade aérea e legado em prol da aviação no Exército.

Palavras-chave: Capitão Ricardo João Kirk, Aviação do Exército, Campanha do Contestado.

ABSTRACT

March 23rd, 2024 marked the sesquicentenary of the birth of Captain Ricardo João Kirk, Patron of Army Aviation. His memory is strongly linked to the Contestado Campaign, where he starred in 1915, the first use of planes in military operations in South America, falling in combat while carrying out that mission. Although his scope of action in favor of aviation in Brazil goes beyond military activities and the time frame in which the accident occurred, the commotion caused by the tragedy that took his life means that other aspects of his military career go unnoticed. Therefore, the objective of this article is, through a bibliographical study, to address the life of Captain Ricardo João Kirk,

¹ Licenciado em História pela Universidade de Taubaté-SP. Historiador do Espaço Cultural da Aviação do Exército.

emphasizing his military training, involvement with aerial activity and legacy in favor of aviation in the Army.

Keywords: Captain Ricardo João Kirk, Army Aviation, Contestado Campaign.

1 INTRODUÇÃO

O culto à figura de patronos é uma prática adotada no Exército Brasileiro desde a década dos anos de 1920, entretanto sua instituição oficial somente ocorreu por intermédio do Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962, no qual as já consagradas escolhas, do Patrono do Exército, Marechal Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), dos Patronos das Armas e dos Serviços até então existentes, além do Patrono do Magistério Militar foram homologadas.

Segundo Castro (2002, p.10), a adoção do termo patrono, cujo significado nos remete a ideia de modelo e protetor, teve início na cultura militar brasileira com a chegada da Missão Militar Francesa de Instrução. O processo de escolha de um patrono não possui regras específicas, mas recai em uma personalidade que se destacou dentro de um contexto histórico e cuja memória nos permita a construção de uma identidade baseada no que ele representa e cuja conduta e feitos realizados nos inspirem como um modelo a ser seguido e como um protetor a ser evocado.

Com o passar do tempo e com o intuito de atender as demandas existentes, novos patronos foram entronizados. Recentemente, o Capitão Ricardo João Kirk (1874-1915) foi incluído no rol deste seletivo universo, sendo instituído Patrono da Aviação do Exército por intermédio da Portaria nº 1.658, do Comandante do Exército, de 16 de dezembro de 2021. Essa mesma Portaria estabeleceu sua data natalícia, 23 de março de 1874, como o Dia da Aviação Exército.

A história do Capitão Ricardo João Kirk no Exército teve início no final do século XIX, quando vigorava o Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890, que em substituição ao então, recém-publicado Decreto nº 10.203, de março de 1899, reorganizou o ensino nas Escolas do Exército.

Segundo esse Decreto, a formação de Oficial do Exército tinha início com um Curso Preparatório, ministrado em três anos. Os concludentes do Curso Preparatório eram ma-triculados no Curso Geral, que tinha a duração de quatro anos. Após a conclusão deste último, os alunos eram matriculados no Curso das Três Armas (Infantaria, Cavalaria e Arti-lharia) que tinha a duração de um ano, totalizando, assim, oito anos de formação.

Ainda, conforme o supracitado Decreto, o Curso Preparatório poderia ser realizado em três diferentes escolas, localizadas nas cidades do Rio de Janeiro-Capital Federal, Porto Alegre-RS, ou em Fortaleza-CE. O Curso Geral e o Curso das Três Armas eram oferecidos somente nas Escolas do Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Além dessas Escolas, havia a Escola Superior de Guerra, responsável pela instrução técnica dos Oficiais do Exército, onde funcionavam os Cursos de Artilharia, de Estado-Maior e Engenharia.

Para uma melhor abordagem e análise da história do Capitão Ricardo João Kirk, este estudo foi dividido em quatro partes. A primeira parte (1891-1908) aborda o conturbado começo da carreira militar de Kirk, fortemente impactado por acontecimentos políticos em virtude da Proclamação da República e pela frequente reformulação dos institutos militares de ensino. A segunda parte (1908-1912) aborda a promissora fase na qual conclui o Curso Preparatório, o Curso Geral e obtém seu Brevê de Piloto. A terceira parte (1913-1914) é marcada por sua dedicação a aviação no Exército. A quarta parte (1914-1915), apresenta o envolvimento de Kirk com a Campanha do Contestado e seu legado para a aviação no Exército.

2 O INÍCIO DA CARREIRA MILITAR

O Capitão Ricardo João Kirk assentou praça voluntariamente no 10º Batalhão de Infantaria em 25 de julho de 1891, permanecendo desde essa data à disposição do Comando da Escola Militar da Capital Federal, onde se apresentou dois dias depois, em 27 julho de 1891, sendo incluído na 4ª Companhia do Corpo de Alunos (Brasil, 2007).

Naquela época, os candidatos que pleiteavam matrícula na Escola Militar, sendo paisanos, tinham que primeiramente assentar praça no Exército, para posteriormente obter sua matrícula na condição de Aluno Praça de Pré, e somente caso obtivessem aprovações plenas nos dois primeiros anos do Curso Geral, passavam a condição de Alferes-Aluno, obtendo a partir de então, alguns benefícios como, por exemplo, o externado e um soldo equiparado a Alferes, no caso das Armas Infantaria e Cavalaria, ou de Segundo-Tenente, no caso da arma de Artilharia (Brasil, 1890).

A primeira menção que se faz a patente do Patrono da Aviação do Exército, já o trata como “Aluno Praça de Pré” (Brasil, 2007). Desde a Reforma de 1874, conviviam lado a lado os alunos chamados “Praças de Pré” e os Alunos Oficiais (Trevisan, 2011, p.48), sendo que, o termo “Aluno Praça de Pré” era corriqueiramente encurtado para “Praça de Pré”.

Entretanto, Praça de Pré era uma designação genérica, que contemplava as patentes de Soldado, Anspeçada, Cabo de Esquadra, Furriel, 2º sargento, 1º Sargento e Sargento-Ajudante e Quartel-Mestre (Vianna, 1897, p.336).

Esse encurtamento de “Aluno Praça de Pré” para “Praça de Pré” faz com que hoje, muito frequentemente, esses dois termos sejam equivocadamente tratados como sinônimos.

Assim, embora tenha sido incluído na 4ª Companhia do Corpo de Alunos, desde 27 julho de 1891, a matrícula do então Aluno Praça de Pré Ricardo Kirk, no 1º ano do Curso Preparatório da Escola Militar da Praia Vermelha, somente ocorreu em 11 de março de 1892 (Brasil, 2007).

Em 1893, quando cursava o segundo ano do Curso Preparatório, eclodiu a Revolta da Armada. O Aluno Praça de Pré Ricardo João Kirk teve participação efetiva nesse evento e, no período compreendido entre 02 de setembro de 1893 e 13 de março de 1894, atuou ao lado das Forças Governistas, auxiliando na defesa do Forte de São Bento, sendo ainda empregado no rebocador “Audaz” no qual, dentre outras

atividades, atuou em uma missão secreta do Governo (Brasil, 2007).

Logo após essa missão secreta foi promovido a Sargento. Pela sua atuação na Revolta da Armada, embora ainda se encontrasse no 2º ano do Curso Preparatório foi, por Portaria do Ministério da Guerra, comissionado no posto de Alferes para a Arma de Cavalaria e posteriormente, por intermédio do Decreto de 3 de novembro de 1894, foi promovido ao posto de Alferes para a Arma de Cavalaria, por serviços prestados à República (Brasil, 2007).

No final de 1894, Prudente de Moraes assumiu a Presidência da República e em 1895, quando as aulas começaram na Escola Militar da Praia Vermelha, houve um manifesto de estudantes contra o Comandante da Escola e ao novo Governo, e em apoio ao Ex-Presidente Floriano Peixoto (McCann, p. 61). Em resposta a essas manifestações, o Exército desligou os alunos praças e prendeu os alunos oficiais, que foram mandados para unidades por todo o país.

Conforme McCann (2009, p.61), em 1894 não houve aulas e em fins de março de 1895, o corpo discente foi dispersado. Em 15 de março de 1895, o Alferes Ricardo Kirk foi desligado da Escola Militar visto ter sido trancada a sua matrícula.

No início do ano de 1897, o Alferes Ricardo Kirk conseguiu autorização para continuar o Curso Preparatório, sendo matriculado no terceiro ano da Escola Militar do Rio Grande do Sul, conforme Ordem do Dia Escolar nº 45 de 25 de outubro de 1897(Brasil, 2007).

Em maio de 1897, a Escola Militar da Praia Vermelha novamente revoltou-se, sendo fechada e suas aulas suspensas.

Em 26 Mai 1897, durante a 4ª Expedição, o MG teve de lançar mão da munição estocada na Escola Militar do Brasil (Praia Vermelha) para atender outras necessidades do sul do País. Os alunos, vendo nisso uma tentativa de enfraquecê-los, fomentaram a revolta da Escola. O Cmt foi preso e a rebelião dominada. Historiadores lançaram a hipótese de que os alunos se revoltaram porque a munição seria utilizada contra Canudos e eles seriam contra aquela guerra. Não foi verdade (Muxfeldt e Giorgis, 2002, p.110).

Como consequência, em 25 de Novembro de 1897, entrou em vigor a Lei nº 463, que dentre outras medidas, extinguiu o Curso Preparatório da Escola Militar do Ceará e o Curso Geral da Escola Militar de Porto Alegre, mantendo somente a Escola Militar da Praia Vermelha como responsável pelo Curso Geral.

Criou, ainda, duas escolas responsáveis pelo Curso Preparatório, a partir de agora equivalente ao Ensino Secundário, uma em Rio Pardo-RS, em substituição ao curso existente em Porto Alegre e outra em Realengo, em substituição ao curso existente na Praia Vermelha.

O Alferes Ricardo Kirk encontrava-se distante deste episódio. Havia se apresentado em 15 de Setembro de 1897, em Porto Alegre, para frequentar o terceiro ano do Curso Preparatório, mas foi afetado por essa medida e em 25 de abril de 1898, se apresentou na Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo-RS.

Pouco antes do Alferes Ricardo Kirk se apresentar na Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo-RS, outro decreto entrou em vigor, o de nº 2.881, de 18 de abril de 1898, estabelecendo que o Curso Geral da Escola Militar do Brasil (Escola Militar da Praia Vermelha) constaria de duas partes: um Curso Geral, compreendendo o estudo teórico e prático das Três Armas do Exército, e um Curso Especial, destinado ao estudo das matérias inerentes ao Estado-Maior e à Engenharia Militar.

O Curso Geral duraria três anos e o Especial dois. A aprovação em todas as matérias dos três primeiros anos do Curso Geral habilitava o aluno com o Curso das Três Armas. A aprovação em todas as competências dos cinco anos, habilitava com o Curso de Estado-Maior e Engenharia Militar.

Em 14 de fevereiro de 1899, Kirk concluiu o Curso Preparatório da Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo-RS, apresentando-se em 1º de abril de 1899 para o 1º ano do Curso Geral da Escola Militar do Brasil, onde foi incluído como adido à 1ª Companhia de Alunos.

Entre 1900 e 1903, o Alferes Ricardo Kirk foi acometido por problemas de saúde que impediram sua permanência no Curso Geral da Escola Militar.

Nesse período, recebeu diversos diagnósticos como, por exemplo, reumatismo, reumatismo articular subagudo e faringite granulosa, sendo que nenhum dos tratamentos aplicados à época surtiram resultados satisfatórios.

Somente em fevereiro de 1904, conforme parecer da junta médica militar, o Alferes Ricardo Kirk foi inspecionado e julgado pronto para nova matrícula, sendo esta, conforme sua Fé de Ofício, efetivada no dia 24 de março de 1904.

Nesse mesmo ano, em virtude da Revolta da Vacina, a Escola Militar da Praia Vermelha foi definitivamente fechada. O Alferes Ricardo Kirk, por sua participação no movimento, foi recolhido preso e incomunicável no 22º Batalhão de Infantaria, respondendo a Conselho de Guerra (Brasil, 2007).

Os estudantes foram mandados para várias guarnições do Rio Grande do Sul, e ali sumariamente expulsos do Exército, sem soldo e sem farda. Muitos tiveram de pedir emprestados roupas e dinheiro para voltar para casa. Ainda assim, tiveram maior sorte que os prisioneiros civis mandados de navio para o Acre (McCann, 2011, p.136).

Posteriormente, os alunos foram anistiados pelo Decreto Legislativo nº 1.375 de 2 de setembro de 1905, e reincorporados às fileiras do Exército Brasileiro.

Em virtude dessa última revolta, foi editado o Decreto nº 5.698 que, em 2 de outubro de 1905, aprovou novos regulamentos para os institutos militares de ensino, determinando que a formação inicial dos futuros Oficiais do Exército se daria na Escola de Guerra em Porto Alegre-RS e, na sequência, em cursos da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, Escola de Artilharia e Engenharia, Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia, e Escola de Estado-Maior.

Em 9 de janeiro de 1906, com a entrada em vigor da lei nº 1.473 que definiu os cargos de categorias correspondentes no Exército e na Marinha, os Tenentes do

Exército passaram a denominar-se Primeiros-Tenentes e os Alferes, Segundos-Tenentes. Dessa forma, o Alferes Ricardo Kirk passou a ser considerado em posto de Segundo-Tenente.

Em abril de 1906, já com 32 anos de idade, casado e com dois filhos, o então Segundo-Tenente Kirk obteve autorização para matricular-se no Curso Geral da Escola de Guerra, em Porto Alegre-RS, mas desistiu desta oportunidade.

3. DA ESCOLA DE ARTILHARIA E ENGENHARIA AO BREVÊ DE PILOTO

Em 1907, em virtude da edição de um novo regulamento, foi concedida licença ao Segundo-Tenente Kirk para realizar exames vagos referentes ao 1º ano do Curso Geral, a ser realizado na Escola de Artilharia e Engenharia, localizada em Realengo, seguindo os regulamentos de 1898.

Entre abril de 1908 e fevereiro de 1910, o então Segundo-Tenente Ricardo Kirk frequentou o Curso Geral na Escola de Artilharia e Engenharia. Ao mesmo tempo em que frequentava este Curso, travou seu primeiro contato com a atividade aérea. Esse evento remonta ao dia 20 de maio de 1908.

Naquela data, o 1º Tenente Juventino da Fonseca, primeiro aeronauta militar do Brasil, que era recém-egresso da Europa, onde havia estudado sobre aerostação militar, iria realizar uma demonstração sobre o emprego de balões.

Essa demonstração deveria ser composta por duas situações táticas. Na primeira se-ria simulado o emprego do balão em uma situação cativa, seguida de uma outra situação com o balão livre. Porém, no início da primeira demonstração o balão se desprende das cordas que o mantinha cativo, atingindo uma altura estimada de 1000 metros, sofrendo na sequência uma queda vertiginosa, o que levou o 1º Tenente Juventino à morte.

Conforme descreve o Jornal O Paiz (1908, p.3), o então 2º Tenente Ricardo Kirk es-tava presente ao evento, e antes do início da demonstração solicitou ao 1º Tenente Ju-ventino para que pudesse subir com ele na barquinha do balão, mas por sorte teve seu pedido recusado.

Três meses depois, em agosto de 1908, conforme consta de sua Fé de Ofício, o 2º Tenente Ricardo Kirk foi designado, por proposta do Encarregado do Parque Aerostático, para atuar como auxiliar do serviço ali executado, permanecendo nessa função até 28 de setembro de 1909.

Em 11 de março de 1911, foi promovido ao posto de 1º Tenente e entre abril de 1910 e março de 1912, frequentou o Curso Especial na Escola de Artilharia e Engenharia, recebendo o grau de Bacharel em Matemática e Ciências Físicas.

Em 14 de outubro de 1911, foi criado na cidade do Rio de Janeiro o Aeroclube Brasileiro (AeCB). O 1º Tenente Ricardo Kirk se tornou um de seus primeiros associados e integrante da comissão responsável por escolher o terreno que receberia um campo de aviação.

Participou, ainda, conforme consta de sua Fé de Ofício, da Semana da Aviação ocorrida no Rio de Janeiro, em 1912, onde teve a oportunidade de voar a bordo do avião pilotado por Roland Garros (INCAER, 1988, p.377-378). Após esse evento, o 1º Tenente Ricardo Kirk passou a ter instruções de voo com o piloto italiano Ernesto Darioli.

Em 27 de julho de 1912, o 1º Tenente Ricardo Kirk partiu para a França com a finalidade de realizar o curso de pilotagem e iniciar tratativas da filiação do AeCB junto à Federação Aeronáutica Internacional, de modo que o AeCB passasse a ser certificado na concessão de breves.

Em 22 de outubro, o 1º Tenente Ricardo Kirk tornou-se o primeiro piloto aviador do Exército Brasileiro, conquistando o brevê internacional nº 1089, emitido pela École d'Aviation d'Etampes, na França.

4. A CRIÇÃO DE UMA COMPANHIA AERONÁUTICA NO EXÉRCITO

Em abril de 1913, o 1º Tenente Ricardo Kirk regressou ao Brasil, passando a ocupar, a partir de então, o cargo de Diretor da Escola de Aviação do Aeroclube (INCAER, 1988, p.389). Foi ainda um dos protagonistas na campanha “Deem Asas ao Brasil” que, conforme Fontes (2021, p.7), incentivava doações da sociedade civil para compra de aviões e material aeronáutico para os aeroclubes, ajudando a construir uma mentalidade aeronáutica no País.

Em setembro de 1913, seguiu novamente para Europa em comissão do Ministério da Guerra, retornando ao Brasil em abril de 1914, trazendo consigo, para o Aeroclube, dois aeroplanos Morane-Saulniers e hélices sobressalentes.

Nessa época, o mundo estava às vésperas do início da 1ª Guerra Mundial e era im-periosa a implantação de um serviço de aviação militar no Brasil. Acreditava-se, de um modo geral, que a nascente Escola de Aviação do Aeroclube seria designada para suprir as necessidades quanto à formação de pilotos para as Forças Armadas.

Mas, durante a permanência do 1º Tenente Ricardo Kirk na França, o Governo Brasileiro assinou contrato com uma firma italiana para a criação de uma escola de formação de pilotos, sob a denominação de Escola Brasileira de Aviação (EBA).

Para o Ministro da Guerra, General Vespasiano, a França era o país onde melhor estava organizado o serviço de aviação militar e onde, o governo não era proprietário de escolas, ele as subvencionava para que nelas se formassem os aviadores militares. Assim, essa solução parecia ser a que no momento mais se harmonizava com os recursos financeiros disponíveis.

Em 2 de fevereiro de 1914, tendo o italiano Gian Felice Gino como Diretor Técnico e o 1º Tenente Jorge Henrique Moller como Fiscal de Contrato, tiveram início as atividades da Escola Brasileira de Aviação (EBA), cuja missão era a formação de pilotos para o Exército Brasileiro e Marinha do Brasil (Lavenère-Wanderley, p.37).

Para alguns críticos da época, o apoio do General Vespasiano em prol da criação de uma escola de aviação com uma diretoria composta de estrangeiros, era en-

tendido como sendo uma atitude contrária as ideias desenvolvidas pelo Aeroclub, cuja implantação de sua escola, sob os cuidados do Tenente Ricardo Kirk, se encontrava bastante adiantada.

Infelizmente a EBA não conseguiu cumprir o previsto no contrato. Embora tenha iniciado a formação de pilotos para o Exército e Marinha, ela encerrou suas atividades em 18 de junho de 1914, sem formar nenhum piloto (Lavenère, p.35).

O fato do 1º Tenente da Marinha Jorge Henrique Moller, que já era piloto, ter sido nomeado como Fiscal de Contrato pode soar estranho, uma vez que o 1º Tenente Ricardo Kirk já era brevetado, mas vale lembrar que durante a maior parte do tempo em que a EBA funcionou (2 de fevereiro a 18 de junho de 1914), o 1º Tenente Ricardo Kirk encontrava-se no exterior (setembro de 1913 a 6 de abril de 1914) comissionado pelo Ministério da Guerra, o que inviabilizaria sua nomeação.

Além disso, o Ministro da Guerra tinha outros planos quanto ao emprego do Tenente Ricardo Kirk e, antes mesmo da Escola Brasileira de Aviação (EBA) encerrar suas atividades, já havia tomado providências para a criação de um Serviço de Aviação, no qual o Tenente Ricardo Kirk seria uma das peças-chaves.

Pelo Aviso de 6 de junho de 1914, o Ministro da Guerra transformou a 2ª Companhia do 1º Batalhão de Engenharia, de Companhia Ferroviária para Companhia Aeronáutica, sendo, nesta mesma data, o 1º Tenente Ricardo Kirk nomeado instrutor nessa Companhia na parte relativa ao Serviço de Aviação. Inicialmente, eram previstos 5 oficiais nessa Companhia: um Capitão, dois Primeiros-Tenentes e dois Segundos-Tenentes.

Ainda conforme o Aviso de 6 de junho de 1914, brevemente os oficiais e praças que estavam cursando a Escola Brasileira de Aviação seriam designados para compor o efetivo da Companhia Aeronáutica.

Entretanto, essas ideias tiveram que ser interrompidas em virtude de uma instabilidade que nosso País vivenciava em uma região entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, conhecida como Contestado.

O Aviso nº 729 de 18 de setembro de 1914, do Senhor Ministro da Guerra, mandou o Tenente Ricardo Kirk ficar à disposição do Inspetor da 11ª Região Militar. Naquela época, essa região Militar era constituída pelos Estados do Paraná e Santa Catarina e o Inspetor era o General Setembrino de Carvalho.

5. O CONTESTADO E A AVIAÇÃO NO EXÉRCITO

Naquele local, desde outubro de 1912, grupos de sertanejos armados, ligados a um fundamentalismo religioso, travavam com as Forças do Governo um conflito devido a causas diversas como, por exemplo, questões fundiárias e exploração do capital estrangeiro que se desenvolvia naquela região.

Em setembro de 1914, o General Setembrino assumiu o comando das tropas em operações na região do Contestado. Conforme McCann (p.167), o General Setembrino era um oficial da total confiança de Hermes da Fonseca, que meses antes o havia promovido a General de Brigada e enviado para solucionar uma crise no Nordeste, comandando a 4ª, 5ª e a 6ª Regiões Militares, que abrangia Ceará, Rio

Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

O General Setembrino não teve dúvidas quanto as possibilidades do emprego do avião naquela região e solicitou ao Ministro da Guerra o apoio do Tenente Ricardo Kirk em proveito de operações aéreas.

Conforme Moura (2003, p.147), esse pedido não era novidade, meses antes o General Carlos Mesquita, então comandante as tropas no Contestado, já havia solicitado ao Ministro da Guerra, General Vespasiano, o emprego do aviador Cícero Marques, que lhe pedira apenas um dos aeroplanos da Escola Brasileira de Aviação realizar um apoio aéreo às operações, entretanto o General Vespasiano negou o pedido, julgando o emprego do avião “improficuo e contraproducente”.

O General Setembrino teve sua solicitação aceita. Esse episódio demonstra a confiança do General Vespasiano no emprego da aviação, tendo à frente o Tenente Ricardo Kirk.

Assim, pela primeira vez na América do Sul ocorreria o emprego do avião como arma de guerra. O Tenente Ricardo Kirk seguiu para a região em conflito, levando consigo seu antigo instrutor, e agora amigo, o piloto civil Ernesto Darioli, bem como os aeroplanos e materiais necessários ao propósito.

No mesmo mês em que o General Setembrino assumiu o comando das tropas, o Tenente Ricardo Kirk, Comandante do Destacamento de Aviação, chegou com os aviões à região do conflito, providenciando a construção de pistas de pouso e hangares para proteção e manutenção de aeronaves, sendo estes os primeiros construídos em campanha na América do Sul.

Conforme Pereira e Medeiros (2015, p.286), coube a Companhia de Aeronáutica do 1º Batalhão de Engenharia, transportar os cinco aviões para a Região do Contestado e preparar as pistas de pouso selecionadas por Kirk em Canoinhas, Rio Negro e em Porto União/União da Vitória, e construir os três hangares em Porto União.

No dia 4 de janeiro de 1915 foi realizado o primeiro voo experimental de reconhecimento da região. Esse voo foi descrito, com grande riqueza de detalhes, pelo Tenente Ricardo Kirk e Ernesto Darioli em Parte enviada ao Coronel Eduardo Sócrates.

Ao sr. coronel Eduardo Sócrates – Parte sobre o serviço de exploração. Le-vamos ao vosso conhecimento que, segundo as instruções que nos destes, partimos, hoje, às 11 horas e cinquenta e cinco minutos, no aeroplano bipla-ce < General Setembrino>, em viagem de exploração sobre os rio Iguassú e Timbó, durando o vôo de ida e de regresso, uma hora de tempo. Seguindo o Iguassú, rumo este, até a foz do rio Timbó, nada observamos que nos indicasse a presença de habitantes, exceto, na estação de Lança, onde nos pareceu ver uma tênue fumaça. Subindo o rio Timbó, rumo norte, encontramos um grupo de casinhas, destacando-se três de pintura branca; esse grupo, supomos, ser Vila Nova do Timbó; antes, vimos também, próximo a Vila Nova, alguns casabres ou ranchos inteiramente desertos; observamos que nada

denuncia em Vila Nova, existirem habitantes. Subindo o Timbó, ainda vimos uma casa branca e algumas casinhas e amontoado de cousas informes, como madeira empilhada; nesse lugar passa um pequeno rio que supomos ser o Timbosinho. Ainda aí, não vimos ninguém. Continuando, Timbó acima, um outro pequeno rio, afluente. Continuando, Timbó acima, um outro pequeno rio, afluente da margem esquerda, que supomos ser o Cachoeira; na confluência do rio Cachoeira com o Timbó, não vimos casas, fumaça, nada que denunciasse a presença de pessoas e, mesmo em grande extensão, ao longo do Cachoeira acima, nada vimos que nos atraísse a atenção. Defronte a foz do rio Cachoeira, na margem esquerda do rio Timbó, e, a seis quilômetros desse rio, vimos uma grande bandeira, na parte mais densa dos pinheirais, bandeira de cor branca, dominando todo o pinheiral, colocada sobre um dos morros mais elevados, morro esse ladeado por dois outros ainda mais altos. Essa bandeira deve ser visível de grande distância para as pessoas que se acharem no vale do Timbó. O vale do Timbó e todas as vertentes do rio Cachoeira em diante, são completamente fechados por imensos pinheirais e nenhuma fumaça, nem um único ponto se destaca, que indique habitações ou, presença de pessoas. Essa vasta região parece completamente deserta. Além do Cachoeira, 15 quilômetros, um grupo de casinhas brancas situadas a margem de um rio que supomos ser o Encruzilhada; aí, algumas clareiras de pequenas dimensões que supomos ser pastagens. Antes desse ponto, o rio Timbó tem uma cachoeira, e uma ilha de areia amarela, na ilha nenhuma vegetação, completamente deserta. Daí voltamos, enregelados; na altitude de 2.200 metros em que nós achávamos, o termômetro estava abaixo de zero, e impreviavelmente, confiados no grande calor que fazia quando partimos, não nos agasalhamos com coberturas suficientes. De regresso, atravessamos novamente a foz do Timbó e observamos um grupo de cavaleiros que se moviam nas imediações da ponte do caminho de ferro, sobre o rio Timbó. Daí descemos o Iguassú até Vallões, onde existiam algumas casinhas, mas nenhum indício de habitações – tenente Ricardo Kirk, aviador – Ernesto Darioli, aviador. (Calaza, 2007, p. 139-140, apud Carvalho, 1915).

O primeiro voo de um avião de combate no Brasil, ocorreu na sequência, na missão do dia 19 de janeiro de 1915, onde foi realizado o reconhecimento da zona de conflito.

No dia 1º de março de 1915, a aeronave pilotada pelo Tenente Ricardo Kirk, quando em um reconhecimento próximo ao reduto de Santa Maria, esbarrou em um pinheiro típico da região, causando a queda do avião na cidade de General Carneiro-PR e conseqüentemente seu falecimento. Seus restos mortais foram sepultados na cidade de Porto União-PR, local onde foi velado.

Conforme publicado no Diário Oficial de 25 de março de 1915, o Tenente Ricardo Kirk foi promovido ao posto de Capitão (post mortem), por atos de bravura, praticados nas operações da Força Federal no Estado de Santa Catarina.

O Inquérito Policial Militar (IPM) foi conduzido pelo 1º Tenente Eduardo Monty, que apontou como causa do acidente a desorientação e tentativa malsucedida de pouso de emergência (Pereira e Medeiros, 2015, p.287).

Em virtude da tragédia ocorrida, o Tenente Bento Ribeiro, brevetado na França em janeiro de 1915, assumiu as funções do Capitão Ricardo Kirk na Direção Técnica do aeroclube (p.430).

No âmbito do Exército, a inesperada perda do Capitão Ricardo Kirk representou um duro golpe quanto ao desenvolvimento de um Serviço de Aviação.

Pelo Aviso de 2 de março de 1915, do Ministério da Guerra, a 2ª Companhia do 1º Batalhão de Engenharia continuou com a organização que tinha, constituindo provisoriamente a Companhia de Aeronáutica, ficando adida ao mesmo Batalhão.

Em maio de 1915, no Relatório apresentado pelo Ministro da Guerra ao Presidente da República, aquela autoridade lamenta a morte do Capitão Ricardo Kirk, afirmando que se deve encarar o problema da aviação no Exército, como se ele fosse inteiramente novo entre nós, e sugere enviar militares à Europa para aprender sobre aviação militar, e depois organizar o primeiro parque de aviação, acrescentando ainda, que caso fosse necessário, deveria contratar um especialista estrangeiro para dirigir sua instalação.

Na sequência, o Aviso de 27 de dezembro de 1916, do Ministério da Guerra, dissolveu a Companhia de Aeronáutica a partir de 1º de janeiro de 1917.

Conforme Lavenère (p.67), em junho desse mesmo ano, o Ministro da Guerra designou os Tenentes Alzir Mendes Rodrigues Lima (ex-aluno da EBA), Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, (brevetado em Farman em janeiro de 1915) e Mário Barbedo (brevetado em junho de 1917, pela Escola de Aviação Naval), para estudarem e se aperfeiçoarem na escolas de aviação militar, na França.

Esses militares foram enviados à França em uma missão chefiada pelo General Aché, resultando na encomenda de material francês e na tomada de medidas em favor de uma missão militar para a aviação (McCann, p.257). O resultado dessas tratativas culminou na contratação da Missão Militar Francesa de Aviação em 1918, que por sua vez resultou em 1919, na implantação do Serviço de Aviação do Exército e na criação da Escola de Aviação Militar, concretizando assim, os sonhos iniciados pelo Capitão Ricardo Kirk.

Em 1941, os restos mortais do capitão Ricardo Kirk foram transladados para a Cripta do Mausoléu dos Aviadores, no cemitério São João Batista no Rio de Janeiro.

6. CONCLUSÃO

O início da carreira militar do Capitão Ricardo João Kirk coincide com os conturbados primeiros anos de vida da República brasileira. Naquela época, o Exército Brasileiro estava imerso em um certo grau de atraso quando comparado a alguns exércitos de países vizinhos.

Dentre os fatores que levavam a essa realidade temos a formação militar adotada, que valorizava a aquisição de conhecimentos científicos-matemáticos em detrimento à preparação de seus quadros para os campos de batalha. Essa formação fazia com que os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha frequentemente se envolvessem em ativismos e rebeliões.

Para superar essa deficiência, o Exército Brasileiro promoveu uma atualização dos conteúdos curriculares em seus estabelecimentos de ensino, o que gerou um abandono das ideias Positivistas tão arraigadas ao Exército.

Esse abandono, que teve como ponto de inflexão o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, foi lento, gradual e causou uma frequentemente reformulação nos institutos de ensino militares, trazendo como efeito colateral o longo período de tempo que alguns militares necessitaram para a conclusão de sua formação militar.

Transposto esse período, a extinta Escola Militar da Praia Vermelha tornou-se símbolo do fracasso dos oficiais doutores. A luta contra aquilo que a Escola Militar da Praia Vermelha poderia ter deixado de herança fez com que alguns de seus ex-integrantes assumissem uma postura de elevado comprometimento com a profissionalização e modernização que a Força Terrestre experimentaria a partir da década dos anos de 1910.

Foi no início dessa década, durante a Guerra Ítalo-Turca, que o avião começou a ser utilizado como arma de guerra. Também nessa década, um grupo de jovens oficiais que haviam estagiado no Exército alemão se engajaram no processo de modernização do Exército Brasileiro, criando a revista A Defesa Nacional.

Entretanto, nota-se que embora o emprego de aviões fosse um dos vetores de modernidade daquela época, esses jovens oficiais, apelidados de “Jovens Turcos”, nada conseguiram implantar em prol do emprego da aviação no Exército Brasileiro.

Essa lacuna foi suprida pelo Capitão Ricardo Kirk que, após concluir o Curso Geral e o Especial da Escola de Artilharia e Engenharia, pôde se dedicar à atividade aeronáutica. Nessa fase de sua vida, participou da criação do Aeroclubes Brasileiro, conquistou seu brevê de piloto e atuou em prol da implantação da aviação no Brasil. Esses fatos o fizeram rapidamente se tornar uma referência nacional quando o assunto era a aviação.

No auge de sua carreira militar foi nomeado Diretor da Escola de Aviação do Aero-clubes Brasileiro (1913) e Instrutor da Companhia de Aeronáutica do 1º Batalhão de Engenharia (1914), realçando assim sua importância para o cenário aeronáutico do País e causando uma possível expectativa quanto ao alinhamento de propósitos entre Exército e Aeroclubes Brasileiro.

Infelizmente, a prematura morte do Capitão Ricardo Kirk, na Campanha do Contestado, fez com que as possibilidades do Aeroclubes Brasileiro e os planos do Ministro da Guerra em implantar uma Companhia de Aeronáutica no Exército se desalinhassem, re-tardando a criação do Serviço de Aviação no Exército.

O Capitão Ricardo Kirk foi um homem a frente de seu tempo. Vale lembrar que durante a campanha do Contestado não existia a figura do Controlador de Tráfego Aéreo, do Gerente de Manutenção, do Meteorologista ou do Mecânico de Voo, nem sequer havia cartas topográficas da região.

Todo o planejamento, organização e execução das operações aéreas na região conflituosa, assim como a disponibilização suficiente de pistas de pouso que permitissem movimentar nossos poucos aviões de acordo com o raio de ação que deveria cobrir, além do controle da manutenção dos aviões, abastecimento, munições, local de estacionamento e hangaragem dos aviões ficaram sob sua responsabilidade.

Hoje, o legado deixado pelo Capitão Ricardo Kirk está presente na conduta de cada aviador da Força terrestre, sendo materializado por intermédio dos diversos monumentos erigidos em sua memória, com destaque para a Alameda dos Pioneiros, no Comando de Aviação do Exército, “Forte Ricardo Kirk”, em Taubaté, SP, onde desde 12 de dezembro de 1995, seus restos mortais passaram a repousar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. História Geral da Aeronáutica Brasileira: de 1921 às vésperas da criação do ministério da aeronáutica. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; Rio de Janeiro: INCAER, 1988. (História geral da Aeronáutica Brasileira, v. 2).

BRASIL. Decreto n. 330, de 12 de abril de 1890. Promulga o regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do Exército.

BRASIL. Exército Brasileiro. Histórico Militar do Capitão Ricardo João Kirk. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, 2007.

CALAZA, Cláudio Passos. Aviação no Contestado: Investigação e Análise de um Em-prego Militar Inédito. Dissertação (Mestrado em Ciências Aeroespaciais), Universidade da Força Aérea. Rio de Janeiro, 2007.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações na guerra do Contestado, 1915. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

CASTRO, Mário Celso. A invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FONTES, Rejane de Souza. O Ministério da Aeronáutica e as sementes de uma política pública de formação de pilotos no Brasil. Revista da UNIFA, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 7 - 17, jan./jun. 2021. Disponível em https://www2.fab.mil.br/unifa/images/revista/pdf/v34n1/Art_163.pdf.

LAVENÈRE-WANDERLEY, N. F. História da Força Aérea Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira Ltda, 1975.

MCCANN, F. D. Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937). Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2009.

MOURA, Aureliano Pinto de. Contestado a Guerra Cabocla. Biblioteca Editora do Exército, Rio de Janeiro 2003.

MUXFELDT Virgílio Ribeiro e GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. O Exército Republicano. Porto Alegre: Renascença, 2022.

PEREIRA Carlos Patrício de Freitas e MEDEIROS, Paulo da Silva. Engenharia Militar Brasileira: o legendário Batalhão de Engenheiros Villagran Cabrita. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2015.

TREVISAN, Leonardo N. Obsessões Patrióticas: Origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2011.

VIANNA, José Feliciano Lobo. Guia militar para o ano de 1898. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.



De Sarajevo a Leningrado: O Emprego de Cerco Militar nas Guerras Modernas

From Sarajevo to Leningrad: The Use of Military Siege in Modern Wars

César Alexandre da Silva Aprile¹

RESUMO

Este artigo propõe uma análise do uso de cercos militares ao longo das Guerras Modernas, com foco nas experiências de Leningrado e Sarajevo. Considerando que esses cercos são os mais bem documentados da atualidade e também os mais longos no contexto das guerras modernas, a pesquisa visa proporcionar uma compreensão mais aprofundada dessa estratégia dentro dos conflitos contemporâneos. Ao explorar esses casos emblemáticos, busca-se não apenas examinar os aspectos táticos e logísticos dos cercos, mas também entender seu impacto humanitário, político e social nas populações afetadas e nas dinâmicas de conflito.

Palavras-chave: Sarajevo; Leningrado; Cerco.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the use of military sieges throughout Modern Wars, focusing on the experiences of Leningrad and Sarajevo. Considering that these sieges are the most well-documented of modern times and also the longest in the context of modern warfare, the research aims to provide a deeper understanding of this strategy within contemporary conflicts. By exploring these emblematic cases, the goal is not only to examine the tactical and logistical aspects of sieges but also to understand their humanitarian, political, and social impact on affected populations and conflict dynamics.

Keywords: Sarajevo; Leningrad; Siege. International relations. Geopolitics.

¹ Possui graduação em História Licenciatura pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Pós-Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul (2023). CV Lattes ID <http://lattes.cnpq.br/4647560785353522>

1 INTRODUÇÃO

O Cerco Militar é uma estratégia militar que consiste no investimento ou cercamento de uma fortaleza ou cidade para isolar a posição e retirar a iniciativa dos defensores. As táticas adotadas pelo sitiante determinam se o bombardeio, o assalto ou outras estratégias serão empregados para derrotar os defensores (FUNDERBURK, 2021, p.1).

Ao longo da história, a aplicação do cerco militar passou por diferentes abordagens, especialmente com o surgimento das armas de fogo, o que representou um desafio significativo para as fortalezas. Inicialmente, para enfrentar o uso inicial de canhões, as estratégias defensivas foram adaptadas. Isso incluiu a modificação das paredes, que foram rebaixadas e reforçadas com terra na frente e atrás. Além disso, as torres foram redesenhadas, adotando a forma de baluartes triangulares (TOWNSHEND, 2000, p.211).

No Século XX, com a introdução de novas estratégias militares e tecnologias, os cercos ganhavam espaços significativos, como o Cerco de Maubeuge, que ocorreu de 24 de agosto a 7 de setembro de 1914, mas nada comparado ao Cerco de Leningrado (8 de Setembro de 1941 - 27 de Janeiro de 1944) na Segunda Guerra Mundial, que durou mais de 29 meses e custou a vida de mais de um milhão de civis (SNYDER, 2010).

Para completar o século XX, temos o mais longo cerco militar moderno, o Cerco a Sarajevo (GOULDING, 2002), realizado pelas forças sérvias da autoproclamada República Srpska e do Exército Popular Iugoslavo(EPI) contra a Bósnia e Herzegovina de 5 de abril de 1992 até 29 de fevereiro de 1996, cerca de 47 meses, e custou a vida de mais de 11 mil pessoas (ČEKIĆ, 2017, p.392).

Embora as guerras tenham ficado cada vez mais rápidas e dinâmicas, das quais não necessitavam mais de ataques frontais ou longos cercos, o Cerco de Leningrado e o Cerco de Sarajevo aparecem para demonstrar que os cercos militares ainda têm grande importância, mesmo com as mudanças nos paradigmas militares e tecnológicos.

A estratégia, o contexto histórico e a justificativa do Cerco de Leningrado

Leningrado, hoje São Petersburgo, é uma cidade portuária situada às margens do Mar Báltico, próxima das fronteiras da Finlândia e vista como uma região estratégica em termos geográficos. Quando Adolf Hitler lançou a Operação Barbarossa em 22 de junho de 1941 com uma força imensa de mais de 3,8 milhões de soldados (CLARK, 2012, p. 73), tinha por objetivo conquistar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas o mais rápido possível. Todavia, para isso, seria necessário atingir algumas metas, entre elas os Estados Bálticos, a Ucrânia, Leningrado, Moscou e o Cáucaso, regiões estratégicas e vitais para o Exército Vermelho, pois seria de lá que sairiam os principais abastecimentos das forças soviéticas e seriam principalmente defendidas (RICH, 1973, p. 212).

No entanto, havia discordâncias profundas entre Hitler e seus generais sobre as preferências dos ataques alemães, pois, embora se tratasse da maior invasão da história, a União Soviética era gigantesca e os pontos propostos eram distantes uns dos outros, prejudicando a linha de abastecimentos, dividindo as tropas ao longo do conflito e deixando a logística em risco. Para isso, Hitler persistia nesta linha: “Leningrado primeiro, Donbass em segundo e Moscou em terceiro” (HIGGINS, 1966, pp. 11–59).

Leningrado aparecia como prioridade para Hitler, pois para ele Moscou não era vista como uma região tão importante. Para uma vitória rápida, o exército alemão deveria destruir todas as regiões vitais e estratégicas da União Soviética (CLARK, 2012, p. 72).

No entanto, a Alemanha não foi o primeiro país a buscar a expulsão soviética de Leningrado; a Finlândia buscou antes expulsar o bolchevismo de suas fronteiras (incluindo Leningrado):

Esforcei-me deliberada e conscientemente para criar as bases para as nossas relações com a Rússia do futuro através de uma acção militar que tivesse como objectivo a libertação da capital da antiga Rússia, juntamente com um território suficientemente grande para permitir o estabelecimento de um país estável e saudável. mente o governo russo, e assim remover das nossas fronteiras o perigo do bolchevismo. (MANNERHEIM, 1919, p. 9).

Neste momento, a Finlândia sempre esteve em uma posição estratégica em relação à Rússia Soviética, o que foi confirmado pelo “Times” em 1919:

Se olharmos para o mapa, descobriremos que a melhor abordagem para Petrogrado é a partir do Báltico, e que a rota mais curta e fácil é através da Finlândia, cujas fronteiras estão apenas a cerca de 30 milhas de distância da capital russa. A Finlândia é a chave. para Petrogrado e Petrogrado é a chave para Moscovo. (MOLOTOV, 1941)

Para contornar qualquer perigo de uma invasão, a União Soviética buscou, em 1939, negociar a paz com a Finlândia. Os objetivos básicos que os soviéticos buscavam em 14 de outubro de 1939, por meio de um memorando de Stalin e Molotov enviado a Juho Paasikivi (Ministro Finlandês representando os interesses da Finlândia nas negociações com a União Soviética), foram os seguintes:

Nas negociações com a Finlândia, a União Soviética está preocupada principalmente com a resolução de duas questões:

- a) garantir a segurança de Leningrado;
- b) certificar-se de que a Finlândia manterá relações firmes e amigáveis com a União Soviética.

Para cumprir isso dever, é necessário:

- (1) Tornar possível bloquear a abertura do Golfo da Finlândia

por meio de fogo de artilharia de ambas as costas do Golfo da Finlândia, a fim de impedir que navios de guerra e navios de transporte do inimigo penetrem, até as águas do Golfo da Finlândia.

(2) Tornar possível impedir o acesso do inimigo às ilhas do Golfo da Finlândia que estão situadas a oeste e noroeste da entrada de Leningrado.

(3) Fazer com que a Finlândia fronteira no Istmo da Carélia, que está agora a uma distância de 32 km de Leningrado, ou seja, dentro do alcance da artilharia de longa distância, moveu-se um pouco mais para o norte e para o noroeste. (ERKKO, 1940, pp.49-50)

Para assegurar que a Finlândia mantivesse uma postura firme em suas relações com a União Soviética, os representantes soviéticos propuseram a conclusão de um tratado de assistência mútua soviético-finlandesa. No entanto, essa proposta foi rejeitada pela delegação finlandesa, conforme registrado por Tanner (1957, p.25): “Os representantes finlandeses afirmaram sua oposição incondicional à conclusão de um tratado de ajuda mútua”.

Apesar de os soviéticos não terem conseguido estabelecer um tratado de assistência mútua, ainda buscaram alcançar pelo menos os pontos (1) e (2) do memorando. Stalin explicou a Paasikivi que o motivo por trás das propostas soviéticas era puramente defensivo:

Não é culpa de nenhum de nós que as circunstâncias geográficas sejam como são. Devemos ser capazes de impedir a entrada no Golfo da Finlândia... Uma vez que uma frota hostil esteja no Golfo, o Golfo não poderá mais ser defendidos. Você pergunta que potência pode nos atacar. Inglaterra ou Alemanha. Estamos em boas relações com a Alemanha agora, mas tudo neste mundo pode mudar. Yudenich * atacou através do Golfo da Finlândia, e mais tarde os britânicos fizeram o mesmo. Isso pode acontecer novamente. Se você tem medo de nos fornecer bases no continente, podemos cavar um canal ao redor do pescoço de Hanko. . Pedimos que a distância de Leningrado até a linha seja de 70 quilômetros. Essa é a demanda mínima, e você não deve achar que estamos preparados para reduzi-la pouco a pouco. Não podemos mover Leningrado, então a linha tem que se mover... Pedimos 2.700 quilômetros quadrados e oferecemos mais de 5.500 em troca. (TANNER, 1957, pp. 27-28)

Leonard Lundin resume as exigências soviéticas da seguinte maneira:

Os líderes soviéticos estavam determinados, acima de tudo, a fazer duas coisas. Eles desejavam empurrar a fronteira do istmo da Carélia para uma distância substancial de sua abordagem mais próxima de Leningrado... Eles também desejavam estabelecer uma base naval na fronteira finlandesa. costa na foz do Golfo,

em frente às bases recentemente adquiridas na Estônia, de modo que qualquer navio hostil que chegasse ao Golfo da Finlândia teria de enfrentar o desafio de um fogo cruzado. (LUNDIN, 1957, pp. 51-52)

As negociações se estenderam por três rodadas, sem qualquer resolução. Tanner, uma testemunha ocular dessas negociações, sempre deixou claro que foram conduzidas de maneira amigável: “Os negociadores soviéticos não intimidaram... O tratamento dispensado aos emissários finlandeses não foi hostil” (LUNDIN, 1957, p.52). Além disso, Stalin e Molotov trataram os finlandeses da forma mais amigável possível: “A separação foi amigável de ambos os lados. Stalin até disse: ‘Boa sorte!’, e Molotov disse: ‘Até nos encontrarmos novamente!’” (TANNER, 1957, p.76).

Tudo isso serve para enfatizar que o governo soviético não buscava uma agressão contra a existência da Finlândia, mas destinava-se exclusivamente a aumentar a capacidade defensiva da União Soviética. No entanto, o governo finlandês rejeitou as propostas soviéticas e os compromissos propostos por Moscou, temendo uma invasão estrangeira caso a Finlândia se alinhasse com alguma potência estrangeira, como Alemanha ou Inglaterra, como apontado por Stalin ao explicar Paasikivi.

Tudo isso culminou na chamada Guerra Soviético-Finlandesa ou Guerra Russo-Finlandesa, que durou de 30 de novembro de 1939 até 13 de março de 1940, resultando no Tratado de Paz de Moscou. No entanto, durante a invasão alemã da União Soviética, a Finlândia se tornou um dos principais aliados da Alemanha, ao sitiá-la Leningrado, confirmando todos os temores que os soviéticos tinham.

O cerco a Leningrado foi se consolidando à medida que o exército alemão e finlandês avançavam dentro da União Soviética. No entanto, o comandante militar responsável pela defesa de Leningrado, Kliment Voroshilov, esperava um assalto direto à cidade por parte dos alemães. Em vez disso, os alemães e finlandeses cercaram Leningrado em 8 de setembro de 1941, quando a Wehrmacht cortou a última estrada para a cidade.

Como mencionado, Leningrado era um dos três principais objetivos estratégicos que Hitler visava para alcançar a vitória na União Soviética, sendo o principal alvo do Grupo de Exércitos Norte. A cidade era estratégica, sendo responsável por uma grande parte da força industrial e pelas fábricas de armas da União Soviética (GLANTZ, 2001, pp. 13–14).

O plano verdadeiro para Leningrado era a sua completa destruição, como recompensa pelo apoio dos finlandeses. As áreas ao norte do rio Neva seriam cedidas a eles (VEHVILAINEN & MCALESTER, 2002, p.104). Quando os ataques realizados pelo Grupo de Exércitos Norte, sob comando do Marechal de Campo Wilhelm Ritter von Leeb, avançaram para Leningrado do sul, enquanto as forças finlandesas estavam ao norte da cidade, o objetivo era claro: cercar Leningrado e manter o perímetro do bloqueio, cortando assim todas as comunicações com a cidade e evitando que os defensores recebessem quaisquer suprimentos. Os alemães acreditavam que a falta de alimentos seria a principal arma contra os cidadãos, que não levariam mais do que algumas semanas para ficarem em estado de fome (WYKES, 1972, pp. 9–21).

Essa decisão, segundo Max Hastings, foi sugerida pelo professor do Instituto de Nutrição de Munique, Ernst Ziegelmeier:

Por semanas, os russos mantiveram-se alheios ao fato de que os alemães não tinham intenção de atacar Leningrado [...]. Em vez disso, Hitler preparou-se para matá-los de fome. O professor Ernst Ziegelmeier, do Instituto de Nutrição de Munique – um dos muitos cientistas que deram conselhos diabólicos aos nazistas –, foi consultado sobre os aspectos práticos. Ele concordou que não havia necessidade de uma batalha; seria impossível que os russos fornecessem aos seus cidadãos sitiados mais de 250 gramas de pão por dia, ração insuficiente para sustentar a vida humana por tempo prolongado. (HASTINGS, 2012, pp.183-184)

O objetivo do cerco militar a Leningrado era claro: privar a cidade de alimentos, visando conquistá-la sem a necessidade de uma invasão direta. No entanto, para a infelicidade dos alemães, os soviéticos resistiram ao cerco. Ao longo dos meses, os alemães se tornaram cada vez mais agressivos, bombardeando armazéns de alimentos. Isso levou, segundo Hastings, à população consumir qualquer coisa que pudesse ser comida, incluindo pombos:

Para um número incalculável de cidadãos, a morte por inanição parecia inescapável: passou-se a ferver papel de parede para extrair sua cola e a cozinhar e mastigar o couro. Conforme o escorbuto se tornava endêmico, produzia-se um extrato de pinho a partir de agulhas de pinheiro para se obter vitamina C [...]. Pombos desapareceram das praças, caçados como alimento, assim como corvos e gaivotas; depois ratazanas e animais de estimação. (HASTINGS, 2012, p.185)

A situação alimentar foi tão desesperadora que foram registrados cerca de dois mil casos de canibalismo (BEEVOR, 2015, p. 329). A fome era responsável por cerca de 20 mil mortes diariamente, o que levava à disseminação de doenças devido à desnutrição das pessoas e à água não tratada, além do frio (HASTINGS, 2012, p. 188).

Em janeiro de 1944, a União Soviética iniciou várias operações ofensivas com o objetivo de romper o cerco, culminando no dia 27 de janeiro de 1944, após cerca de 29 meses, deixando mais de um milhão de mortos.

A estratégia, o contexto histórico e a justificativa do Cerco de Sarajevo

Vimos que o Cerco de Leningrado, inicialmente planejado para durar algumas semanas, acabou se estendendo por anos, resultando em um período longo e sangrento de busca pela completa destruição da cidade e de seus habitantes. No entanto, quando consideramos o cerco militar moderno mais longo, é quase inconcebível

imaginar que não foi o de Leningrado, dadas as dimensões da Operação Barbarossa e o poder econômico-militar da Alemanha Nacional-Socialista.

Nos tumultuados anos 90, marcados por mudanças geopolíticas como a queda da União Soviética e o fim da Guerra Fria, sugeria-se que a bipolaridade do mundo estava mudando, e isso não foi diferente na Iugoslávia.

A República Socialista Federativa da Iugoslávia (RSFI) era oficialmente constituída por seis repúblicas: Bósnia e Herzegovina, Croácia, Macedônia, Montenegro, Sérvia e Eslovênia. No entanto, com o fim da Guerra Fria, a RSFI passou por um processo de dissolução, iniciado pela Eslovênia na conhecida Guerra dos Dez Dias, também chamada de Guerra da Independência da Eslovênia (CLAPHAM, 1996). Esse evento marcou o início da Guerra Civil da Iugoslávia ou Guerra de Secessão da Iugoslávia, quando as repúblicas mencionadas começaram a buscar sua independência.

A RSFI oficialmente deixou de existir, dando lugar à República Federal da Iugoslávia (RFI) e a seus Estados Clientes, como a República Srpska (na Bósnia e Herzegovina) e a República Srpska-Krajina (na Croácia), todas lideradas por Slobodan Milošević. Através do Exército da República Srpska e do Exército Popular Iugoslavo (EPI), Milošević perpetrava sua agressão fascista chetnik contra a Bósnia e Herzegovina, Croácia e o Kosovo.

Os Estados Clientes mencionados eram objetivos de Milošević na Bósnia e Herzegovina e na Croácia, visando substituir a população local pela sérvia através de limpeza étnica (HARTMANN, 2007). No entanto, a RFI de Milošević enfrentou grandes desafios ao longo da Guerra da Bósnia (6 de abril de 1992 - 14 de dezembro de 1995), principalmente ao tentar tomar Sarajevo, a capital bósnia. Para criar a República Srpska, Sarajevo era um objetivo claro, e para alcançá-lo, a capital bósnia foi sitiada por uma força de cerco composta por 13 mil soldados estacionados nas colinas circundantes (BASSIOUNI, 1994).

Oficialmente, o cerco se iniciou em 5 de abril de 1992. No entanto, em 29 de março de 1992, a cidade já estava sendo sitiada e bombardeada pelo Exército Popular Iugoslavo (EPI) e pela força paramilitar sérvia (JUDAH, 2008, pp. 320-321). A Bósnia e Herzegovina chegou a construir uma força formidável com o objetivo de romper o cerco, mas fracassou miseravelmente:

Em resposta, o Exército da República da Bósnia e Herzegovina – composto por 70.000 soldados – foi formado nos 19 meses seguintes. No entanto, as forças de defesa não conseguiram romper o cerco porque não dispunham de equipamento suficiente. (NURDUHAN & ZORLAK, 2022)

O cerco foi oficializado em 5 de abril de 1992 após o Incidente no aeroporto de Sarajevo, quando o Exército Popular Iugoslavo (EPI) tomou o aeroporto de Sarajevo (CAUTI, 2021). Ao contrário do Cerco de Leningrado, o Cerco de Sarajevo não tinha por objetivo a vitória pela inanição alimentar da população local, mas buscava, por meio de bombardeios e uso de suas colunas blindadas, a tomada progressiva

da capital, sob o comando do principal general da RFI, Ratko Mladić (BURG & SHOUP, 2000, p. 131).

Ao longo do mês de maio de 1992, intensos bombardeios sob ordem de Mladić marcaram a cidade. Esses ataques resultaram em pesadas perdas civis, levando à imposição de sanções no dia 30 de Maio através da Resolução 757 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (BURG & SHOUP, 2000, p. 132).

Uma diferença fundamental entre o cerco de Leningrado e o de Sarajevo envolve a questão da intervenção. A RFI nunca conseguiu sitiar completamente Sarajevo; um exemplo disso é que, por meio do aeroporto de Sarajevo, ocorria o abastecimento de transporte aéreo humanitário de suprimentos pela UNPROFOR, a Força de Proteção das Nações Unidas (YERMÖLAEV & MAZING, 1999, p.41). Ou seja, mesmo que a RFI buscasse um cerco na tentativa de privar a população de suprimentos básicos, dificilmente conseguiria.

Com o prolongamento do Cerco de Sarajevo, a intervenção internacional tornava-se cada vez mais pesada, devido às barbaridades cometidas pelas forças da RFI contra alvos civis, principalmente no final de 1992 e início de 1993, que foram marcados pelo auge das atrocidades. Um exemplo são os atiradores sérvios estacionados em posições estratégicas dentro de Sarajevo, em regiões conhecidas como “Becos de Atiradores” (TRAYNOR & O’KANE, 2018), onde alvejavam qualquer pessoa em sua mira, como o assassinato de Admira Ismić e Boško Brkić, civis de etnia sérvio-bósnia que tentavam cruzar essas regiões controladas por atiradores sérvios. O casal tornou-se símbolo do sofrimento vivido na cidade (ECKARDT & BANIC, 2017).

Porém, em 6 de fevereiro de 1994, ocorreu um ponto de virada decisivo com o Massacre no Mercado de Markale. Este evento trágico levou o Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, a fazer um pedido formal à OTAN, solicitando uma intervenção imediata na região por meio de ataques aéreos (BETHLEHEM & WELLER, 1997). Os ataques conduzidos pela OTAN tinham como alvo as posições de artilharia e morteiros da RFI nos arredores de Sarajevo, identificadas pela Força de Proteção das Nações Unidas como responsáveis por ataques contra civis inocentes (CARNES, 2005, p.29).

Durante os anos de 1994 a 1995, testemunhamos o declínio das forças da RFI no Cerco de Sarajevo, enquanto os bósnios lançavam operações para enfraquecer o cerco. Nesse período, os ataques da OTAN se intensificaram em frequência e precisão. Um exemplo disso foi o Massacre de Markale em 28 de agosto de 1995, no qual 37 pessoas foram mortas e 90 ficaram feridas. Em resposta, a OTAN realizou ataques aéreos, apoiados pelos ataques de artilharia da força de reação rápida da Força de Proteção das Nações Unidas (GAZZINI, 2005, p.69).

O Cerco de Sarajevo já se estendia por 1.425 dias, e a RFI já não tinha mais recursos nem motivação para continuar o cerco a Sarajevo. Uma esperança de vitória estava distante, o que levou o conflito à mesa de negociações, resultando no Acordo de Dayton:

A guerra e o derramamento de sangue chegaram ao fim em 21 de Novembro de 1995, quando as partes bósnia, sérvia e croata chegaram a um acordo em Ohio, nos EUA.

Por iniciativa do diplomata norte-americano Richard Hallbrooke, o acordo de paz de Dayton foi assinado por Alija Izetbegovic, primeiro presidente da Bósnia e Herzegovina, e depois pelos presidentes da Sérvia e da Croácia, Slobodan Milosevic e Franjo Tudjman, respetivamente.”(NURDUHAN & ZORLAK, 2022)

Este marco histórico encerrou uma das mais dolorosas e sangrentas fases da história recente dos Balcãs, permitindo um novo capítulo de paz e reconciliação na região.

CONCLUSÃO

Os cercos militares, embora possam parecer antiquados, representam uma estratégia que perdura ao longo do tempo, como evidenciado pelo Cerco de Leningrado e pelo Cerco de Sarajevo. Embora originários de uma época em que as tropas enfrentavam limitações tecnológicas e dinâmicas de combate mais lentas, essas experiências mostram que a eficácia dos cercos militares não foi tão facilmente obsoleta.

É inegável que os avanços tecnológicos tenham introduzido novas abordagens e estratégias nas forças armadas modernas. No entanto, isso não significa que os cercos tenham perdido sua utilidade. Pelo contrário, os exemplos estudados demonstram sua capacidade de perdurar por longos períodos, mesmo diante das mudanças nas dinâmicas militares.

Embora os cercos tragam consigo um custo humano significativo, evidenciado pelas vidas perdidas durante esses eventos, é importante reconhecer que, quando aplicados corretamente, ainda podem oferecer resultados positivos em termos militares. Assim, os cercos militares permanecem como uma estratégia válida e relevante na história das guerras modernas.

REFERÊNCIAS

- BASSIOUNI, Cherif. “Relatório final da Comissão de Peritos das Nações Unidas estabelecida de acordo com a resolução 780 (1992) do conselho de segurança - Anexo VI - parte 1 - Estudo da batalha e cerco de Sarajevo”. Nações Unidas. 1994.
- BEEVOR, Antony. A Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- BETHLEHEM, Daniel L.; WELLER, Marc. The ‘Yugoslav’ Crisis in International Law. Cambridge International Documents Series. Vol. 5. Cambridge University Press. 1997.
- BURG, Steven L.; SHOUP, Paul S. The War in Bosnia-Herzegovina: Ethnic Conflict and International Intervention. Cambridge University Press. 2000.

- CARNES, Mark Christopher. American national biography. Vol. 29. Oxford University Press. 2005.
- CAUTI, Carlo. TIROS, MORTES E INCÊNDIOS: OS 29 ANOS DO INÍCIO DO CERCO MILITAR DE SARAJEVO. Aventuras Na História, 2021. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/os-1425-dias-de-sarajevo.phtml> Acesso em: 1 de Março de 2024
- ČEKIĆ. Smail. PRVI KORPUS ARMIJE REPUBLIKE BOSNE I HERCEGOVINE. Sarajevo, 2017.
- CLAPHAM, David. Housing Privatization in Eastern Europe. Greenwood Publishing Group. Slovenia, 1996.
- CLARK, Lloyd. Kursk: The Greatest Battle: Eastern Front 1943. Headline Review. 2012.
- ECKARDT, Andy; BANIC, Vladimir. Bosnian War Anniversary: Sarajevo's 'Romeo and Juliet' Still Resonate. NBC News, 2017. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/world/bosnian-war-anniversary-sarajevo-s-romeo-juliet-still-resonate-n723681> Acesso em: 1 de Março de 2024
- ERKKO, Eljas. The Development of Finnish-Soviet Relations of 1939. Helsinki, 1940.
- FUNDERBURK. Jordan M. Siege Operations for 21st Century Warfare. School of Advanced Military Studies US Army Command and General Staff College Fort Leavenworth, KS. 2021.
- GAZZINI, Tarcisio. The changing rules on the use of force in international law. Manchester University Press. 2005.
- GLANTZ. David. The Siege of Leningrad 1941–44: 900 Days of Terror. Zenith Press, Osceola, WI. 2001.
- GOULDING, Daniel J. Liberated Cinema: The Yugoslav Experience, 1945-2001. Indiana University Press. 2002.
- HARTMANN, Florance. A Statement at the Seventh Biennial Meeting of the International Association of Genocide Scholars. Helsinki 2007. Disponível em: https://www.helsinki.org.rs/tjgenocide_t01.html Acesso em: 1 de Março de 2024
- HASTINGS, Max. Inferno: o mundo em guerra 1939-1945. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.
- HIGGINS, Trumbull. Hitler and Russia: The Third Reich in a Two-Front War, 1937–1943. Macmillan Publishing. 1966.
- JUDAH, Tim. The Serbs: History, Myth and the Destruction of Yugoslavi. Yale University Press. 2008
- LUNDIN. C. Leonard. "Finland in the Second World". Bloomington, USA. 1957.

MANNERHEIM, Carl Gustaf Emil. Times. 7 de Outubro de 1919.

MOLOTOV, Viatcheslav Mikhailovitch. Soviet Peace Policy. Anglo-Russian News Bulletin by Lawrence and Wishart Ltd. London, 1941.

NURDUHAN, Ahmet; ZORLAK, Kemal. Sarajevo marks 30th anniversary of siege with memories still alive. AA, 2022. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/world/sarajevo-marks-30th-anniversary-of-siege-with-memories-still-alive/2555797#> Acesso em: 1 de Março de 2024

RICH, Norman. Hitler's War Aims Ideology: The Nazi State and the Course of Expansion. W.W. Norton. 1973.

SNYDER, Timothy. Bloodlands: Europe Between Hitler and Stalin. Basic Books. 2010.

TANNER, Väinö. The Winter War: Finland Against Russia, 1939-1940. Stanford, USA. 1957.

TOWNSHEND, Charles. The Oxford History of Modern War. Oxford University Press. 2000.

TRAYNOR, Ian; O'KANE, Maggie. The siege of Sarajevo - archive, 1993. The Guardian, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/from-the-archive-blog/2018/jul/13/siege-of-sarajevo-ian-traynor-maggie-okane-1993> Acesso em: 1 de Março de 2024

VEHVILÄINEN, Olli; MCALISTER, Gerard. Finland in the Second World War: Between Germany and Russia. Palgrave. 2002

WYKES, Alan. The Siege Of Leningrad: Ballantine's Illustrated History Of World War II - Battle Book No. 5. Ballantine Books. 1972.

YERMÖLAEV, Mikhail; MAZING, Valeriy. Russia's Peacekeeping Policy: The Balkan Experience. Center for Naval Analyses. 1999.



Além do Treinamento: O Papel das Tradições na Formação da AMAN

Caio de Moraes Venâncio¹

RESUMO

O trabalho destaca a importância da abordagem dos ritos e tradições militares na formação do oficial combatente do Exército Brasileiro. Explora como o culto a esses elementos ensina valores como disciplina, hierarquia e respeito à lei e ordem. Além disso, analisa como a imagem dos patronos das Armas, Quadros e Serviços é utilizada para motivar os militares, especialmente durante exercícios no terreno. Aborda ainda o papel da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) na promoção dessas tradições e valores por meio de formaturas, cerimônias e espaços culturais. Conclui que, embora a formação técnico-profissional seja central, a construção do caráter e moral ocorre no cotidiano, destacando a perenidade dos valores do Exército, mesmo diante das mudanças táticas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Tradição. Patronos. AMAN. Identidade militar. Tradições militares.

ABSTRACT

The work emphasizes the importance of addressing military rites and traditions in the training of combatant officers in the Brazilian Army. It explores how the reverence for these elements instills values such as discipline, hierarchy, and respect for law and order. Additionally, it analyzes how the image of the patrons of Arms, Sections, and Services is utilized to motivate military personnel, especially during field exercises. The text underscores the behavioral differences between civilians and military personnel, highlighting that the latter are trained to handle pressure and risk while maintaining a moral and ethical conduct aligned with institutional values. It also discusses the role of the Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) in promoting these traditions and values through formations, ceremonies, and cultural spaces. The conclusion emphasizes that, while technical-professional training is central, the development of character and morals takes place in everyday life, highlighting the enduring nature of Army values even in the face of tactical changes over time.

Keywords: AMAN. Tradition. Patrons. Military identity. Military traditions.

¹ O autor é Aspirante a Oficial da Arma de Infantaria, graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a filosofia, podemos distinguir os acontecimentos passados em dois modos: tradição e arcaico. A tradição refere-se a algo do passado que é valorizado, protegido e transmitido ao longo do tempo, mantendo sua relevância e importância. Por exemplo, o Exército Brasileiro é considerado uma instituição tradicional, pois preserva os valores e práticas históricas que são consideradas vitais. Por outro lado, o arcaico é algo que teve sua validade no passado, mas não é mais relevante ou atual no contexto contemporâneo. Nem tudo do passado é levado adiante, mas também nem tudo é descartado e deixado para trás na linha do tempo.

No âmbito militar, especialmente durante a formação do oficial combatente na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a assimilação das tradições e ritos é crucial para a transformação do civil em militar. O aprendizado dessas práticas, que remetem às origens da instituição, é fundamental para a moldagem dos valores e do caráter do futuro líder militar. Essa transição ocorre por meio de eventos como formaturas, que ressaltam a importância de figuras históricas, patronos, heróis de guerra, estandartes e outros elementos, consolidando a identidade e a continuidade da instituição militar.

A ação e julgamento humanos são regidos por princípios universais incorporados em normas ou tradições, constituindo o quadro ético. Nesse contexto, é relevante questionar como as tradições militares e ritos influenciam a formação do caráter do futuro chefe militar.

Este trabalho busca destacar e explorar as particularidades de algumas tradições acadêmicas, evidenciando como eventos históricos e figuras do passado moldam a vida do militar durante a formação na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Com base nos exemplos dos patronos, pretende-se identificar as virtudes características dos militares das Armas/QMB/Serviço de Intendência.

2. DESENVOLVIMENTO

A cultura e as tradições de uma civilização são fundamentais na formação da identidade social de um indivíduo. A identificação cultural, étnica, religiosa, linguística e costumeira desempenha um papel essencial nessa construção.

As tradições e práticas culturais são responsáveis por definir os valores e crenças de uma sociedade, além de preservar sua história, conhecimento e experiências. Transmitidas de geração em geração, a cultura de uma comunidade influencia significativamente a visão de mundo e perspectiva de vida das pessoas.

Através da cultura e das tradições, os indivíduos podem conectar-se com seus antepassados, histórias e raízes culturais, especialmente no caso dos militares, que se identificam com patronos e por que não com os seus superiores hierárquicos. Isso proporciona um senso de pertencimento e comunhão com seu grupo étnico ou religioso.

Além disso, a identidade cultural desempenha um papel crucial nas relações

interpessoais. As tradições culturais podem ser fonte de conexão e solidariedade entre pessoas que compartilham uma cultura comum, essa conexão é facilmente percebida na AMAN quando observamos o trato do instrutor e do cadete, cujo instrutor sabe das dificuldades que o cadete passa pois a pouco tempo atrás também se encontrava na mesma situação que ele.

No contexto militar, especialmente na AMAN, a cultura e os valores cultivados, influenciados pelas raízes na Escola do Trem, o uniforme histórico utilizado por todos os oficiais formados nesta casa, o Espadim, as formaturas nos mesmos pátios, etc. desempenham um papel fundamental. Nesse local histórico, onde milhares de oficiais se formaram, é possível através das mudanças do tempo, criar uma raiz de valores éticos e morais que são os mesmos desde o primeiro cadete formado nessa Escola de Líderes.

O ambiente da AMAN e suas tradições desempenham um papel crucial na criação de um vínculo especial entre os oficiais formados e os cadetes. Aqui estão algumas maneiras pelas quais isso acontece:

1. Rigidez e Disciplina: A AMAN é conhecida por sua disciplina rigorosa e rotina estruturada. Desde o início da formação, os cadetes são expostos a uma cultura de rigor e ordem. Essa disciplina cria uma base sólida para o desenvolvimento de habilidades militares e também estabelece uma mentalidade de responsabilidade e respeito hierárquico.

2. Espírito de Corpo: A AMAN enfatiza a importância do “espírito de corpo”, que se refere à coesão e camaradagem entre os membros de uma unidade militar. Os cadetes vivenciam situações desafiadoras e treinamentos intensivos juntos, construindo laços de confiança e solidariedade. Essa conexão é fundamental para o sucesso em operações militares, e os cadetes são incentivados a desenvolvê-la desde o início de sua formação.

3. Tradições Cerimoniais: A AMAN possui uma série de tradições cerimoniais que são realizadas ao longo do ano letivo. Essas cerimônias incluem eventos como a entrega de espadas, formaturas e desfiles. A participação em tais eventos cria um senso de pertencimento e orgulho institucional, contribuindo para a construção de uma identidade compartilhada entre os cadetes e os oficiais formados.

4. Instrutores e Mentores: A relação entre instrutores e cadetes desempenha um papel fundamental na formação de vínculos. Os instrutores muitas vezes são oficiais mais experientes que compartilham seus conhecimentos e experiências com os cadetes. Essa interação não apenas contribui para o desenvolvimento profissional, mas também ajuda a construir relações pessoais significativas.

Ao final da formação, os cadetes tornam-se oficiais e continuam a ser parte de uma comunidade unida pelas experiências vividas na AMAN. Esses vínculos, baseados em tradições, disciplina e camaradagem, contribuem para a coesão e eficácia das forças armadas brasileiras.

3. A TRADIÇÃO

3.1 JOSÉ PESSOA, ENTUSIASTA DAS TRADIÇÕES

Figura 1: Marechal José Pessoa



Fonte: Cavalarianos Ilustres

José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, conhecido como Marechal José Pessoa, nasceu em Cabaceiras em 1885. Destacou-se como militar do Exército Brasileiro, sendo precursor da cavalaria mecanizada no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial. Além disso, teve relevância no campo geopolítico, presidindo a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, contribuindo para o planejamento de Brasília durante o governo de Café Filho. No entanto, sua contribuição mais significativa foi a idealização da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), influenciando sua localização, tradições, uniformes e estandarte.

Foi pensador militar fecundo e introdutor dos tanques de guerra no Exército Brasileiro, depois de cursar o curso de blindados na França. Sua mais marcante atuação como pensador militar foi a de modernizar o ensino na Escola Militar de Realengo e idealizar a Academia Militar das Agulhas Negras e suas mais caras tradições, e assim desenvolver expressivamente a Doutrina do Exército. (BENTO, 2020, p.59)²

José Pessoa se desportou também nos campos de seu interesse: Blindados, Polo, Ensino Militar, Geopolítica, Geografia Militar, Estradas Estratégicas. Foi também o responsável por criar e incutir algumas tradições militares:

- Introdução do Polo no Exército, em 13 de maio de 1923, numa disputa dos atuais re-gimentos Dragões da Independência e Andrade Neves;

² Disponível em: <<http://www.decavalaria.com/index.php/coisas-de-cavalaria/cavalarianos-ilustres/141-marechal-jose-pessoa-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 08 maio 2023.

- Escolha do General Osório como patrono da Cavalaria;
- Criação do Espadim dos Cadetes como arma privativa dos mesmos, réplica em escala do invicto sabre do Duque de Caxias;
- Restabelecimento do título monárquico de Cadete para os futuros oficiais;
- Criação do Brasão da Escola Militar, tendo nele, já estampada, o contorno das Agulhas Negras em um fundo dourado que simbolizava o sol que brilhava em Itororó, o mo-mento ápice de Caxias como Líder militar;
- Criação do Corpo de Cadetes e de seu estandarte, que foi entregue em cerimônia sole-ne pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, ato imortalizado em um óleo sobre tela que se encontra na biblioteca da AMAN; e
- Criação dos Uniformes Históricos dos cadetes, ligando o Império e a República.

Sua dedicação e modelar carreira no Exército, fazem do Marechal José Pessoa uma das figuras icônicas da Força, de grande relevância principalmente no desenvolvimento do ensino superior militar, tendo como grande foco a formação do oficial da linha de ensino militar bélico. Todo o seu trabalho, paixões e aspirações fazem parte hoje de uma série de tradições não só da AMAN, mas de todo o Exército Brasileiro.

OS PATRONOS E SEUS CURSOS

Cada Arma, Quadro ou Serviço no Exército Brasileiro tem um Patrono, homem ou mulher, como é o caso de Dona Rosa da Fonseca e Maria Quitéria, respectivamente, patronos da Família Militar e do Quadro Complementar de Oficiais. Esses patronos representam figuras históricas que contribuíram significativamente para o crescimento do Exército Brasileiro e do país. Na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde são formados os oficiais combatentes, as características dos patronos são incorporadas pelos cadetes no cotidiano, nos cursos que destacam os feitos desses líderes e nas tradições de cada curso. Apesar da formação acadêmica padronizada que produz oficiais de excelência, as características morais e alguns valores são específicos de cada Arma/Quadro/Serviço, a coragem para combater de Sampaio, a iniciativa para liderar de Osório, a meticulosidade para executar de Mallet, a inteligência para planejar de Vilagran Cabrita, a curiosidade para desbravar de Rondon, a liderança para comandar de Napion e a lógica para administrar de Bittencourt.

A mais autêntica homenagem que se pode prestar aos grandes vultos da Pátria é manter viva a lembrança de seus feitos, interpretar os acontecimentos de que participaram e recolher os dignos exemplos que nos legaram. As magistras lições que emanam de suas incomuns existências constituem a imortal seiva que robustece crenças, revigora forças para a travessia do presente e inspira a busca do futuro. (AUTOR DESCONHECIDO)

3.2 CURSO BÁSICO – HENRIQUE LAGE

Figura 2: Fazenda Boa Esperança



Fonte: Blog Namorar um Cadete³

O Curso Básico, o maior em termos de efetivo na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) com cerca de 400 cadetes, é frequentado pelos cadetes do 1º ano. Sua missão principal é a formação tática individual do combatente básico, com ênfase nos atributos da área afetiva, como dedicação, liderança e persistência. Para atingir esses objetivos, são ministradas diversas instruções e realizados exercícios de campanha, incluindo operações como Op. Boa Esperança, Henrique Lage, Monjolo e a FIT.

Ele é o elo que conecta todos oficiais formados na AMAN, independente de A/Q/S, pois por mais que cada um siga a sua especialização, todos na formação subiram o Sabóia, fizeram o Bicho-Perdido, se banharam no Rio Alambari e pernoitaram nas imediações da Fazenda Boa Esperança. Semanas que ficaram marcadas na memória do eterno cadete que existe no interior de todo Oficial do Exército Brasileiro.

Figura 3



Fonte: Agência de fotojornalismo Mafalda Press⁴

³ Disponível em: <<http://namorarumcadete.blogspot.com/2012/11/campos.html>> Acesso em: 26 abr. 2023.

⁴ Disponível em <<https://www.mafaldapress.com.br/2022/03/14/henrique-lage-um-genio-carioca-que-imbituba-nao-vai-esquecer/>>. Acesso em: 26 abr. 2023. em: <<http://namorarumcadete.blogspot>.

O patrono do Curso Básico é Henrique Lage (FIGURA 3), nascido em 1881 no Rio de Janeiro, empresário nos setores de mineração, aeronáutica e indústria. Demonstrando forte espírito patriótico, contribuiu doando o mármore para revestir as estruturas do Conjunto Principal I da AMAN. Por vários anos, realizou a entrega da espada ao primeiro colocado da Escola Militar, e em reconhecimento à sua colaboração, foi designado como Patrono do Curso Básico, recebendo o Espadim de número 01. Assim como Lage, os cadetes do Curso Básico são caracterizados por uma vibração e idealismo que os distinguem dos demais cadetes.

3.3 PÁTIOS DE FORMATURA

Inicialmente, a AMAN tinha apenas um pátio de formatura de chão batido, e em dias chuvosos as formaturas para avançar ao rancho eram canceladas para evitar que os cadetes sujassem o refeitório acadêmico. Ao longo dos anos, o pátio foi concretado, mas a tradição de não avançar ao refeitório em dias chuvosos ou com o pátio molhado persiste até hoje.

Em fevereiro de 1950, o pátio principal da AMAN recebeu o nome de “Pátio Tenente Moura”. Tenente Moura era um desportista que planejava atravessar o Canal da Mancha a nado e faleceu em um acidente aéreo com o Tenente Brasil, piloto da FAB. O avião, ao realizar uma manobra de looping após um rasante na cidade de Penedo, caiu, resultando na perda de ambos os oficiais. Devido ao afeto dos cadetes pelo Tenente Moura, o pátio foi batizado em sua homenagem a pedido deles.

Figura 4: P3M durante a Cerimônia de entrega do Espadim



Fonte: Página do EB⁵

com/2012/11/campos.html> Acesso em: 26 abr. 2023.

⁵ Disponível em: <https://www.eb.mil.br/o-exercito?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=9139607&_101_type=content&_101_groupId=8032597&_101_urlTitle=cadetes-do-primeiro-ano-da-academia-militar-das-agulhas-negras-recebem-o-espadim-em-cerimonia-inedita&inheritRedirect=true> Acesso em: 16 de maio de 2023

Em 1969, sob o comando do General Carlos de Meira Matos, que era veterano da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o Pátio Tenente Moura (PTM) da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) foi renomeado para “Pátio Marechal Mascarenhas de Moraes”(P3M). Essa mudança foi feita para homenagear o comandante da FEB, reconhecendo a falta de homenagens aos heróis brasileiros que lutaram no teatro de operações italiano durante a Segunda Guerra Mundial. O nome de Tenente Moura foi atribuído a uma alameda do Curso Básico.

Com a expansão da AMAN e a criação de um novo conjunto principal, foi construído um pátio de formatura maior, que serviria para as formaturas de todo o efetivo da academia e do Batalhão de Comando e Serviços da AMAN. Para esse novo pátio, decidiu-se chamá-lo de P3M, e o primeiro pátio da academia retornou à denominação de PTM.

Figura 5: Antigo P3M e atual PDC



Fonte: Faculdade Senu ⁶

Em 2021, houve uma mudança na denominação dos pátios da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). O que antes era o P3M passou a se chamar “Pátio Duque de Caxias”, em homenagem ao patrono do Exército Brasileiro. O pátio principal, onde ocorrem as formaturas do Espadim e do Aspirantado, foi renomeado como P3M. A homenagem feita pelos cadetes em 1950 ao Tenente Moura agora é simbolizada na alameda entre o Parque de Infantaria e a Seção de Instrução Especial (SIEsp).

⁶ Disponível em: <<https://faculdaadesensu.edu.br/curso-na-academia-militar-das-agulhas-negras-aman/>> Acesso em: 16 de maio de 2023

3.4 PROVA ASPIRANTE MEGA

Figura7: Exercício de desenvolvimento da liderança da Infantaria



Fonte: Acervo pessoal

O Aspirante Francisco Mega, formado na Escola Militar do Realengo, apenas três meses antes da data da sua morte, demonstrou tamanha bravura e coragem durante a conquista de Montese que se tornou um exemplo ideal de Oficial combatente, foi atingido por um estilhaço de granada, o que o fez tombar, ferido e ao solo vendo seu pelotão abatido, apontou para direção inimiga e bradou a seus homens:

Por que estão parados diante de mim? A guerra é lá adiante, estou aqui porque quis, se vocês estão sentidos com o que aconteceu, se vinguem acertando o comandante deles. De nada valerá o meu sacrifício se não conquistares o objetivo. A minha vida nada vale, a minha morte nada significa diante do que vocês ainda têm por fazer. Prossigam na luta... (MEGA, Francisco, 1945)

Entre seus últimos suspiros, conduziu seus homens rumo a vitória!

Na década de 70, a equipe de instrução do Curso de Infantaria da AMAN, liderada pelo então Tenente-Coronel Domingues, concebeu a Prova Aspirante MEGA, inicialmente uma competição de patrulhas com foco no uso de pequenas frações. Inspirados em suas experiências, os instrutores buscaram desenvolver e aplicar um Teste de Reação de Líderes (TRL) para cultivar atributos afetivos nos cadetes que ingressavam na Arma de Infantaria.

Atualmente, a Prova Aspirante MEGA é um dos exercícios mais tradicionais e emblemáticos da formação do oficial de carreira de infantaria na academia. As patrulhas enfrentam diversas oficinas em operações contínuas ao longo de 60 horas ininterruptas, testando os limites físicos e mentais dos patrulheiros. Devido à extre-

ma exigência física, alguns cadetes não conseguem concluir a atividade, e em casos extremos, ocorreram mortes, como o caso do Cadete Mauricio Dias em 2008, que faleceu devido a Rabdomiólise, uma condição desencadeada pelo intenso desgaste físico.

A principal lição da Prova Aspirante MEGA vai além dos limites físicos e intelectuais, buscando inculcar nos futuros oficiais de infantaria a importância do trabalho em equipe, do preparo físico, psicológico e intelectual, além de prestar homenagem aos atos heroicos do Aspirante Francisco Mega na Segunda Guerra Mundial.

3.5 SEÇÃO DE INSTRUÇÃO ESPECIAL

No ano de 1966, diante da ameaça de movimentos revolucionários ideológicos e irregulares, o Exército Brasileiro reconheceu a urgência de aprimorar as qualidades essenciais do oficial combatente. Essas qualidades incluíam a capacidade de decisão, resistência física e mental, ajustamento psicológico, ação de comando de pequenas frações e a ênfase no agir mais do que no pensar. Como resposta a esse contexto, o Departamento de Instrução Especial (DIEsp) foi criado em 1967, com a missão de inculcar nos futuros oficiais a teoria e a prática de liderar pequenas frações em guerra irregular, em diversas condições.

Ao longo do tempo, a missão da Seção de Instrução Especial (SIEsp) permaneceu em essência a mesma: desenvolver atributos nas áreas cognitivas e, especialmente, afetiva/comportamental os futuros oficiais combatentes do Exército Brasileiro. Isso é feito por meio do planejamento, coordenação e condução de Estágios de Instrução Especial, visando a imitação máxima do combate em ritmo de operações continuadas, em ambientes complexos e com dificuldades físicas, fisiológicas e psicológicas.

Figura7: Exercício de desenvolvimento da liderança da Infantaria



Fonte: Acervo pessoal do Cel Peres

O Escudo da Seção de Instrução Especial (SIEsp) apresenta um fundo azul metálico com friso dourado, simbolizando a nobreza da missão de formar oficiais combatentes para a defesa da Pátria. A figura lendária do Saci, nas cores preta e vermelha, representa o estagiário camuflado, semelhante ao personagem da lenda, realizando suas atividades surpreendentemente nas matas, campos e florestas. A sigla da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) com frisos dourados denota a nobreza do sacrifício enfrentado pelos cadetes nos quatro Estágios de Instrução Especial.

O Saci, de origem presumida entre os indígenas brasileiros, adquiriu diversas características ao longo do tempo, refletindo a miscigenação, hábitos e cultura nacionais. A figura representa sabedoria, esperteza e brasilidade, sendo associada à SIEsp, seus estagiários e o conhecimento trabalhado na instituição. As cores do fundo de feltro indicam os destaques dos diferentes Estágios de Instrução Especial: Cinza para o Básico do Combatente de Montanha (1º ano), Verde para Vida na Selva e Técnicas Especiais (2º ano), Vermelho para Patrulhas de Longo Alcance com Características Especiais (3º ano) e Preta para Operações contra Forças Irregulares (4º ano).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O culto aos ritos e tradições militares desempenha um papel essencial na formação do oficial combatente brasileiro, sendo a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) responsável por transmitir essas tradições aos cadetes. Por meio de rituais, tradições, patronos e cerimônias, os cadetes aprendem a valorizar a hierarquia, disciplina, lealdade e honra, fundamentais para oficiais que precisam tomar decisões rápidas em situações de pressão extrema. Esses valores são refletidos no Código de Honra do cadete. A manutenção dessas tradições preserva a história e a identidade do Exército Brasileiro, proporcionando orgulho aos soldados e influenciando sua motivação e dedicação. A AMAN, por meio de formaturas e espaços culturais como memoriais, desempenha um papel crucial na preservação e transmissão dessas tradições desde o início do treinamento, formando oficiais confiáveis com um código de conduta íntegro, prontos para liderar em missões de defesa da pátria.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cláudio Moreira. Marechal José Pessoa: os seus méritos na fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no Exército. 1. ed. - Resende, 2020.

GUERRA, Luiz Antônio. Cultura. Infoescola 2022. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociedade/cultura/>> Acesso em: 11/06/2022.

SILVA, Débora. A diferença entre ética e moral. Estudo Prático 2022. Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/qual-diferenca-entre-etica-e-moral/>> Acesso em: 20/06/2022.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o Exército 1811 – 2011. Resende: IPSIS, 2011.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Registro Histórico do Comando do Coronel José Pessoa.

O Espadim dos cadetes do Exército. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v.326, jan./mar, 1980, p.99/105.

CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessoa – A força de um ideal. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985, ISBN 8570110995.

CASTRO, Celso. A invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, ISBN 8571106827.

MUXFELDT, Virgílio Ribeiro; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha – Raízes do Exército Brasileiro. Porto Alegre, 2020.

EME. História do Exército Brasileiro – Perfil Militar de um povo. Brasília: EME/IBGE, 1972.



A criação e a preparação da Força Expedicionária Brasileira

Durland Puppim de Faria¹

Há 80 anos, em 16 de julho de 1944, o 1º escalão de embarque da Força Expedicionária Brasileira (FEB), composto por 5.075 soldados desembarcou do navio de guerra norte-americano General Mann, no porto de Nápoles, na Itália, para participar da 2ª Guerra Mundial, sendo a primeira tropa sul-americana e realizar esse feito.

Esse foi apenas o início de uma longa jornada que seria realizada pela Força Expedicionária Brasileira ao longo de toda guerra, porém o desembarque da FEB foi, na realidade, o fim de um longo processo envolvendo ações dos mais diversos escalões do governo brasileiro. Entre o início da guerra na Europa, em 1939, e a chegada do primeiro contingente de brasileiros na Itália, em 1944, foram realizados diversas acordos e planejamentos dos mais variados níveis para permitir que o Brasil pudesse mobilizar, equipar e preparar uma tropa para participar, efetivamente, da 2ª Guerra Mundial. Fato este que, para muitos, seria impossível de ser realizado ou como se dizia na época, seria mais fácil uma cobra fumar que o Brasil enviar uma força militar para a guerra.

O crescente envolvimento do Brasil na guerra

Em 2 de setembro de 1939, logo após o início das hostilidades na Europa, o governo brasileiro, sob a liderança de Getúlio Vargas, declarou a neutralidade do Brasil em relação ao conflito². Porém, essa expressa neutralidade começou a ser posta em dúvida, tanto pelo lado dos Aliados como pelo Eixo. No final do ano de 1940, o Almirantado Britânico determinou a apreensão do navio mercante brasileiro (NMB) Siqueira Campos, que se encontrava no porto de Gibraltar, sob o pretexto de estar transportando produtos alemães³. Nesse mesmo mês, a Marinha Britânica invadiu o NMB Buarque e retirou parte de sua carga, sob a alegação de tratar-se de

1 O autor é Coronel de Intendência, professor da Cadeira de História Militar da AMAN desde 2009; Bacharel em Ciências Militares, em Direito, em História; Licenciatura plena em História; Pós-graduado em Ciências Políticas e Estratégia e em História Militar; e Mestre em Operações Militares e em História Cultural.

2 SEITENFUS, R. A. S., 2000, p. 194.

3 Ibidem, p. 259.

contrabando de guerra. Quatro dias depois, o mesmo aconteceu com o NMB Itapé, do qual foram retirados de bordo 22 passageiros de nacionalidade alemã.

Já em março de 1941, ocorreu o primeiro ataque da Força Aérea Alemã (Luftwaffe) contra um navio brasileiro, o NMB Taubaté, que se encontrava no Mar Mediterrâneo, o que resultou na morte de um tripulante e do ferimento de outros treze⁴. Em 13 de junho de 1941 um submarino alemão interceptou o NMB Siqueira Campos, que após ser vistoriado pelos germânicos foi liberado⁵. Como consequência desses fatos, o governo brasileiro protestou formalmente contra as ações britânicas e alemãs⁶.

Na realidade, a falta de posicionamento claro do governo brasileiro incitou a desconfiança de um lado e a visão de ser um potencial inimigo do outro.

Com a evolução da guerra na Europa e a real possibilidade de envolvimento de países americanos no conflito, em 11 de março de 1941, os governos brasileiro e norte-americano assinaram o acordo de Empréstimos e Arrendamento (Lend-Lease), pelo qual os Estados Unidos passariam a fornecer material bélico, caso o Brasil entrasse em guerra contra a Alemanha⁷.

Em resposta às ações navais realizadas pelos países do Eixo no Atlântico, o Brasil começou a realizar patrulhamentos em seu litoral. Em dezembro de 1941, logo após o ataque japonês à base aeronaval de Pearl Harbor, o governo brasileiro autorizou que aeronaves norte-americanas⁸ comesçassem a realizar patrulhamentos na costa brasileira à procura de submarinos do Eixo.

Em janeiro de 1942, poucas semanas após o ataque à Pearl Harbour, o Brasil sediou a Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, ocasião em que foi estabelecido que todas as nações americanas romperiam relações diplomáticas com o Eixo.⁹

A entrada do Brasil na Guerra

A partir do dia 16 de fevereiro de 1942 iniciou-se uma série de torpedeamentos a navios mercantes brasileiros, realizados por submarinos germânicos e italianos,

4 No dia 22 de março de 1941 o cargueiro Taubaté foi atacado por um avião da Luftwaffe com bombas, que não conseguiram atingi-lo, e por metralhadoras, quando estava navegando do Chipre para Alexandria, no Egito. Foi o primeiro navio brasileiro atacado por forças alemãs durante a 2ª Guerra Mundial. Cf. SANDER, R., 2007, p. 54-5.

5 O NMB Siqueira Campos foi interceptado junto à ilha de Cabo Verde. A embarcação brasileira só foi liberada após ser revistada e ter seus tripulantes fotografados. Cf. ALMEIDA, W. M., 2013, p. 72.

6 CASTELLO BRANCO, M. T., 1960, p. 51.

7 ALVES, V. C., 2005, p. 09.

8 O Esquadrão NA, que estava sediado no Panamá, destacou 06 Catalinas hidro para a cidade de Natal – RN, logo após o ataque japonês à base aeronaval de Pearl Harbor. Os tais aviões chegaram em 11 de dezembro de 1941, e só deixaram Natal após a chegada dos aviões NA VP83. Cf. RICHTER, 1986.

9 A Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1942. Como consequência o Brasil rompeu relações diplomáticas com as potências do Eixo – Alemanha, Itália e Japão. Os Ministros das Relações Exteriores recomendaram uma reunião imediata, em Washington, para a criação de uma comissão técnica para estudar e sugerir medidas necessárias à defesa do continente, a qual seria o embrião da futura Junta Interamericana de Defesa (JID). Cf. BLAJBERG, I., 2012, p. 02.

todos distantes da costa brasileira¹⁰. Como reação, o presidente Getúlio Vargas decretou o confisco de bens de imigrantes alemães e italianos no Brasil¹¹ e permitiu a instalação de uma divisão aérea norte-americana em Natal – RN, iniciando assim as atividades de busca e patrulha no Atlântico Sul, por belonaves e aviões norte-americanos sediados no Brasil¹².

Contudo, os ataques a navios mercantes brasileiros continuaram, inclusive próximo à costa do país¹³, o que acarretou a criação da Comissão Mista de Defesa entre o Brasil e os EUA, que tinha como objetivo realizar estudos e estabelecer orientações sobre a defesa conjunta dos dois países¹⁴.

Com o afundamento de mais doze navios¹⁵, o Departamento de Imprensa e Propaganda publicou, no dia 22 de agosto de 1942, uma nota de esclarecimento para a população sobre os torpedeamentos e reconhecendo a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras¹⁶

Mapa de navios afundados.



Fonte: <https://www.sentandoapua.com.br>.

10 SEITENFUS, R. A. S., op. cit., p. 309.

11 BRASIL. Decreto-Lei Nº 4.166, de 11 de março de 1942.

12 BLAJBERG, I., 2008, p. 21.

13 O NMB Comandante Lira foi atacado, em 18 de maio de 1942, pelo submarino italiano Barbarigo, a cerca de 200 milhas náuticas da costa do Rio Grande do Norte, a noroeste do arquipélago de Fernando de Noronha. Cf. BLAJBERG I., 2008, p. 21.

14 A aliança militar entre o Brasil e os Estados Unidos foi formalizada em maio de 1942, com a criação de duas comissões militares binacionais. Assim foram criadas, uma em Washington (Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, Joint Brazil-United States Defense Commission – JBUSDC) e outra no Rio de Janeiro (Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, Joint Brazil-United States Military Commission – JBUSMC). A Comissão de Washington era a mais importante. Cf. ALVES V.C., op. cit., p. 10.

15 Em junho os torpedeamentos continuaram: o NMB Alegrete, pelo U-15; o NMB Paracury, pelo U-159; o NMB Pedrinha, pelo U-203; o NMB Tamandaré, pelo U-66; os NMB Barbacena e NMB Piave, pelo U-155. Em agosto os NMB Baependy, Araraquara, Annibal Benévolo, Itagiba e Arará e a barcaça Jacira, pelo U-507. Cf. BLAJBERG, 2008, p. 21-2.

16 O Brasil em estado de beligerância com Alemanha e a Itália. Cf. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 01, 23 ago. 1942.

Em 31 de agosto de 1942, após o afundamento de, aproximadamente, um terço da Marinha Mercante Brasileira e a consequente morte ou desaparecimento de 971 pessoas, entre tripulantes e passageiros, o Brasil declarou Estado de Guerra contra as nações do Eixo¹⁷. Em 16 de setembro do mesmo ano foi determinada a Mobilização Geral em todo território nacional¹⁸.

Ainda em agosto de 1942, na capital dos EUA, foi reunida pela primeira vez a Comissão Militar Mista de Defesa Brasil – Estados Unidos da América, cuja finalidade era definir a forma de participação do Brasil no conflito mundial¹⁹. Após diversas reuniões e longas discussões, a Comissão apresentou o relatório conclusivo que estabelecia diversos pontos, dentre os quais se destacam²⁰:

- A organização de uma força expedicionária constituída de um corpo de exército a três divisões de infantaria – a Força Expedicionária Brasileira (FEB)²¹;
- A FEB teria a mesma estrutura organizacional das unidades militares norte-americanas;
- A FEB utilizaria os serviços norte-americanos em campanha;
- O abastecimento seria realizado pelos EUA;
- As tropas brasileiras que estivessem no exterior ficariam sob o comando norte-americano e receberiam em dólares;
- O material seria norte-americano, porém os fardamentos seriam brasileiros; e
- Seria fornecido ao Brasil 50% do material de uma divisão de infantaria para treinamento da tropa.

A ideia inicial da Comissão era enviar essa força brasileira para o Teatro de Operações do Mediterrâneo, no Norte da África em apoio às tropas aliadas que combatiam, naquela oportunidade, as tropas nazistas e fascistas que dominavam a parte setentrional do continente. Posteriormente, em função da evolução do conflito e das vitórias aliadas sobre as forças do Eixo (Alemanha e Itália) no norte da África, a tropa brasileira foi designada para atuar em outra frente, a italiana.

A mobilização da FEB

O general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra do governo de Getúlio Vargas, escolheu o general de divisão João Batista Mascarenhas de Moraes para comandar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE). Esta grande comando seria a vanguarda da FEB, que teria, a princípio, a composição de um corpo de exército formado por três divisões de infantaria e elementos de apoio ao combate,

17 BRASIL. Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942.

18 BRASIL. Decreto nº 10.451, de 31 de agosto de 1942.

19 CARVALHO, O., 1998, p. 196.

20 HENRIQUES, E. M., 1959, p. 32-3.

21 A 2ª e 3ª Divisões de Infantaria Expedicionárias foram criadas apenas no papel, somente seguindo para a Itália a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, que passou a chamar-se 1ª DIE-FEB. Cf. Arquivo Histórico do Exército. Acervo FEB. Av. 7-7-Reservado, de 07 de janeiro 44. “Constituição da 2ª e 3ª DIE”. Boletim Interno Reservado (BIR) da 1ª DIE-FEB nº 26, de 20 mar. 44.

logístico e administrativo²². Assim a FEB foi oficialmente criada somente em 9 de agosto de 1943²³.

O Exército Brasileiro, nesse ano, possuía um efetivo de aproximadamente 60 mil homens espalhados por diversas organizações militares em todo o território nacional²⁴. Os Estados que possuíam maior concentração de tropas eram o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

A mobilização geral custou para os cofres públicos o valor de aproximadamente 21 bilhões de cruzeiros, o que representava algo em torno de cinco anos da arrecadação federal da época²⁵.

Em agosto de 1943, foram estabelecidas as primeiras normas gerais de estruturação da 1ª DIE²⁶. Porém, a FEB, desde a sua fase inicial, apresentava inúmeras dificuldades em vários aspectos, principalmente na mobilização do pessoal. Os principais problemas vivenciados foram os seguintes:

I. Diversos oficiais e praças procuraram subterfúgios para não servirem nas unidades militares que iriam compor a FEB. Esse tipo de problema ocorreu em todos os níveis, inclusive na nomeação do próprio comandante da 1ª DIE, quando, segundo o general Cordeiro de Farias, ocorreram duas recusas antes de o comando ser entregue ao general Mascarenhas de Moraes, em 28 de dezembro de 1943²⁷.

II. Os efetivos que estavam sendo mobilizados não possuíam o conhecimento necessário para lidar com os modernos materiais fornecidos pelo governo norte-americano, que teriam que manusear no TO do Mediterrâneo.

III. Uma das características da mobilização brasileira foi a utilização, na fase inicial, de um padrão muito elevado nos critérios de seleção, o que acarretou um grande índice de incapazes²⁸, principalmente por motivos ligados a área de saúde, com destaque para os problemas dentários e psicológicos. Como consequência desse alto índice de incapazes, as comissões de seleção passaram a permitir que indivíduos, que na fase inicial não poderiam ser aprovados, fossem dados como capazes para o serviço militar²⁹, o que se mostrou, na Itália, como um erro, pois ocorreram diversos problemas decorrentes desse abrandamento na seleção dos soldados.

IV. A convocação ocorreu em praticamente todo território nacional, fazendo com que as unidades militares fossem compostas por indivíduos de biótipo bem diferentes e em nada assemelhados aos padrões norte-americanos³⁰.

V. Outro problema de grande destaque foi a presença de centenas de analfabetos incorporados³¹ que, por motivos óbvios, prejudicaram o bom desempenho da

22 McCANN, F. D., 1995.

23 BRASIL. Boletim Especial nº 18, de 9 de agosto de 1943.

24 CASTELLO BRANCO, M. T., op. cit., p. 77.

25 Ibidem, p. 81.

26 BRASIL. Portaria Ministerial nº 47 – 44, de 9 de agosto de 1943; MORAES J. B. M., 2005, p. 10.

27 Essa informação não consta em nenhuma outra fonte consultada.

28 Incapaz era a denominação genérica estabelecida aos candidatos que não apresentavam capacidade física ou psicológica mínima estabelecida pela Comissão de Seleção.

29 CASTELLO BRANCO, M. T., op. cit., p. 138.

30 Ibidem, p. 137.

31 Ibidem, p. 141.

tropa brasileira, principalmente no que se refere à utilização dos materiais e equipamentos norte-americanos. Alguns de seus efeitos foram sentidos quando do emprego de analfabetos, por diversas unidades, como cozinheiros.

VI. A seleção médica constituiu um dos maiores problemas, não apenas pela limitada possibilidade do Serviço de Saúde do Exército ocasionada pela falta de médicos especialistas, mas pelo prazo limitado para conclusão dos trabalhos³². Foi, também, determinada a essa comissão de seleção que unificasse as categorias “E” (apto para o serviço de guerra) e “N” (aptidão normal) em uma única categoria³³, além de vários problemas de ordem técnica, como dificuldade de imunização da tropa e alto índice de problemas dentários. Todos esses problemas vieram, posteriormente, à tona nos campos da Itália³⁴.

VII. Além dos problemas já citados, ocorreu a falta de colaboração por parte de determinados indivíduos dentro do próprio Exército, apresentando todos os tipos de empecilhos para o preparo e formação da FEB³⁵.

VIII. A organização e a instrução do Exército Brasileiro estavam baseadas nas diretrizes da “Escola Francesa”, que havia sido implantada pela Missão Militar Francesa na década de 1920, cuja doutrina militar era diferente da norte-americana. No entanto, a formação e preparação da FEB deveriam seguir os padrões organizacionais das unidades NA e a suas ações deveriam ser conduzidas de acordo com essa nova doutrina. Essas mudanças não seriam um grande problema para o Exército Brasileiro se o prazo para essas adaptações não fosse tão exíguo³⁶.

IX. As unidades que compunham a FEB localizavam-se em quatro Regiões Militares diferentes e sob o comando de seus respectivos comandantes, o que prejudicava a ação de comando do general Mascarenhas³⁷. Somente em 21 de janeiro de 1944, as unidades expedicionárias sediadas na 1ª RM³⁸ passaram ao comando do general Mascarenhas. Nessa mesma data foi determinado que as demais unidades expedicionárias deveriam se deslocar para a área da cidade do Rio de Janeiro³⁹.

Os comandantes das unidades que compunham a FEB eram, em quase sua totalidade, possuidores do curso da Escola de Estado-Maior do Exército Brasileiro, porém com pouca ou nenhuma experiência de combate. Para exercer a função de comandante de subunidade foram comissionados ao posto de capitão diversos tenentes, tendo em vista que os capitães no Brasil possuíam uma idade avançada para realizar as atividades físicas em combate in rente ao posto. Na função de comandante de pelotão foram selecionados os tenentes oriundos da Escola Militar de Realengo e alguns tenentes temporários, que exerceram satisfatoriamente suas funções. Quanto

32 Ibidem, p. 138.

33 Ibidem, p. 138.

34 MORAES J. B. M., op. cit., p. 48.

35 McCANN F. D., op. cit., p. 286.

36 MORAES J. B. M., op. cit., p. 28

37 Ibidem, p. 28.

38 A 1ª Região Militar era composta pelos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, além do Distrito Federal.

39 Arquivo Histórico do Exército. Acervo FEB. Aviso Reservado nº 3.130 do Ministro da Guerra, de 21 de janeiro de 1944.

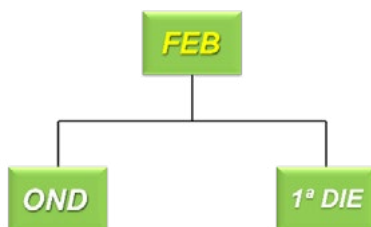
às praças, pôde-se verificar um quadro similar ao dos capitães, pois, devido ao envelhecimento dos quadros, diversos graduados foram promovidos à graduação subsequente, sem o amadurecimento técnico necessário para o desempenho da função.

Evidenciava-se nítida a deficiência na formação e preparação das tropas brasileiras que seriam enviadas para guerra, tanto que o general J. Gareshe Ord, Presidente da Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA, disse que o Brasil precisaria de quatro a oito meses de treinamento, com material moderno, a fim de desempenhar bem seu papel⁴⁰.

A Organização da Força Expedicionária Brasileira

Em agosto de 1943, iniciou-se a organização da FEB composta da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), com previsão de outras duas DIE para janeiro de 1944. Contudo a organização dessas duas últimas foi cancelada, após o embarque do 1º Escalão para a Itália, em julho de 1944. A FEB foi constituída da 1ª DIE e de órgãos não divisionários (OND), sendo designado Comandante da FEB e da 1ª DIE, cumulativamente, o general João Batista Mascarenhas de Moraes.

Organograma da Força Expedicionária Brasileira



Fonte: autor.

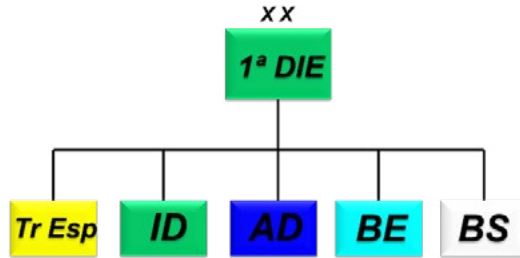
Os órgãos não divisionários (OND) foram chefiados pelo General Olímpio Falconière da Cunha (Inspetor Geral) e estavam compostos de: Estado-Maior da Zona de Interior (Rio de Janeiro), Seção de Saúde, agência do Banco do Brasil, Depósito de Intendência, Depósito de Pessoal, Serviço Postal e seções de justiça.

A 1ª DIE foi organizada, conforme o modelo norte-americano, em tropa especial (Tr Esp), infantaria divisionária (ID), artilharia divisionária (AD), batalhão de engenharia (BE) e batalhão de saúde (BS). A tropa especial foi constituída por elementos de apoio e um esquadrão de reconhecimento (Esqd Rec). Por constituírem novidades na estrutura divisionária brasileira, muitas organizações militares tiveram que ser criadas para atender à FEB. Por isso que o Boletim do Exército, de 23 de agosto de 1943, publicou a criação dessas novas OM; o 1º Esquadrão de Reconhecimento Motomecanizado (1º Esqd Rec), a Companhia do Quartel-General (Cia QG/1ª DIE), a Companhia de Manutenção (Cia Mnt), a Companhia de Intendência (Cia Int), o Pelotão de Polícia Militar (Pel PM - que teve por base elementos da Guarda

40 ANDRÉ, A., 2007, p. 94.

Civil de São Paulo), a Companhia Comando (Cia Cmdo), a Companhia de Transmissões (Cia Trans), a Banda de Música e o Destacamento de Saúde (Dst S).

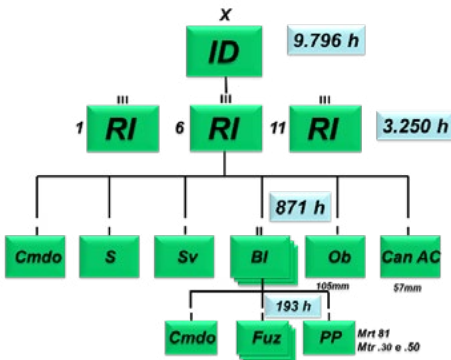
Organograma da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.



Fonte: autor.

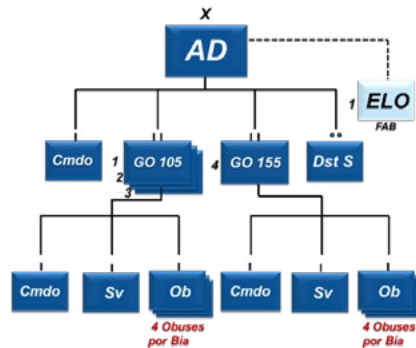
A Infantaria Divisionária (ID) foi comandada pelo General Euclides Zenóbio da Costa e tinha um efetivo total previsto de 9.796 homens, com três regimentos de infantaria (RI). A Artilharia Divisionária (AD) foi comandada pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias e era composta de uma bateria comando (Bia Cmdo), um destacamento de saúde (Dst S), um grupo de obuses autorrebocados de 155mm (4º GO) e três grupos de obuses autorrebocados de 105mm (1º, 2º e 3º GO).

Organograma da Infantaria Divisionária



Fonte: autor

Organograma da Artilharia Divisionária



Fonte: autor

A 1ª DIE, segundo o modelo norte-americano possuía 1.410 viaturas motorizadas, que possibilitavam o deslocamento de um terço do seu efetivo. A sua estrutura lhe dava condições para: realizar operações de pequena envergadura contra elementos terrestres de qualquer natureza ou aéreos (em vôo baixo); atacar qualquer objetivo terrestre numa frente normal de 3.000 metros por RI; defender um setor de 2.500 a 5.000 metros por RI; e realizar pequenas operações de transposições de cursos d'água.

A formação da FEB baseou-se em algumas organizações militares (unidades e subunidades independentes) já existentes, oriundas do Distrito Federal (na época a cidade do Rio de Janeiro) e dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), acrescidas de outras unidades transformadas e criadas⁴¹. Porém, somente em março de 1944 foram reunidas no Rio de Janeiro as últimas subunidades do 9º Batalhão de Engenharia⁴², encerrando, assim, a concentração de tropas. Nesse momento, a FEB possuía aproximadamente 25.000 homens em plena fase de preparação para a guerra⁴³.

O treinamento

O treinamento da tropa só se iniciou após a instalação das unidades expedicionárias, que haviam vindo de diversas cidades diferente, em quartéis localizados no Rio de Janeiro. Cabe destacar que algumas dessas unidades militares dividiram espaço nos aquartelamentos com outras unidades não expedicionárias, que já estavam instaladas na cidade do Rio de Janeiro⁴⁴, o que acarretou certo desconforto para ambas as tropas, pois o espaço destinado à convivência de um batalhão passou a ser utilizado pelo dobro do efetivo.

Sobre o tipo de adestramento militar realizado, pode-se verificar que as instruções ministradas aos pracinhas iniciaram-se pelo que existia de mais simples da instrução individual básica. Isso demonstrou o incipiente nível de adestramento da tropa que iria combater nos campos da Itália⁴⁵.

Em resumo, a instrução individual do contingente que compunha a FEB foi muito deficitária. Diversos fatores acentuaram esses defeitos, dos quais os de maior relevância foram: a falta de um centro de instrução adequado, pois as tropas expedicionárias tinham que dividir com outras unidades do Rio de Janeiro a utilização do Campo de Instrução de Gericinó e o Centro de Instrução Especializada; a falta de material de origem NA, que deveria ter sido fornecido o suficiente para mobiliar 50% de uma divisão, o que não aconteceu, impossibilitando um bom adestramento da tropa; os instrutores eram em número insuficiente, pois menos de 30 militares brasileiros haviam estagiado nos EUA e os poucos instrutores norte-americanos que estavam no Brasil não falavam português; e a dificuldade do Estado-Maior do Exército Brasileiro em traduzir os manuais NA⁴⁶ e divulgá-los oficialmente para tropa. Desse modo a instrução limitou-se, principalmente, à ordem unida, educação física, marchas e instrução geral⁴⁷.

41 MORAES J. B. M., op. cit., p. 27.

42 Até fevereiro de 1944, somente duas companhias do 9º Batalhão de Engenharia estavam em Três Rios - RJ. Cf. Arquivo Histórico do Exército. Acervo FEB. BIR-1ª DIE-FEB nº 17, de 11 de fevereiro de 1944.

43 CASTELLO BRANCO, M. T., op. cit., p. 145.

44 Ibidem, p.145.

45 MORAES J. B. M., op. cit., p. 29.

46 Deveriam ser traduzidos 115 manuais norte-americanos. Nesse mesmo período o Exército Brasileiro possuía pouco mais de 20 manuais publicados. Cf. CASTELLO BRANCO, M. T., op. cit., p. 148.

47 CASTELLO BRANCO, M. T., op. cit., p. 146-50.

O deslocamento para a Itália

Em junho de 1944, o 1º escalão de embarque da FEB⁴⁸ iniciou seu deslocamento para a Itália, após realizar menos de três meses de efetivo treinamento⁴⁹.

Dois dias após o embarque do 1º escalão da 1ª DIE, foi cancelada a formação da 2ª e 3ª DIE. Desse modo, a FEB passaria a ser composta apenas pela 1ª DIE e de alguns elementos que comporiam o Corpo de Exército e os Serviços Gerais, estritamente necessários à vida administrativa da tropa. Assim, o efetivo que seria enviado para TO do Mediterrâneo passou a ser de 25.445 homens .

Os três primeiros escalões de embarque dos integrantes da FEB chegaram à Itália com o treinamento incompleto e inadequado, e os dois últimos partiram do Brasil praticamente sem instrução.

Diante da precariedade da instrução realizada no Brasil, a possibilidade do envio imediato da FEB para o TO do Mediterrâneo, onde, a princípio, haveria mais recursos e melhores condições para treinamento, tornou-se uma opção plausível e coerente, apesar da clara desvantagem de um possível emprego prematuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a Força Expedicionária Brasileira se deslocou para a Europa para participar desse conflito mundial, onde os melhores e mais bem armados exércitos do mundo se enfrentavam, os integrantes da FEB sabiam que enfrentariam enormes dificuldades envolvendo não só as incertezas do combate, mas, também, as dificuldade do clima, do idioma, da alimentação e da falta de um treinamento completo. Porém, o objetivo de lutar contra o nazifascismo, que tanta dor causou aos brasileiros com o afundamento de dezenas de navios mercantes com a perda de mais de mil vidas, incentivava os pracinhas a superar todas essas dificuldades e representar muito bem a nação brasileira no maior conflito bélico ocorrido até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wania Manso. A Contratação de Professores Suíços para o Ensino Industrial Brasileiro: fragmentos de trajetórias docentes. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 8, n. 15, jan./jul. 2013.

ALVES, Vágner Camilo. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 48, n. 001, p. 151-177, jan. – jun. 2005, p. 09.

48 A FEB foi fracionada em 5 escalões de embarque para o deslocamento para a Europa.

49 McCANN F. D., op. cit., p. 279-93.

ANDRÉ, Antonio. O Brasil na II Guerra Mundial e as Comunicações da 1ª Divisão de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira – 1944/45. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2007.

Arquivo Histórico do Exército. Acervo FEB. Av. 7-7-Reservado, de 07 de janeiro 1944. “Constituição da 2ª e 3ª DIE”.

Arquivo Histórico do Exército. Acervo FEB. Aviso Reservado nº 3.130 do Ministro da Guerra, de 21 de janeiro de 1944.

Arquivo Histórico do Exército. Acervo FEB. BIR-1ª DIE-FEB nº 17, de 11 de fevereiro de 1944.

BLAJBERG, Israel. 1942 – Um Ano Singular. Os 70 anos dos torpedeamentos e da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Encontro de Historiadores Militares AMAN - Resende – RJ, 18 a 20 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/est-militares/1942-Um-Ano-Singular.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

BLAJBERG, Israel. Soldados que vieram de longe: os 42 heróis brasileiros judeus da 2ª Guerra Mundial. Resende, RJ: AHIMTB, 2008.

BRASIL. Boletim Especial nº 18, de 9 de agosto de 1943.

BRASIL. Boletim Interno Reservado da 1ª DIE-FEB nº 26, de 20 mar. 44.

BRASIL. Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942.

BRASIL. Decreto nº 10.451, de 31 de agosto de 1942.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942.

CARVALHO, Olavo de. O Exército na História do Brasil, Volume “República”. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. O Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.

HENRIQUES, Élber Mello. A FEB Doze Anos Depois. Rio de Janeiro: Bibliex, 1959.

Mapa de navios brasileiros afundados. Disponível em: <<https://www.sentandoapua.com.br/portal3/brasil-na-guerra-mainmenu-96-sp-1684242632/guerra-navalnavios-brasileiros-em-combate/mapa-dos-ataques>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

McCANN, Frank D. A Aliança Brasil - Estados Unidos 1937-1945. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. A FEB pelo seu Comandante. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005.

O Brasil em estado de beligerância com Alemanha e a Itália. O Estado de São Paulo, São Paulo, ano 63, 23 ago. 1942, p. 01.

RICHTER, Paul. Carta do Capitão-Tenente da Marinha de Guerra dos EUA, 1986.

Disponível em: < <http://www.gaveaskywalkers.com.br/gaveasky/artigo05.htm>>.
Acesso em: 13 out. 2015.

SANDER, Roberto. O Brasil na mira de Hitler. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2



100 ANOS DA REVOLUÇÃO DE 1924 NO ESTADO DE SÃO PAULO

Matheus Benedito de Oliveira¹

RESUMO

No ano de 2024 comemoramos 100 anos da Revolução de 1924, fato que ocorre nos anos finais da Primeira República do Brasil, desencadeada pelo Movimento Tenentista em busca de melhores condições de vida para os brasileiros e moralização das Instituições. Este artigo trata desse fato através de documentação publicada pelos seus personagens participantes, destacando-se a revolução pelos seus antecedentes, pelos governantes Federais e Estaduais e conflito das tropas Legais e Rebelde e o uso das novas armas como blindados e da aviação no palco do conflito.

Palavras-chave: Revolução de 1924, Movimento Tenentista, Tropas Legais, blindados, aviação.

ABSTRACT

In the year 2024 we celebrate 100 years of the 1924 Revolution, a fact that occurred in the final years of the First Republic of Brazil, triggered by the Tenentista Movement in search of better living conditions for Brazilians and moralization of Institutions. This article deals with this fact through documentation published by its participating characters, highlighting the revolution for its antecedents, for the Federal and State rulers and the conflict between Legal and Rebel troops and the use of new weapons such as armored vehicles and aviation at the stage of the conflict.

Keywords: Revolution of 1924, Lieutenant Movement, Legal Troops, armored vehicles, aviation.

¹ Licenciatura em História pela Universidade de Taubaté - SP. Pós-graduação em História Militar pela Faculdade UNINA. Pesquisador na área regional do Vale do Paraíba nos campos Militar, Político, Econômico, Social e Religioso. Responsável Técnico pela reformulação do Espaço Cultural do 6º Batalhão de Infantaria - Batalhão Ipiranga, em Caçapava - SP e do Espaço Cultural do Comando de Aviação do Exército, em Taubaté - SP. Professor de atualidades e história em cursos preparatórios para concursos em geral. Colaborador da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB).

Existem fatos históricos pouco explorados ou até ignorados por alguns historiadores e academias, portanto se faz necessário trazer uma reflexão desse momento para a História do Brasil e do Estado de São Paulo, desde a proclamada República ao movimento tenentista de 1922 que culminou na Coluna Prestes e a Revolução de 30.

As relações entre o exército e os políticos sempre foram estremecidas, com o término da Guerra do Paraguai os militares foram ganhando prestígio e causando esse desconforto na classe política, causando A Questão Militar que se arrastou até 1930.

De acordo com Moacyr Assunção (2015, pág. 36),

embora o regime fosse civil, os militares detinham importância e força e se consideravam guardiões das instituições. Entre 1889, quando foi proclamada a República, e 1922, o país havia tido três generais – presidente.

Um sentimento latente de contestação ao regime, que poderia se manifestar sobretudo em momentos de eleição, crescia entre a baixa oficialidade, os tenentes do exército.

Epitácio Pessoa estava em fim de mandato e logo as eleições seriam feitas para a sucessão presidencial e Minas Gerais indicaria o nome de Artur Bernardes.

Contrários a indicação a oposição lança o nome de Nilo Peçanha, e o jornal Correio da Manhã, no dia 9 de outubro de 1921 publica uma carta manuscrita atribuída a Artur Bernardes, com críticas ao Marechal Hermes (ex-presidente e figura bem quista pelas Forças Armadas) e ao presidente do Clube Militar, e no dia 12 outra carta seria publicada aumentando a tensão e gerando o apelo das forças a se moverem contra a vitória e posse de Bernardes.

De acordo com o General Abílio Noronha citado em seu livro Narrando a Verdade (1924, pág. 20), as cartas foram escritas pelo jornalista Odemar de Lacerda para desclassificar o candidato Artur Bernardes,

O tenentismo ocorreu nos anos de 1922 a 1927, Carlos Guilherme Mota define esse movimento (2016, pág.605 – 606):

Ao longo da Primeira República, os tenentes formaram o grupo oficiais mais numeroso da corporação. Por serem muitos, enfrentavam problemas funcionais, sobretudo nas promoções e na aposentadoria. As promoções, lentas, geravam insatisfação profissional entre eles. Suas origens sociais, ligadas aos setores mais modestos da população, e o treinamento recebido incentivavam em lutas contestadoras do sistema.

Grosso modo aspiravam ao voto secreto, à moralização da política, à reforma administrativa com centralização do Estado, à existência de um Poder Judiciário, à reforma do ensino e à instituição do ensino público gratuito generalizado.

Deu-se início com a prisão do Marechal Hermes e a decretação de estado de

sítio pelo presidente empossado Artur Bernardes, tendo como seu fato inicial os 18 do forte de Copacabana (17 soldados mais 1 civil).

O presidente com poderes de exceção aprovado pela Câmara para perseguir e reprimir seus oponentes políticos, desgastou sua relação com o exército, principalmente os militares de baixa patente.

A revolução na Província de São Paulo começa a tomar sua forma após a reunião no Clube Militar onde o Tenente Gwaier entra em confronto com os oficiais superiores em uma tensa disputa política envolvendo também o Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho.

Cyro Costa e Eurico de Goes no livro *Sob a Metralha* (1925, pág. 2) narra o início da revolução:

Um movimento militar deflagrara, qual uma bomba, nos quartéis do exército e da milícia estadual. Estourara minaz revolta contra as instituições. Urdido, sossegadamente, na sombra, e, embora, de há muito conhecido e até comunicado, a algumas autoridades, pelos poderes centrais e superiores da República, o levante armado não deixou de causar geral surpresa em São Paulo. Tratava-se, ao que se dizia, de vasta conspiração, irradiada nos Estados e propaganda, por oficiais descontentes ou ambiciosos, nos batalhões, para subverter a ordem pública, com o intento de realizar a deposição de alguns presidentes ou governadores e de substituir o dr. Arthur Bernardes, na direção dos destinos do Brasil.

Na madrugada do dia 5 de julho de 1924, os rebeldes comandados pelos Irmãos Joaquim e Juarez Távora e o general reformado Isidoro Dias Lopes deram início a revolta tomando quartéis do Exército e da Força Pública, dentre eles quartel de Santa Anna, Quitauna e Luz.

Enquanto ocorriam as movimentações o general Abílio foi informado dos fatos e tomou as medidas de contenção, dentre elas a ligação para o Palácio dos Campos Eliseos, o Ministro da Guerra e a averiguação dos prédios das forças pessoalmente, quais estavam em poder dos rebeldes ou dos legalistas, porém em uma das instalações acabou por ser preso.

Os combates na rua entre legalistas e rebeldes foi ocorrendo durante a madrugada e o alvo principal nesse momento era a tomada do Palácio do presidente da Província.

De diferentes pontos da zona Leste, a artilharia (canhões modelos Krupp) dos quartéis começou a soar e acertar diversos locais na cidade de São Paulo próximos ao 4º batalhão da Força Pública e aos Campos Eliseos, causando danos materiais aos prédios e fogo amigo na população paulistana que assustada se escondia, migravam para outras cidades.

Os revoltos também receberam ajuda na luta pelos operários anarquistas, que haviam participado da greve geral de São Paulo em 1917, não tendo seus pedidos atendidos viram uma oportunidade de participar da revolta para reivindicar melhores

condições para os trabalhadores e são organizados, três batalhões estrangeiros, de alemães, húngaros e italianos, em apoio, estabelecendo linhas de defesa nas zonas Leste e se espalhando para o Sul de São Paulo.

O Governo Central organizado no Presidente Arthur Bernardes, o Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho e o Presidente de Província Campos de Toledo, que conseguiu se evacuar do local, se reuniram para tomar as providências para retomada da cidade de São Paulo e minar qualquer movimento de contra revolução.

Nesse momento façamos uma reflexão do Autor Moacir Assunção em relação a fala do Presidente, do Presidente de Província e citação do General

Arthur Bernardes (2008, pág.91 – 92)

“O presidente da República, Arthur Bernardes, fez algumas (poucas) referências, de forma oficial, a seus inimigos militares e civis que participaram de duas rebeliões, em 1922 e 1924, contra sua administração. Nesses momentos, ele se posicionou frontalmente contra à anistia reivindicada pelos líderes dos levantes — embora tenha mandado o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, negociar com os revolucionários gaúchos de 1923, com os quais seu mandato firmou a Paz de Pedras Altas — e acusou os movimentos revolucionários de “falta de patriotismo”. Assim, Bernardes usava politicamente o mito do “agitador estrangeiro pago para matar brasileiros”, numa tentativa, por várias vezes bem-sucedida, de desqualificar os tenentes, que se valeram de estrangeiros incorporados às suas forças durante a Rebelião de 1924.”

Campos de Toledo (2008, pág. 98 e 100)

“Presidente (governador) do estado de São Paulo, Carlos de Campos foi um dos defensores, entre as autoridades, do bombardeio a São Paulo, capital do estado que presidia. Foi alvo de muitas críticas, na época, um telegrama seu para a Presidência da República no qual ele dizia, a pretexto de se solidarizar com a decretação do estado de sítio solicitado pelo governo federal, que “estou certo de que São Paulo prefere ver destruída sua bela capital antes do que destruída a legalidade no Brasil”.

[...] Durante o período da revolta, Campos refugiou-se em Guaiaúna e manteve-se sempre alinhado às ideias e propostas de Arthur Bernardes, do ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, e de seus generais, que defendiam o “bombardeio terrificante” com o objetivo de derrotar os “revoltosos”. Mais de uma vez, como já vimos, negou-se a defender, junto ao presidente, o fim do bombardeio sobre São Paulo.”

O entendimento dos autores que são a base desse artigo como Eurico de Góes, Abilio Noronha e Cyro Costa, que estavam presentes na Revolta, refletem na atitude tomada pelo General Setembrino e o pedido do Governador da Província Pedro de

Campos em bombardear a cidade, pois essa decisão contraria a negociação feita com os revoltosos em Pedra Alta no Sul, que receberam anistia e em São Paulo a cidade foi bombardeada sem ter como alvo os pontos específicos da revolta, e portanto a cidade virou um alvo como um todo forçando uma migração nunca antes vista na história de São Paulo, fora os saques para sobrevivência, destruição de patrimônio dos civis e comerciantes e a mutilação seguida de morte de pessoas na cidade, essa sendo muito contestada pela Igreja e Associação comercial de São Paulo que pediu diversas vezes em cartas e reuniões que os bombardeios cessassem, tendo a recusa por parte de Carlos de Campos .

Os combates se intensificaram pelas disputas de pontos estratégicos na cidade dos dias 5 a 9 de julho, tendo o Telégrafo Nacional e a LIGHT como disputa das comunicações, interceptações e controle da luz sobre a região Leste onde estava o Palácio dos Campos Elyseos, que após alguns combates as tropas legalistas obtiveram êxito.

Eurico de Goes em *Sob a Metralha* (1924, pág. 14) narra o confronto mais acirrado entre as tropas

Pêla madrugada, entrou a artilharia a tropejar, tremenda e rouca, despejando, entre a cascata metálica e escachoante das metralhadoras e o deflagar das carabinas, os seus monosyllabos monotonos e devastadores, de projecteis de bronze que echoavam e se despedaçavam! Era, sem dúvida, para as bandas da Luz e dos Campos onde a luta mais fervia e dominava.

E prossegue em outro trecho (1924, pág. 15).

Aqui, ali, além, as espingardas detonavam com o trepidar de fogo-de-artificio interminável. As metralhadoras não cessavam de despejar a metralha, a mais e mais, quaes se fossem magotes de demonios a percutirem, cruel e tenazmente, as rijas portas chapoadas de castellos roqueiros investidos. Os canhões continuavam a arrebentar as bombardas, evocando a explosão de cargas de dynamite, em meio a uma catástrofe formidável.

Com a intensificação dos ataques ao Palácio o Governador decide se retirar da cidade e faz a contraofensiva definitiva para obter a capitulação dos rebeldes.

As forças legaes(sic) desembarcaram como foi citado, pelo encouraçado Minas Geraes trazendo aviões dentre eles os modelos Spad 7, Breguet 14, Niueport e Spad Herbermont, sendo usados para reconhecimento e bombardeio das tropas rebeldes, tendo como Moji das Cruzes seu ponto de partida e descida.

Blindados Renault que seriam usados pela primeira vez em combate um grupo de fuzileiros navais comandados pelo general Eduardo Artur Sócrates chegam para travar combate contra os revoltos e tropas vindos do Vale do Paraíba do 6º Batalhão de infantaria e o 4º batalhão de caçadores (hoje 12º brigada aeromóvel).

No dia 11 de julho as forças legalistas começam o contra-ataque de bombar-

deamento da cidade de São Paulo, sendo mantida até a retirada total das tropas anti Arthur Bernardes.

Dada a perda em combate de um dos comandantes o Capitão Joaquim Távora, o General Eduardo Sócrates leva cartas pedindo anistia aos revoltosos, mas tendo a negativa das autoridades, toma a decisão de abandonar a cidade no dia 27 de Julho de 1925 com 3.500 soldados, 14 canhões Krupp, animais viveres e munição, sendo o trajeto o interior do Estado e mais tarde a chamada Coluna Paulista se encontra com à Coluna do Sul e formam a “Coluna Prestes” que vai circular pelo país clamando a população a revolta ao Governo Federal, moralização da máquina pública e voto secreto. O desejo dos Tenentes que continuava vivo no “Tenentismo” que só seria encerrado em 1930 com a Revolução de 30.

REFERÊNCIAS

Costa, Cyro e Góes, Eurico de. Sob A Metralha de 1924. Editora: monteiro lobato.

Noronha, Abilio. Narrando a Verdade de 1924.

Assunção, Moacir. São Paulo deve ser destruída de 2015, São Paulo: Editora Record.

Mota, Carlos Guilherme, Lopez, Adriana. História do Brasil: uma interpretação de 2016, São Paulo: Editora 34.



Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas: Contribuições para as Operações Militares e Soberania Nacional¹

Alan Eduardo Cunha Araújo ²
Walfredo Bento Ferreira Neto³

RESUMO

Este escrito foi resultado de investigação sobre as contribuições do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) às operações militares e em prol da soberania do Brasil. Foram evidenciados os principais aspectos da comunicação via satélite e os principais sistemas que se beneficiam do SGDC, tais como o Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), com o objetivo de ampliar o conhecimento relativo às comunicações por satélite e verificar o reflexo nas operações militares, além de avaliar a importância da nacionalização da operação e controle desses meios. Por meio de pesquisa documental e bibliográfica, foram abordados a evolução das comunicações por satélite, o histórico do Programa Espacial Brasileiro, até o lançamento do SGDC-1, suas principais aplicações militares e civis, e foi destacado o conceito de soberania tecnológica. Diante das informações coletadas, conclui-se que o SGDC, apesar de óbices, contribui positivamente para o apoio de comunicações no cumprimento das missões do Exército Brasileiro e para a soberania nacional.

Palavras-chave: Satélite. SGDC. Comunicações. Soberania.

1 Este artigo foi elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de mesmo título, em 2023, do então Cadete Alan Eduardo, do Curso de Comunicações, da Academia Militar das Agulhas Negras.

2 Tenente da Arma de Comunicações, Turma 2023, da Academia Militar das Agulhas Negras, servindo atualmente na 15ª Companhia de Comunicações Mecanizada, em Cascavel-PR.

3 Tenente-coronel do Quadro Complementar de Oficiais, Turma 2001, Professor da Cadeira de Geopolítica e de Relações Internacionais da Academia Militar das Agulhas Negras.

ABSTRACT

This writing was the result of an investigation into the contributions of the Geostationary Defense and Strategic Communications Satellite (SGDC) to military operations and in favor of Brazil's sovereignty. The main aspects of satellite communication and the main systems that benefit from the SGDC were highlighted, such as the Military Satellite Communications System (SISCOMIS) and the Integrated Border Monitoring System (SISFRON), with the aim of expanding knowledge relating to satellite communications and verify the impact on military operations, in addition to evaluating the importance of nationalizing the operation and control of these means. Through documentary and bibliographical research, the evolution of satellite communications, the history of the Brazilian Space Program, until the launch of SGDC-1, its main military and civil applications were covered, and the concept of technological sovereignty was highlighted. Given the information collected, it is concluded that the SGDC, despite obstacles, contributes positively to the support of communications in the fulfillment of the Brazilian Army's missions and to national sovereignty.

Keywords: Satellite. SGDC. Communications. Sovereignty.

1 INTRODUÇÃO

As evoluções tecnológicas do século XX e XXI são responsáveis por um mundo extremamente conectado e dinâmico, sendo o desenvolvimento e a implementação de tecnologias de comunicação globais elementos cruciais desse processo de transformação (SLOTTEN, 2002). Nesse sentido, os satélites se tornaram meios essenciais para a capacidade de defesa de um país, possibilitando a integração segura e autônoma entre os escalões de comando em diferentes níveis e seus elementos subordinados. Além disso, eles são fundamentais para outras áreas, como o monitoramento ambiental e a pesquisa científica. Foi o lançamento do Sputnik 1, pela URSS (1957), que iniciou a corrida pela conquista do domínio espacial. O mundo vivia a Guerra Fria, em um contexto de inquietação política, que catalisou a conquista deste espaço. As simples estações repetidoras, como o Sputnik, evoluíram em capacidades e funções, tornando-se cada vez mais parecidas com os sofisticados satélites que hoje operam em diferentes altitudes e órbitas terrestres, possibilitando serviços como telefonia, acesso à internet, transmissão de imagens, georreferenciamento, estudos atmosféricos, sensoriamento remoto, dentre outros (ARAÚJO, 2014).

Em 2017, o Brasil lançou, a partir da Guiana Francesa, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, o SGDC-1, fabricado pela Thales Group (França), sendo este o primeiro satélite totalmente operado e controlado pelo Estado brasileiro, em parceria com a Embraer e a Telebrás. O projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas foi concebido para prover a transmissão de dados com alta velocidade, abrangendo todo o território nacional, incluindo a Amazônia Azul⁴, para aplicações civis (banda Ka) e uma parte reservada às Forças Armadas, na banda X (VISIONA, 2017).

O Exército Brasileiro, juntamente com a Marinha e a Aeronáutica, acompanhou e se aproveitou da evolução dos satélites, visto que, no cumprimento de suas missões, são de-

4 Área de 3,5 milhões de quilômetros quadrados (km²) de espaço marítimo, onde apenas o Brasil pode explorar economicamente. É chamada de "Amazônia Azul" numa comparação à importância da Floresta Amazônica para o País, por conta das riquezas naturais e minerais abundantes lá encontradas.

mandadas tecnologias modernas de comunicações e comando e controle (C2), com atenção especial à segurança, à continuidade e à integralidade no trâmite de informações. Diante dessa necessidade, o SGDC visou contribuir com a operação de diversos sistemas militares empregados pelas Forças Armadas, como o Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), dentre outras contribuições (DEMINICIS, 2018).

Nesse sentido, é reforçada a ideia de que a ciência e a tecnologia são de vital importância para o desenvolvimento econômico, social e para o poder dos Estados (GERALDO, et al. 2017), conseqüentemente, o desenvolvimento autônomo de sistemas de defesa constitui um esforço relevante em prol da soberania tecnológica do país. É notório que o Brasil possui dependência tecnológica em sistemas e materiais de emprego militar (SMEM) de outras nações, o que evidencia a relevância dos projetos de satélites nacionais, dentre os quais podemos destacar o SGDC.

Diante de tal cenário, coube a seguinte problematização: o Programa do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, concretizado com o lançamento do SGDC-1, tem cumprido as missões estabelecidas em seu projeto, e vem contribuindo positivamente para as comunicações militares e, por conseguinte, para a soberania nacional? Caso positivo, em que medida e de que forma? No caso negativo, por que não?

De acordo com esse questionamento, este texto tem o objetivo de expor a importância do desenvolvimento de sistemas de comunicações por satélite, investigar o projeto do SGDC à luz dos princípios das comunicações militares, indicando a contribuição do mesmo para as operações militares, além de verificar o reflexo desse projeto na defesa da soberania nacional, destacando ainda possíveis limitações e oportunidades de melhoria na operação do SGDC-1.

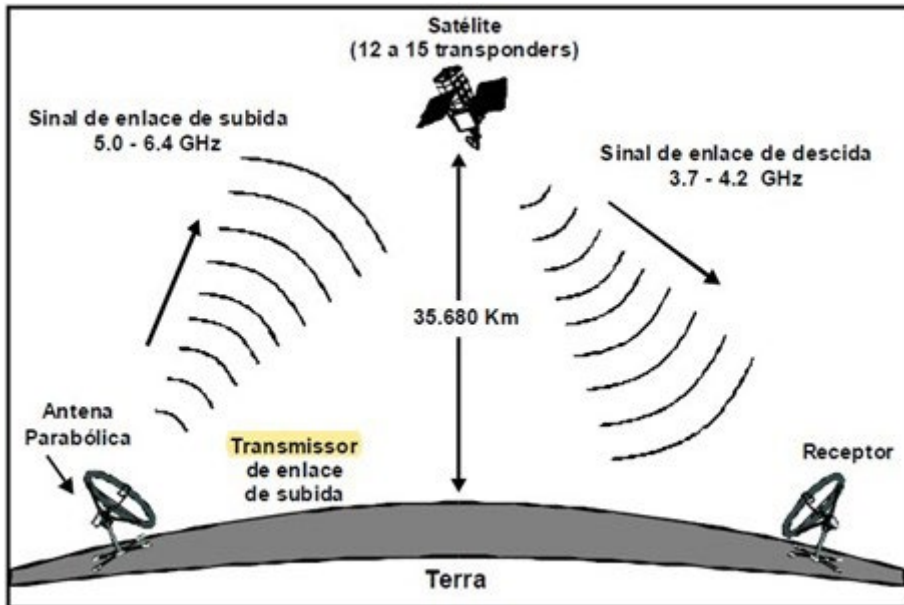
Após essa introdução, o segundo capítulo do trabalho apresenta uma revisão bibliográfica sobre os sistemas de comunicações por satélite, destacando suas principais características e vantagens. Em seguida, é abordado o SGDC, descrevendo sua concepção, desenvolvimento, lançamento e situação atual. Nesse capítulo, também são verificadas as principais contribuições do projeto para as comunicações do Exército Brasileiro. No capítulo quatro, são apresentados exemplos concretos de como o SGDC tem sido utilizado para melhorar as comunicações militares em diferentes contextos operacionais, discutindo também os benefícios para a soberania nacional. Por fim, na parte final, consta uma conclusão, que resume os principais achados da pesquisa e destaca suas implicações para as operações militares e para a soberania nacional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE

Um satélite artificial consiste em um equipamento criado pelo homem que orbita o planeta, após ser lançado ao espaço por meio de foguetes, e que possui alguma função específica, como a de observação, a de comunicação, a de meteorologia, dentre outras.

Figura 1: Sistema de Enlace por Satélite



Fonte: C 11-1 Emprego das Comunicações (1997)

Segundo o Manual C 11-1 Emprego das Comunicações, o enlace por satélite trabalha na faixa de micro-ondas, cuja alta frequência possibilita transmissões de alta diretividade e confiabilidade do sinal. São componentes principais do satélite: as antenas transmissoras (transmitem os sinais para a Terra), as antenas receptoras (captam os sinais da Terra) e os transponders (convertem as frequências de subida e descida) (BRASIL, 1997).

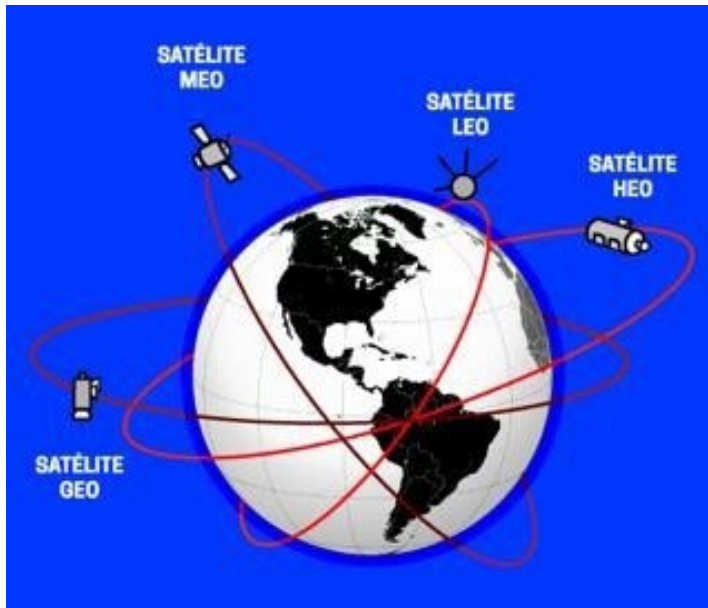
Além do satélite propriamente dito, o enlace depende de uma estação terrestre transmissora, que emite as informações desejadas a partir de um ponto no globo terrestre (na área de cobertura do satélite) e uma estação terrestre receptora, que recebe e processa essas informações (BRASIL, 1997).

2.1.1 Tipos de Órbita

A órbita de um satélite é a trajetória percorrida ao redor do globo terrestre. Diferentes órbitas possuem suas próprias características, influenciando ainda o tipo de satélite e suas possíveis aplicações.

Existem quatro tipos de órbitas: a Low Earth Orbit (LEO), caracterizada por uma altitude pequena, com um curto período de revolução; a Medium Earth Orbit (MEO), com uma distância intermediária; a High Elliptical Orbit, que segue uma trajetória elíptica inclinada com a Terra, e - a mais importante para esta investigação - a Geosynchronous Earth Orbit (GEO), cujo trajeto é circular e paralelo à linha do Equador, com o satélite se mantendo fixo na sua posição em relação à Terra, a uma altitude de cerca de 36.000km e tempo de revolução de aproximadamente 24 horas (ABRASAT, 2018).

Figura 2: Órbitas de Satélites



Fonte: ABRASAT (2016)

2.1.2 Vantagens e desvantagens da órbita geoestacionária

A órbita geoestacionária (GEO) possui várias vantagens, se comparada aos demais tipos de órbitas. Possui uma área de cobertura bem mais ampla, sendo necessário apenas 3 satélites para cobrir toda a superfície terrestre, por exemplo. Além disso, sua posição fixa (tendo como referencial a Terra) permite o fácil apontamento de estações terrestres, que não necessitam de correções angulares ao longo do tempo em operação.

Entretanto, é possível notar como desvantagens o tempo de latência (delay), dado a distância elevada de quase 36.000 km, que pode prejudicar, por exemplo, o emprego de aplicações de voz/vídeo em tempo real. Outro ponto é que as transmissões nessa distância deterioram muito o sinal eletromagnético, o que demanda mais tecnologia de processamento nos equipamentos de estação terrestre, afetando também o custo dessas estruturas (RF WIRELESS WORLD, 2012).

2.2 EVOLUÇÃO DA COMUNICAÇÃO SATELITAL NO BRASIL

O primeiro emprego de satélites pelo País foi por meio da utilização de transponders alugados do Intelsat-1, o primeiro satélite comercial de para comunicações, lançado em 1965, pelos EUA. No mesmo ano foi criada pelo governo a Embratel, e, em 1972, a TELEBRAS (DEMINICIS, 2018).

Já em 1985 foi lançado o primeiro satélite brasileiro, o Brasilsat A1, construído pela Spar Aerospace e Hughes, um consórcio do Canadá e dos EUA. Sua operação era totalmente nacional, através da Embratel, o que colocou o Brasil em uma posição vantajosa, ao não necessitar mais de terceirizar suas comunicações nacionais em transponders alugados de satélites estadunidenses.

Em 1986 foi lançado o Brasilsat A2, idêntico ao seu antecessor. Nos anos 90, o Brasil se destacou ao conseguir desenvolver satélites nacionais de baixa órbita para dados meteorológicos, o SCD-1 e SCD-2 (Satélite de Coleta de Dados), operados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (DEMINICIS, 2018).

Em 1994 teve início a segunda geração de satélites controlados pelo Brasil, os Brasilsat série B, cuja operação era nacional, a cargo da Embratel. Entretanto, a empresa foi privatizada em 1998, o que culminou na perda da autonomia do Brasil no controle das comunicações via satélite. Visando ao restabelecimento dessa autonomia e soberania, foi criado o projeto do Satélite Geoestacionário de Comunicações de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), por meio de uma parceria público-privada, com a finalidade de atender tanto demandas militares como civis, pela operação nas bandas Ka e X (DEMINICIS, 2018).

2.3 O SGDC

O projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas tinha como objetivo a construção e operação de satélites da órbita geoestacionária, com aplicações mistas (civis e militares). Atualmente, foi lançado, e está em operação, o SGDC-1, construído em Cannes (França), pela Thales Alenia Space, com supervisão da Visiona Tecnologia Espacial (união da Embraer e Telebrás). O equipamento, lançado pelo foguete Ariane V, da Guiana Francesa, pesa 5,8 toneladas, possui 5 metros de altura, com capacidade de 58 Gbps (TELEBRAS, 2017).

Figura 3: SGDC-1



Fonte: Telebrás (2017)

Esse projeto provê meios seguros e soberanos para as comunicações estratégicas do País, e traz avanços tecnológicos, graças à transferência de tecnologia proporcionada entre a fabricante e a *joint-venture*⁵ da Embraer e Telebrás. Além disso, possibilita o acesso de comunidades isoladas à internet, contribuindo para a inclusão digital da população brasileira (AMARAL, et al. 2017).

A possibilidade de aplicações mistas se dá pela operação em duas faixas distintas (por diferentes *transponders*). 70% da capacidade do SGDC-1 (banda Ka) se destina a aplicações civis, tais como o fornecimento de banda larga em áreas remotas, o monitoramento ambiental e o apoio à pesquisa científica, dentre outras. Enquanto que o restante, operando na banda X, possibilita importantes aplicações militares, especialmente nos sistemas de comando e controle (C2) do País.

2.4 APLICAÇÕES MILITARES

Segundo o Manual de Campanha de Comando e Controle (EB20-MC-10.205), “A digitalização do espaço de batalha implica o uso de sistemas e tecnologias digitais no domínio operativo para ganhar, trocar, correlacionar e usar as informações rapidamente” (BRASIL, 2015).

Cerca de 30% da capacidade do SGDC-1 é exclusivamente destinada ao uso militar, utilizando-se de uma faixa de frequência restrita, conhecida como banda X (TELEBRAS, 2017). Isso possibilita às Forças Armadas do Brasil melhores condições de acesso a canais de voz e dados, com alto nível de segurança, disponibilidade e rapidez.

Na prática, o SGDC aumenta as capacidades de vários sistemas em operação, dos quais podem ser destacados o Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS), o Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2), além do Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (SISFRON) e do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). (DO AMARAL, et al. 2017). Princípios importantes das comunicações estratégicas são proporcionados a esses sistemas militares, como a confidencialidade, a disponibilidade, a autenticidade e a integridade das informações (DEMENICIS, 2019).

2.4.1 SISTEMAS DE C2

Os Sistemas de Comando e Controle (C2) são essenciais para o planejamento, execução e controle de operações militares e outras atividades que envolvem ações coordenadas em larga escala. Esses sistemas são compostos por uma variedade de recursos que trabalham juntos para ajudar a gerenciar as informações em tempo real e possibilitar ao Comando a tomada de decisões rápidas e efetivas (BRASIL, 2019).

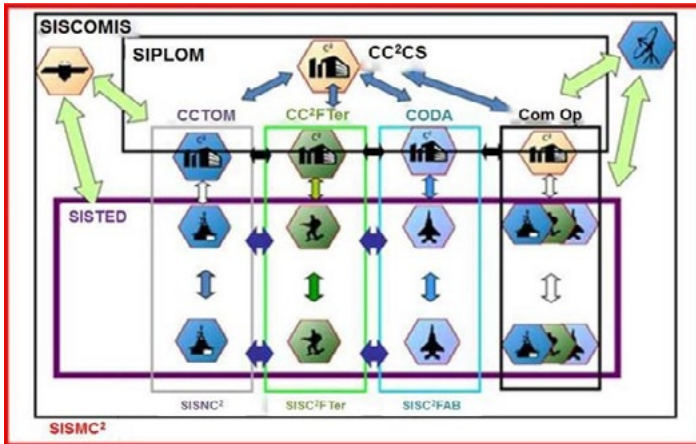
O Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2) abrange os sistemas de C2 das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e possibilita a integração entre órgãos, inclusive podendo ser interligado à Presidência da República. A ativi-

5 Associação econômica entre duas empresas, com um período e objetivo delimitados.

dade de C2 propriamente dita se desenvolve por meio dos Centros de Comando e Controle (CC2), cujo órgão central é o CC2 do Ministério da Defesa.

O Manual EB20-MC-10.205 reforça a importância desse sistema para a efetividade das operações militares. Além disso, ressalta a necessidade de integração com outros sistemas e recursos, como a inteligência e a logística, para garantir a sincronização das operações (BRASIL, 2019).

Figura 4: Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²)



Fonte: Exército Brasileiro (2019)

2.4.2 Sistema de Comunicações por Satélite (SISCOMIS)

O principal sistema de comunicações do SISMC² é o Sistema de Comunicações Militares por Satélite, composto por estruturas que possibilitam enlances digitais se utilizando de satélites geoestacionários. O sistema foi concebido em 1983 e tinha como objetivo inicial funcionar como uma rede de telefonia para interligar comandantes de OM (Organizações Militares) de interesse da EMG (Estrutura Militar de Guerra), mas evoluiu nas décadas seguintes para uma rede capaz de prover voz, dados e videoconferência (DEMINICIS, 2018). Diferentes tipos de terminais podem ser utilizados para as comunicações do SISCOMIS: terminais portáteis (TP), leves (TL), transportáveis (TT), rebocáveis (TR), fixos, veiculares, móveis navais (MN), móveis aeronáuticos, móveis terrestres e móveis submarinos. Atualmente o SISCOMIS é de responsabilidade da Subchefia de Comando e Controle (SC-1) da Chefia de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), do Ministério da Defesa (MD). A Rede Operacional de Defesa (ROD) utiliza o SISCOMIS como meio principal de tráfego de dados e as redes digitais de cada Força como canal alternativo.

No nível tático, as unidades que possuem esse meio, empregam-no constantemente em suas operações, devido à facilidade de transporte dos terminais portáteis

e leves, à alta cobertura (todo o território nacional), além de se aproveitar das características da transmissão satelital, como a alta disponibilidade, a qualidade do sinal e a flexibilidade de instalação (12ª CIA COM L, 2020).

Figura 5: Exemplos de TT e TL, do Batalhão Escola de Comunicações e da 20ª Cia Com PQDT, respectivamente



Fonte: Autor (2023)

2.4.3 SISFRON

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um projeto do Exército Brasileiro que visa monitorar e controlar as fronteiras terrestres do País, mediante o sensoriamento e apoio à decisão. Sua concepção se deu em decorrência da Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008, por iniciativa do Comando do Exército (ESCRITÓRIO DE PROJETOS DO EXÉRCITO, 2016).

Em seu projeto, o SISFRON deveria ser desdobrado ao longo de toda a faixa de fronteira brasileira (16.886 km), em uma profundidade de 150 km de largura. Entretanto, ainda não foi possível alcançar essa marca, devido às limitações de orçamento. Hoje, o sistema está operando nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná.

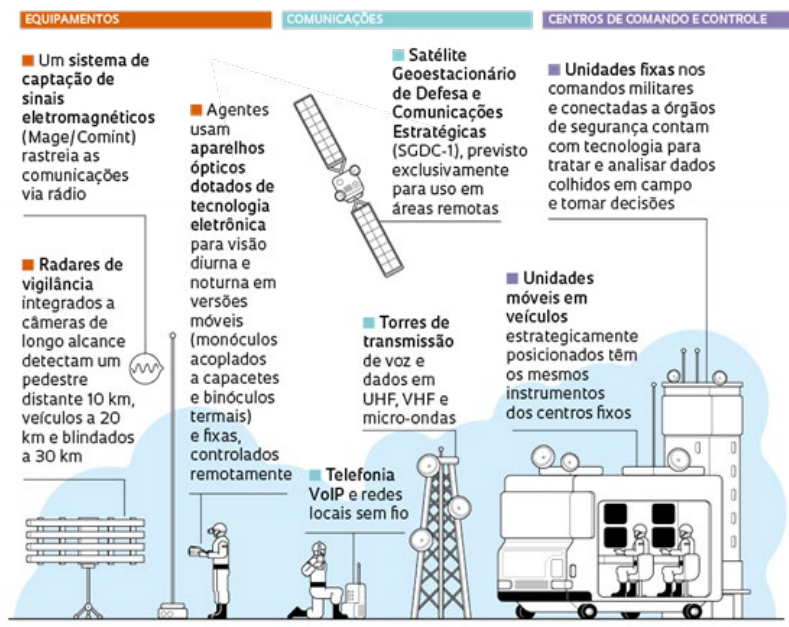
O SISFRON é composto por vários subsistemas, incluindo o subsistema de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que foi dividido em três níveis de comunicações: táticas, estratégicas e satelitais (DEMINICIS, 2018).

O objetivo do subsistema satelital é dar flexibilidade ao sistema, por meio do uso do espaço, especialmente em locais que possuem restrições que impeçam ou dificultem o emprego das comunicações por meios físicos, seja pela distância, pela precariedade da infraestrutura local, ou características geográficas do terreno. A comunicação por satélite é particularmente importante para o SISFRON, porque permite a transmissão de dados em tempo real nesses tipos de regiões, caracterizadas por serem remotas e de difícil acesso (DEMINICIS, 2018).

Figura 6: Estrutura do SISFRON

A estrutura do Sisfron

Conheça as tecnologias que compõem o sistema e como ele deverá funcionar



Fonte: FAPESP (2019)

2.5 TECNOLOGIA E SOBERANIA

A Política Nacional de Defesa (PND) tem a função de orientar os esforços dos vários setores da sociedade brasileira para desenvolver boas condições para a garantia da soberania do Brasil, sua integridade e a consecução dos objetivos nacionais. Em várias partes deste documento, é dada ênfase na necessidade de nacionalizar tecnologias ligadas à Defesa, como exposto na Política Nacional de Defesa de 2022:

[...] a Expressão Militar do Poder Nacional deverá contar com o apoio do Estado para: [...]; substituir os equipamentos obsoletos das Forças Armadas; minorar o elevado grau de dependência em relação a produtos de defesa estrangeiros; incrementar os programas de financiamento para as empresas nacionais fornecedoras de produtos de defesa, impulsionando-as nos mercados interno e externo. (BRASIL, 2022, p. 23)

Elenca ainda:

Nesse contexto, tornam-se imperiosas a criação e a ampliação de polos tecnológicos integradores, com o objetivo de conquistar a autossuficiência em projetos de desenvolvimento e na fabricação de sistemas de Comando, Controle, Comunicação, Computação e Inteligência (C4I), com vistas a eliminar, progressivamente, a dependência externa. (BRASIL, 2022, p. 28)

Soberania é um conceito fundamental nas relações internacionais e no direito público, e está relacionada à capacidade do Estado de exercer seu poder sem limitações internas ou externas. Ao tratar da conceituação de soberania, Carlos Roberto Husek traz a seguinte noção:

A impossibilidade para o Estado de ter seu poder limitado por outro qualquer, tanto nas relações internas como nas externas, ou seja, todo Estado vencido que se vê forçado a aceitar as condições impostas pelo vencedor deixa, nesse momento, de ser soberano, perde essa qualidade. (HUSEK, 2010, p. 200)

Isso significa que o Estado não pode ser limitado por nenhum outro agente, interno ou externo, e que a soberania é perdida quando um Estado é forçado a aceitar as condições impostas por outro.

Francisco Rezek acrescenta que a soberania é a exclusividade e plenitude de competências que o Estado detém sobre as dimensões territorial e humana. De forma semelhante, isso implica que o Estado não se subordina a qualquer autoridade superior, não sendo obrigado a reconhecer nenhum poder maior que possa interferir na definição e no exercício de suas competências (REZEK, 2011).

Já a soberania tecnológica pode ser compreendida como a capacidade de um Estado de desenvolver as tecnologias que considera críticas para sua segurança e capacidade de ação. De acordo com Jakob Edler, essa definição implica na preservação da autonomia por meio do desenvolvimento e da manutenção de capacidades nacionais. A dependência de tecnologias importadas pode levar a vulnerabilidades e perda de controle sobre setores estratégicos, comprometendo a capacidade de um país de tomar decisões independentes (EDLER, et al. 2020).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde a década de 1960, o Brasil tem acompanhado as inovações tecnológicas no campo das comunicações por satélite, com a criação do Programa Espacial Brasileiro (PEB). O principal objetivo buscado pelo programa, desde sua concepção, é desenvolver tecnologias para a exploração espacial, aprimorando a capacidade do País em diversas áreas, incluindo as telecomunicações. Desde então, o Brasil investiu em satélites para melhorar a conectividade nacional e levar serviços de comunicação a regiões mais remotas e de difícil acesso.

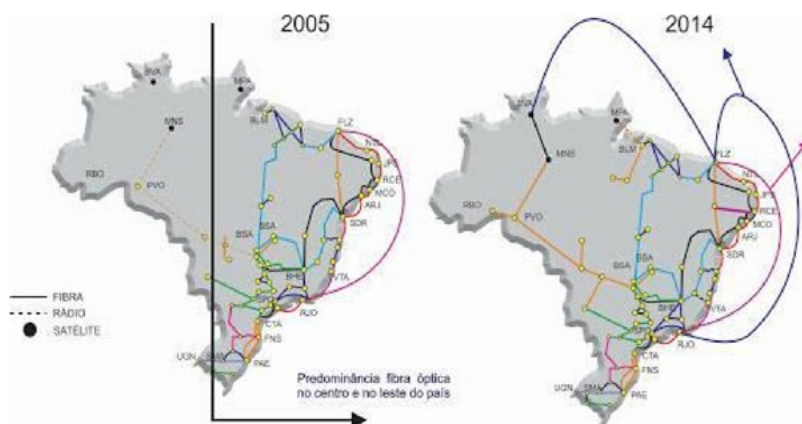
Nesse sentido, é relevante destacar a importância de um projeto como o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas para o Brasil, sobretudo para as comunicações militares. Além de ampliar a conectividade em todo o território, o SGDC oferece maior segurança e autonomia para o trâmite de informações sensíveis, que necessitam de sigilo e confidencialidade. A alta capacidade de transmissão de dados, garante canais de comunicação eficientes e seguros para as Forças Armadas e outros órgãos governamentais ligados à Defesa.

A capacidade civil do satélite, no entanto, não alcançou todo seu êxito de imediato. De 2017, ano de seu lançamento, até 2019, o projeto foi tomado por problemas judiciais relacionados à concessão, por parte da Telebras, do uso do SGDC para empresas privadas. A empresa norte-americana Viasat conseguiu um acordo em 2019 e passou a explorar a parte terrestre (infraestruturas no solo) das comunicações civis do SGDC. O problema é que durante esse tempo, as capacidades de banda Ka foram subutilizadas, ocasionando prejuízo à Telebras (REVISTA GALILEU, 2019).

Passado o conflito jurídico, os resultados da operação do SGDC na sua porção civil (70% dos transponders) passaram a se mostrar muito positivos. Segundo o Ministério das Comunicações, o satélite tem sido utilizado para ampliar a oferta de serviços de internet banda larga em áreas remotas e rurais, beneficiando milhares de pessoas que antes não tinham acesso a esse tipo de serviço (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2023).

Cabe destacar o aumento da conectividade em escolas da rede pública de regiões remotas do país. Até maio de 2019, a parceria da Telebrás/Viasat alcançou 3,7 mil escolas conectadas, beneficiando mais de 1 milhão de estudantes. Fica evidente a relevância do SGDC para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira e para o desenvolvimento social e econômico do país (REVISTA GALILEU, 2019). Tudo isso inserido no Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), Plano “Brasil Conectado”, planejado e implementado para minimizar as consequências negativas do constatado “Tordesilhas Digital”, conforme mostra a Figura a seguir:

Figura 7: Tordesilhas Digital – Brasil (2005-2014)



Fonte: BRASIL, 2014 apud FERREIRA NETO, 2020.

Outro resultado prático da utilização do SGDC foi em apoio a situações emergenciais, como os desastres ocasionados pela chuva em Petrópolis (RJ), em 2022, e o rompimento da barragem em Brumadinho (MG) em 2019.

Figura 7: Terminal satelital do SGDC em Brumadinho



Fonte:Telebrás (2019)

A conectividade possibilitada pelo satélite também apoiou a recente crise na Reserva Indígena Yanomami, em Roraima, com a ativação de 15 pontos de internet na localidade, por parte da Telebrás, possibilitando uma maior capacidade de comunicação para as equipes médicas e humanitárias (TELEBRAS, 2023).

Já a parte militar, apesar de compreender apenas 30% do satélite, está cumprindo sua missão desde o lançamento, e tem sido fundamental para dar suporte às operações de segurança pública e defesa do país, graças à sua tecnologia de comunicação segura e ao seu sistema de monitoramento e controle, que favorecem a transmissão de informações estratégicas. Cabe destacar o uso no SISCOMIS, que constitui um grande avanço às comunicações e Comando e Controle (C2) das Forças Armadas.

Além disso, está intimamente ligado as operações do SISFRON, que se aproveitam das capacidades técnicas do satélite, dando mais eficiência e conectividade às redes que compõem o Sistema Militar de Comando e Controle (SISM2). A comunicação por satélite no SISFRON, que inclui enlaces de voz e a transmissão de imagens e vídeos em tempo real, permitem uma maior coordenação entre as diferentes unidades militares envolvidas nas operações, favorecendo a interoperabilidade, elemento essencial na garantia de respostas rápidas e eficazes a ameaças nas fronteiras terrestres do país.

A interoperabilidade é possibilitada devido ao acesso, por meio do satélite, à Rede Operacional de Defesa (ROD), um canal estratégico das Forças Armadas que integra os sistemas de comunicação e tecnologia da informação do Exército,

Marinha e Aeronáutica em uma única rede, agilizando o trâmite de informações em operações conjuntas. Vale destacar que o principal canal de tráfego de dados da ROD é justamente o sistema de comunicações militares por satélite, o SISCOMIS, amplamente empregado no SISFRON (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015).

Sem os enlaces satelitais realizados via SGDC, o Exército Brasileiro ainda teria que depender fortemente em ligações ponto-a-ponto (PTP) ou na transmissão de dados via equipamentos rádio, os quais apresentam diversas limitações como a necessidade de visada direta constante entre as antenas transmissora e receptora, e taxas menores de transmissão.

Outra questão é a mobilidade oferecida pelos meios via satélite. As operações do SISFRON se beneficiam da versatilidade oferecida pelos diferentes modelos de terminais terrestres do SISCOMIS, especialmente o terminal leve (TL), que favorecem a realização de enlaces pelo SGDC mesmo em situações táticas que demandam o movimento das tropas.

Além de favorecer a mobilidade, o emprego desse meio não é limitado pela falta de recursos de comunicações locais, como fibras óticas ou mastros de antena, sendo necessários apenas os terminais terrestres e uma fonte de energia, normalmente suprida por pequenos geradores ou bancos de baterias. Isso se mostra benéfico especialmente às operações fronteiriças, cujas localizações normalmente são caracterizadas por serem remotas e desprovidas de estruturas avançadas de comunicações.

As contribuições não se limitam somente ao nível estratégico, mas também se mostram presentes no cotidiano de Organizações Militares e frações destacadas em regiões remotas no país. No nível tático, por exemplo, o SGDC está levando acesso à internet para Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) em todo o Brasil, auxiliando o cumprimento das missões dessas tropas, ao melhorar seu comando e controle (TELEBRAS, 2022).

Nesse mesmo sentido, é importante evidenciar que companhias e batalhões da arma de Comunicações possuem a capacidade de utilizar o SGDC pelos terminais do SISCOMIS, no cumprimento de suas missões em apoio de comunicações às respectivas brigadas e divisões que as mesmas compõem. Unidades que demandam sobretudo mobilidade e flexibilidade nos meios de comunicações, como companhias de comunicações aeromóveis ou a 20ª Cia Com PQDT, beneficiam-se particularmente dos terminais leves e transportáveis do SISCOMIS. Esses terminais permitem levar conectividade a qualquer ponto do território nacional, sem a necessidade de existir no local uma infraestrutura prévia de comunicações.

Além das contribuições já exploradas, vale destacar que o SGDC, via SISCOMIS e dos Sistemas de C2, contribui para a modernização das Forças Armadas, já que possibilita o emprego de tecnologias avançadas de comunicações à tropa que utiliza meios satelitais em suas operações, ou mesmo em situação de adestramento, como o que ocorre na Manobra Escolar da AMAN, na qual os Cadetes do Curso de Comunicações podem verificar na prática os terminais do SISCOMIS, realizando enlaces através do SGDC. A disponibilidade desses equipamentos modernos, associada à instrução adequada, é essencial para garantir um Exército preparado para os desafios tecnológicos do século XXI.

O uso do SGDC pelos militares não é, no entanto, livre de limitações. Apenas 30% dos transponders são dedicados às aplicações das Forças Armadas distribuídas por todo o território nacional. Isso implica na necessidade de priorização de acesso, através do controle da Subchefia de Comando e Controle do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. Conseqüentemente, não é possível garantir conectividade para todas as missões ao mesmo tempo, especialmente quando se tratam de operações de adestramento.

Indo além das contribuições civis e militares já destacadas nos últimos parágrafos, e em consequência das mesmas, é importante relacionar como o Brasil tem sua soberania favorecida pelo SGDC.

Figura 8: Instrução prática de SISCOMIS para Cadetes do 4º ano da AMAN



Fonte: Autores (2023)

A soberania está relacionada com a capacidade de um Estado de tomar decisões independentes e exercer sua autoridade sem interferência externa. Nesse sentido, a produção de tecnologias nacionais é um meio de garantir a autonomia e a capacidade de defesa do país. No contexto das comunicações por satélite, a soberania tecnológica se torna uma questão crucial para países que almejam ser potências, como o Brasil. O SGDC-1 é um exemplo do esforço brasileiro de busca por autonomia.

O histórico de dependência tecnológica do Brasil, principalmente no que se refere à Defesa, evidencia a relevância do desenvolvimento do SGDC e de sua operação em solo brasileiro. O desenvolvimento e emprego de tecnologias de ponta como do satélite se torna uma questão crítica para a segurança nacional e proteção de dados sensíveis devido à crescente digitalização de setores estratégicos, como energia, transportes e telecomunicações. Ao depender de satélites operados por outros países, todos esses aspectos ficam vulneráveis a influências externas, e princípios

importantes das comunicações, como a confidencialidade e a disponibilidade das informações podem ser comprometidos.

Em meados de 2013, o escândalo da espionagem estadunidense no Brasil, dentre outros países, revelado por Edward Snowden⁶, desencadeou uma série de preocupações em relação à segurança das comunicações do Brasil. Diante desse cenário, o projeto do SGDC passou a ser uma das ações empreendidas pelo Estado brasileiro para minimizar essa interferência externa. O satélite surgiu como uma resposta estratégica, visando fortalecer as capacidades estatais do Brasil e proteger a soberania nacional, ao ampliar o controle e a autonomia sobre as comunicações sensíveis do País (FERREIRA NETO, 2020).

É claro que o País ainda está longe de se tornar independente nesta área, visto que o SGDC foi fabricado na França, por uma empresa franco-italiana (*Thales Alenia Space*), e foi lançada ao espaço por um foguete europeu (*Ariane V*), a partir de uma base lançadora na Guiana Francesa. Entretanto, o controle, o monitoramento e a operação deste satélite são realizados por brasileiros, e esses processos se desenvolvem em território nacional, graças ao Programa de Absorção de Tecnologia, que consistiu na transferência de conhecimento da fabricante a entidades da Visiona, do Ministério da Defesa, da Agência Espacial Brasileira e do INPE (VISIONA, 2017).

A nacionalização dessas atividades contribui, mesmo que não plenamente, para o objetivo nacional de alcançar um patamar maior de soberania tecnológica, podendo ser encarada como um passo intermediário de grande relevância neste processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento da pesquisa que deu origem a este escrito, foi possível verificar a importância do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas para as comunicações militares e para a defesa da soberania nacional. O SGDC é um projeto estratégico do governo brasileiro, que tem cumprido seu objetivo de ampliar a conectividade em todo o território nacional e está possibilitando o trâmite de informações sensíveis com mais segurança e autonomia.

Com base nos estudos realizados, pode-se concluir que o SGDC tem um papel importante na segurança e defesa do País, contribuindo positivamente para as comunicações militares, ao favorecer o emprego de sistemas de comando e controle, como o SISMC2, de sistemas de comunicação por satélite, como o SISCOMIS, e ao ampliar a capacidade do SISFRON.

As contribuições do SGDC para a sociedade, melhorando a qualidade de vida da população brasileira, e nos sistemas e operações militares, evidenciam que o mesmo contribui para soberania nacional e favorece a inovação tecnológica em áreas como as telecomunicações e a engenharia espacial. Além das contribuições diretas,

6 É um ex-analista de inteligência dos Estados Unidos, conhecido por revelar informações confidenciais sobre programas de vigilância em massa conduzidos pelos EUA.

existem investimentos indiretos ocasionados pela exploração comercial do satélite e pelo programa de transferência de tecnologia.

Para garantir a soberania tecnológica do Brasil e aprimorar as comunicações civis e militares em todo o território nacional, é fundamental que haja o desenvolvimento de sistemas de comunicação por satélite. É preciso investir em tecnologia de ponta e em recursos humanos qualificados para garantir o sucesso contínuo de projetos como o SGDC. Além disso, é necessário que haja uma política pública clara e consistente voltada para o desenvolvimento do setor espacial brasileiro.

Embora o SGDC cumpra suas missões com sucesso, é importante destacar que há uma clara limitação no que diz respeito a apenas 30% da capacidade do satélite ser destinada às Forças Armadas (banda X). Em um País de dimensões continentais, onde inúmeras operações podem acontecer simultaneamente, faz-se necessário um maior percentual de transponders de banda X, ou mesmo um satélite exclusivo para essa faixa de frequência.

No futuro, espera-se que o programa espacial brasileiro continue avançando e investindo na nacionalização de tecnologias para garantir nossa soberania e promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país. O SGDC, apesar das dificuldades e limitações do projeto, é um exemplo bem-sucedido desse esforço, o que pode ser constatado com os resultados positivos atingidos desde 2017, como o apoio a catástrofes e o incremento do comando e controle em organizações militares em áreas remotas.

Sugere-se que sejam realizados novos estudos sobre as necessidades futuras das comunicações por satélite no Brasil, avaliando constantemente os avanços tecnológicos e as demandas das Forças Armadas e dos órgãos governamentais ligados à Defesa, para garantir que o país esteja sempre preparado para enfrentar os desafios futuros. Sugere-se ainda que sejam realizados novos estudos para avaliar a necessidade do investimento em novos satélites com operação em banda X, a fim de garantir a continuidade do apoio de comunicações a operações militares em todo o território nacional.

REFERÊNCIAS

12ª Companhia de Comunicações e Guerra Eletrônica. Conheça o SISCOMIS. 2020. Disponível em: <<https://12ciacoml.eb.mil.br/index.php/fale-conosco/57-secao-deinformatica/158-conheca-o-siscomis>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

ABRASAT. Associação Brasileira das Empresas de Telecomunicações por Satélite. 2018.

Disponível em: <<https://abrasat.org.br/satelite/os-tipos/>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

ARAUJO, C. A. G. O Programa Espacial Brasileiro: Uma Oportunidade para o Fortalecimento do Poder Nacional. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 29, n. 58, p. 80-99, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. C 11-1: Emprego das Comunicações. 2ª ed. 1997.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. EB20-MC-10.205: Comando e Controle. 1ª ed. 2015.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Manual de Campanha C 103: Comando e Controle. 2ª ed. 2019.

_____. Política Nacional de Defesa. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

DEMENICIS, Luciene da Silva. O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC): uma análise das contribuições para a defesa nacional. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2018.

_____. Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas 1 (SGDC-1).

2019. Disponível em: <<http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/satelitegeo-estacionario-de-defesa-e-comunicacoes-estrategicas-1-sgdc-1.html>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

DO AMARAL, Cristiano Torres (Org.). A Importância Estratégica de um Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações no Confronto Cibernético. 2017.

EDLER, Jakob et al. Technology sovereignty: From demand to concept. Fraunhofer Institute for Systems and Innovation Research (ISI), Karlsruhe, Alemanha, 2020.

ESCRITÓRIO DE PROJETOS DO EXÉRCITO. SISFRON - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. 2016. Disponível em:

<<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron.>> Acesso em: 21 abr. 2023

FERREIRA NETO, Walfredo Bento. Uma Estratégia Nacional de Defesa para além da Guerra: geopolítica cibernética e seu transbordamento econômico-tecnológico no Brasil (2008-2018). 2020. 318 f. Tese (doutorado). Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

GERALDO, Michelly S. e COSSUL, Naiane I. Tecnologia como fator estratégico para o Brasil e para a segurança da América do Sul. Revista Política Hoje, p. p. 37-54, 2017.

HUSEK, Carlos Roberto. Curso de Direito Internacional Público. 10ª ed. São Paulo, 2010.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Conceito de Operações do Sistema Militar de Comando e Controle (CONOPS SISM2). 1ª Ed, 2015.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Satélite responsável por conectar brasileiros em áreas remotas completa seis anos. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcom/ptbr/noticias/2023/maio/satelite-responsavel-por-conectar-brasileiros-em-areas-remotas-completa-seis-anos>>. Acesso em: 19 maio 2023.

REVISTA GALILEU. Satélite brasileiro leva banda larga a 1 milhão de alunos da rede pública. Galileu, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2019/06/satelite-brasileiro-leva-banda-larga-1-milhao-de-alunos-da-rede-publica.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

REVISTA GALILEU. Satélite geostacionário brasileiro segue dando prejuízo no espaço. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/04/satelitegeoestacionario-brasileiro-segue-dando-prejuizo-no-espaco.html>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RF WIRELESS WORLD. Advantages and disadvantages of GEO geosynchronous orbit. 2012. Disponível em: <<https://www.rfwireless-world.com/Terminology/Advantages-andDisadvantages-of-GEO-Geosynchronous-orbit.html>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SLOTTEN, Hugh. Satellite Communications, Globalization, and the Cold War. *Technology and Culture*, v. 43, p. 315–350, 1 abr. 2002.

TELEBRAS. Conheça o SGDC. 2017. Disponível em:

<<https://www.telebras.com.br/telebras-sat/conheca-o-sgdc/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

TELEBRAS. Ministério das Comunicações e Telebras disponibilizam internet banda larga para Terra Yanomami. 2023. Disponível em:

<<https://www.telebras.com.br/ministerio-das-comunicacoes-e-telebras-disponibilizaminternet-banda-larga-para-terra-yanomami/>> Acesso em: 23 abr. 2023.

TELEBRAS. Telebras conecta faixa de fronteira da Amazônia com 27 pontos satelitais. 2022. Disponível em: <<https://www.telebras.com.br/telebras-conecta-faixa-de-fronteira-daamazonia-com-27-pontos-satelitais/>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

VISIONA. Visiona Tecnologia Espacial. 2017. Disponível em:

<<https://www.visionaespacial.com.br/sgdc>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

Consulte as normas e condições vigentes. Sujeito a análise cadastral.

Crédito Imobiliário Digital

A casa própria com as melhores condições

Financiamento com juros baixos, rápida liberação e outros benefícios para a construção e a aquisição de imóvel, terreno e material de construção.



ACESSE

SIMULE

CONTRATE

FHE

POUPEX

poupe x . c o m . b r